



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR / INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares



RICARDO DE SOUZA RIBEIRO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nova Iguaçu/RJ
Fevereiro de 2013

RICARDO DE SOUZA RIBEIRO

**A EXPERIÊNCIA DO PROJOVEM URBANO
NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ:
inclusão social ou conformação de jovens ao trabalho precário?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à conclusão do Curso de Mestrado em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

**Orientador:
Prof. Dr. José dos Santos Souza**

**Nova Iguaçu/RJ
Fevereiro de 2013**

RICARDO DE SOUZA RIBEIRO

**A EXPERIÊNCIA DO PROJOVEM URBANO
NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ:
inclusão social ou conformação de jovens ao trabalho precário?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial à conclusão do Curso de Mestrado em Educação.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Dissertação submetida à defesa pública em 21/02/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José dos Santos Souza (Orientador)
UFRRJ

Prof^a. Dr^a. Célia Regina Otranto
UFRRJ

Prof^a. Dr^a. Jussara Marques de Macedo
UFRJ

Nova Iguaçu/RJ
Fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

Para construção deste trabalho contei com o apoio de diversas pessoas. Por conta disto quero agradecer a todos que me ajudaram diretamente ou indiretamente a concluir este trabalho tão importante para minha formação, mesmo sob pena de deixar alguns de fora.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe, Neli de Souza Ribeiro, pelo apoio incondicional, pela dedicação e pela confiança na minha decisão e esforço em concluir o uma pós-graduação *stritu senso* em nível de mestrado.

Agradeço a minha filha, Isabelle Cristine de Souza Ribeiro, por seu sorriso, carinho e atenção, servindo de incentivo para mais esta luta, mesmo que ainda não entenda a importância do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a minha esposa, Leila da Silva Ribeiro, pela admiração, companheirismo e dedicação a mim dispensados em todos os momentos desde que nos conhecemos, mas que foram essenciais para a construção deste trabalho.

Aos meus irmãos e irmãs Selma, Luciene, Edmilson, Jamilson e Ailton pelo apoio entusiasmado e constante e, em especial que me incentivaram a todo o momento para obter esta conquista.

Agradeço ao meu amigo e orientador Prof. José dos Santos Souza, pelo incentivo, dedicação, lealdade e companheirismo, nunca desistindo de me apoiar, orientar, aconselhar, mostrando-se sempre como alguém fundamental tanto na minha formação pessoal como na formação acadêmica.

Agradeço ao amigo Bruno de Oliveira Figueiredo, pelo seu exemplo, por sua dedicação e por sua lealdade, que tanto contribuiu não só para a realização deste trabalho como para a minha formação em geral.

Agradeço a Vivian de Souza Santos, minha amiga presente em todos os momentos de minha formação acadêmica, que contribuiu não apenas para este trabalho, mas também para conquista na vida pessoal.

Agradeço aos meus amigos e colegas de turma do mestrado, grandes companheiros nesta jornada, que muito contribuíram para minha formação.

Agradeço a todos aos colegas do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), em especial à Fernanda Paixão, Tania Almenara e Denis Pessoa, pelo apoio constante e pelas sugestões na construção deste trabalho.

Agradeço a todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares pela grande contribuição que deram ao meu processo de construção do conhecimento.

Agradeço aos funcionários técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, do Instituto Multidisciplinar e do Instituto de Educação pelo apoio constante.

Agradeço a CAPES, pelo apoio providencial fornecido por meio do Programa de Bolsa CAPES/REUNI, sem o qual este trabalho não teria chegado aonde chegou.

Agradeço ao povo brasileiro que, por meio de impostos, financiou (e financia) esta instituição, dando-me oportunidade de concluir meus estudos, em especial àqueles que não tiveram a mesma oportunidade que eu.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	⇒ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	⇒ Centro Federal de Educação Tecnológica
CMNI	⇒ Câmara Municipal de Nova Iguaçu
CNE	⇒ Conselho Nacional de Educação
DST	⇒ Doenças Sexualmente Transmissível
EJA	⇒ Educação de Jovens e Adultos
FAETEC	⇒ Fundação de Apoio à Escola Técnica
FHC	⇒ Fernando Henrique Cardoso
FNDE	⇒ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FTG	⇒ Formação Técnica Geral
GTPS	⇒ Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Política e Sociedade
IBGE	⇒ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	⇒ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	⇒ Ministério da Educação

MTb	⇒	Ministério do Trabalho
ONG	⇒	Organização não Governamental
PIB	⇒	Produto Interno Bruto
PLA	⇒	Plano de Ação Comunitária
PMNI	⇒	Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
PNAD	⇒	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGEduc	⇒	Programa de Pós-Graduação em Educação, ⇒ Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
PROEJA	⇒	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	⇒	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
REUNI	⇒	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEP	⇒	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RJ	⇒	Rio de Janeiro
SEBRAE	⇒	Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa
SEMDES/NI	⇒	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Nova Iguaçu

SEMED/NI	⇒	Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu
SENAC	⇒	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	⇒	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	⇒	Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola
SENAT	⇒	Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte
SESC	⇒	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	⇒	Serviço Social da Social das Cooperativas de Prestação de Serviço.
SESI	⇒	Serviço Social da Indústria
SEST	⇒	Serviço Social em Transporte
SPE	⇒	Sistema Público de Emprego
UF	⇒	Unidade de Formação
UFRJ	⇒	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	⇒	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Região da Baixada Fluminense	18
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Arcos ocupacionais e respectivas ocupações previstas para estruturação da formação profissional do PROJOVEM Urbano.....	71
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da carga horária formativa do PROJOVEM Urbano por área de formação (em número de horas).....	86
Tabela 2: Distribuição semanal da carga horária formativa do PROJOVEM Urbano (em número de horas).	86

RESUMO

RIBEIRO, Ricardo de Souza. **A experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu/RJ: inclusão social ou conformação de jovens ao trabalho precário?** 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Diante da crise estrutural do capital e do conseqüente processo de reestruturação produtiva e reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes, a qualificação do trabalhador é conduzida ao *status* de fator de empregabilidade e passa assumir papel estratégico nas políticas públicas de trabalho e renda. A população jovem de 18 a 24 anos constitui o principal público-alvo dessas políticas, certamente por representar o segmento populacional mais penalizado pelos efeitos deletérios da reação burguesa para enfrentar a crise estrutural. Este fenômeno suscita no Brasil a implementação de inúmeros programas de governo para a inclusão social de jovens que combinam aceleração de escolaridade com educação profissional. Diante desta problemática, elege-se como objeto de pesquisa a experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na modalidade PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu (RJ), Brasil. Nosso objetivo é verificar se esta política de formação profissional gerida pelo poder público local atende às demandas de formação/qualificação profissional dos jovens trabalhadores desempregados e se elas são capazes de inserir ou reinserir esses jovens no mercado de trabalho formal. Trata-se de uma pesquisa básica de natureza qualitativa, de caráter descritivo, que, em termos de procedimentos metodológicos, se insere na categoria de levantamento de dados, embora tenha se utilizado de instrumentos típicos de pesquisa bibliográfica e documental: revisão da literatura sobre “Trabalho e Educação”, “Economia do Trabalho”, “Sociologia do Trabalho” e “Políticas Públicas para a Juventude”; fontes bibliográficas primárias (entrevistas semiestruturadas, documentos oficiais, sítios na *Web*, material de divulgação etc.). Verifica-se que os jovens atendidos pelo PROJOVEM Urbano estão na faixa etária de 18 a 29 anos, na maioria são negros e do gênero feminino, em situação de risco social. Os dados coletados apontam que, apesar de o PROJOVEM Urbano ter o objetivo de promover reintegração dos jovens ao processo educacional por meio da elevação de escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, não existe real integração desta dimensão do Programa com a formação profissional. Além disto, a carga horária curricular voltada para esta parte do currículo é baixa demais para garantir o êxito dos objetivos do Programa. Não obstante, constatamos que a função mais evidente deste programa é a conformação de um contingente imenso da população ao mercado de trabalho competitivo e excludente de um modelo de desenvolvimento marcado pela flexibilização do trabalho e da produção, desregulamentação de direitos trabalhistas, precarização do trabalho e desemprego estrutural, minimizando substancialmente o conflito de classe.

Palavras-Chave: Trabalho; Qualificação; Juventude; Políticas Públicas; Educação Profissional; Educação Básica.

ABSTRACT

RIBEIRO, Ricardo de Souza. **The Urban PROJOVEM Program experience in Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil: social inclusion or conformation of youth to Precarious Work?** 2013. 100 sheets. Dissertation (Master of Education) – Post Graduation Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands. Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ).

Given the structural crisis of capital and, in consequent, the restructuring productive process and the reconfiguration of class conflict mediation mechanisms, the qualification of the worker assumes status of employability factor, being led to strategic function of the public policy employment and income. The Young people aged 18-24 years are the main target of these policies, certainly to represent the population segment most penalized by the deleterious effects of bourgeois reaction to address the structural crisis of capital. This phenomenon gives rise to implementation of numerous government programs for social inclusion of youth who combine schooling process acceleration with professional education. Faced with this problem, is chose as a research object the experience of the National Youth Inclusion Program (PROJOVEM) in the modality of Urban PROJOVEM in Nova Iguaçu municipality, Rio de Janeiro state, Brazil. The purpose of this research is to verify if training policy implemented by local government meets the demands of professional qualifications of young unemployed workers and if this policies are capable of to insert or reinsert these young people in the formal labor market. This is a basic research, based in a qualitative analysis, with descriptive character, which, in terms of methodological procedures, falls into the category of bibliographic and documentary research: review of the literature on "Work and Education", "Labour Economics", "Labour Sociology" and "Youth Public Policy"; primary literature sources (structured interviews, official documents, web sites, promotional material etc.). It's perceived that the young people attended by Urban PROJOVEM are aged 18 to 29 years and, in majority, are black and female in social risk. The collected data show that, despite the Urban PROJOVEM has the objective of promoting the youth reintegration to the educational process by increasing schooling with the completion of primary education, there is no real integration of this dimension of the program with professional training. Moreover, the curricular hour load oriented for job training is too low to ensure the success of the Program's objectives. Nevertheless, verified that the most obvious program's feature is the conformation of a huge contingent of people to the job market of a competitive and exclusionary development model characterized by the flexibility of labor and production, deregulation of labor rights, job insecurity and structural unemployment, minimizing substantially the class conflict.

Keywords: Job; Qualification; Youth; Public Policy; Professional Education, Basic Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A PESQUISA	17
1.1. Partindo da Realidade.....	17
1.2. Formulação do Problema	23
1.3. Justificativa	26
1.4. Percurso Analítico.....	32
1.5. Quadro Teórico	37
2 CRISE DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA DO ESTADO E NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO.....	39
2.1. A Crise do Capital e o processo de Reestruturação Produtiva e reforma do estado.	39
2.2. Novas demandas de qualificação.....	43
2.3. Educação como estratégia de construção e manutenção de hegemonia.	51
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL.....	58
3.1. Programa Nacional de Integração da Educação Básica com Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).....	62
3.2. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).....	64
4 O PROJOVEM URBANO DE NOVA IGUAÇU COMO ESTRATÉGIA DE CONFORMAÇÃO SOCIAL.....	68
4.1. A origem do PROJOVEM Urbano no Brasil.....	68
4.2. O PROJOVEM Urbano e o trabalhador de novo tipo.....	72

4.3. A experiência de implementação do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu	74
4.3.1 Fundamentos teóricos e metodológicos do PROJOVEM Urbano	77
4.3.2 Características dos alunos atendidos pelo PROJOVEM Urbano	80
4.3.3 Expectativas dos gestores do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu	81
4.3.4 O PROJOVEM Urbano e a formação para o trabalho em Nova Iguaçu	85
4.4. O PROJOVEM Urbano: contradições entre formação e conformação para o trabalho em Nova Iguaçu	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
BIBLIOGRAFIA	92
Referências	92
Fontes Primárias	98
Outras Obras Consultadas	99

INTRODUÇÃO

Apresentamos aqui o trabalho de conclusão do Curso de Mestrado em Educação, elaborado a partir dos dados coletados junto ao Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tais atividades se desenvolveram como parte integrante do projeto de pesquisa: “Juventude, Trabalho e Educação Profissional na Baixada Fluminense”. Essa pesquisa desenvolvida no GTPS, tinha o objetivo de verificar o papel da educação profissional nos programas sociais do Governo Federal voltados para a inclusão social de jovens de 15 a 29 anos, em todo o país, esse trabalho foi desenvolvido a partir dos dados coletados no Programa de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) implementado em Nova Iguaçu município da Baixada Fluminense.

A análise aqui desenvolvida parte do pressuposto de que, diante da crise estrutural do capital e decorrente processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado, constata-se aumento significativo dos índices de desemprego e agravamento da precariedade do trabalho. Neste sentido o discurso da classe dominante em relação a valorização da qualificação profissional, como elemento de garantia de emprego cada vez mais ganha força. A partir de meados dos anos 1980 varias mudanças ocorreram no Brasil, pois a gestão da produção e as estratégias de mediação de conflito de classe sofreram transformações significativas, associado a novas formas de conformação social da classe trabalhadora (SOUZA, 2003; 2004; e 2008).

Neste contexto, a população jovem desponta como o segmento mais penalizado pelos efeitos perversos desse processo. Por isso o governo brasileiro tem buscado atender esta parcela da população por meio de diversos programas sociais para a juventude. A educação profissional assume então papel relevante nesses programas (IPEA, 2008; SPÓSITO e CARROCHANO, 2005).

Diante desta problemática, buscamos compreender como o PROJOVEM Urbano é utilizado como estratégia para conformar aqueles que dificilmente conseguirão se inserir no mercado de trabalho por meio da conquista de um emprego formal, com garantias de direitos trabalhistas. Para esta análise, elegemos como referência empírica a experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu. Nossa preocupação foi compreender a dinâmica do programa e, a partir desta compreensão, explicar o papel da educação profissional.

Este estudo nos permitiu evidenciar a produtividade improdutiva do PROJOVEM Urbano no município investigado, pois ficou claro que esta política funciona mais para conformar o contingente de desempregados à sua condição precária em um mercado de trabalho enxugado, numa sociedade excludente, onde a competitividade passou a ser o princípio regulador das relações sociais e do intercâmbio entre a sociedade civil e o Estado.

Também foi possível constatar que a população jovem tem sido a mais penalizada por esta realidade perversa. Partimos desta constatação para uma análise mais detalhada da dinâmica das políticas de inclusão de jovens. Tomamos como referência empírica o PROJOVEM Urbano e elegemos como objeto de estudo a experiência no município de Nova Iguaçu no estado do Rio de Janeiro.

Para que se compreender o objeto investigado, nos amparamos na literatura de Mészáros (1999; 2006), de Antunes (2005), e de Alves (2000) sobre o processo de Crise do Capital e decorrente disso o processo de Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado responsável pelo desemprego estrutural, intensificação da precariedade do trabalho com a flexibilização de direitos trabalhistas, subcontratos, trabalhos informais, e novas qualificação do trabalhador.

De forma intrínseca a estas mudanças no campo estrutural, mudanças significativas também ocorreram no campo superestrutural que se materializaram na hegemonia do modelo neoliberal de regulação social, o que implicou a redefinição do papel do Estado e de sua relação com a sociedade civil. A “marca registrada” deste modelo de regulação social é a crítica ferrenha ao modelo do Estado de Bem-Estar Social e a apologia do Estado Mínimo. Para compreensão

destas mudanças nos amparamos na teoria de Souza (2009 e 2010), pautado pela teoria gramsciana sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil (GRAMSCI, 1989).

É neste contexto que se dão as mudanças no trabalho e na produção, na qualificação do trabalhador, na gestão do conhecimento e na política científica e tecnológica, sempre pautadas nos princípios mercadológicos da livre concorrência como elemento regulador da vida em sociedade, conforme apontado por Alves (2000), Souza (2003; 2009 e 2010), no que concerne ao impacto da reestruturação produtiva na qualificação do trabalhador; e Mészáros (2008), no que concerne à compreensão da educação neste contexto.

As mudanças implementadas na política pública de formação para o trabalho decorrem destas transformações no campo estrutural e superestrutural da sociedade do capital e implicam em verdadeira reforma do sistema educacional, especialmente na relação entre educação básica e educação profissional, reeditando em novas bases a dualidade da educação na sociedade de classes (SOUZA, 2011 e 2010).

Vários autores como Spósito e Carrochano (2005) e Belluzzo e Victorino (2004) apontam que os jovens são as maiores vítimas destas mudanças com isso o governo brasileiro tem ampliado significativamente as políticas sociais que atendam a essa parte da população. A partir dos anos 1990, intensificara a criação de programas sociais que atendem ao público jovem junto com isso ocorreu a transformação no sistema educacional, para que se possa atender os interesses da classe dominante.

Justamente por esta razão, definimos como objeto de estudo a experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu. Esta proposta de investigação poderia ser classificada como uma pesquisa básica, na medida que se propõe a gerar conhecimentos novos sobre o PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu, visando contribuir para o avanço científico da área de investigação sobre a dinâmica das Políticas Públicas para a Juventude. Não se trata de uma pesquisa que se propõe a apresentar resultados para aplicação prática específica e predeterminada, pois seu propósito é pensar a realidade do cotidiano desses programas no país a partir de uma realidade concreta e, a partir desta reflexão,

inferir algumas apreensões desta realidade que possam ser consideradas como explicativas da realidade sobre o PROJOVEM Urbano como um programa de caráter nacional, não apenas por sua identidade, mas também por suas contradições em relação ao que está previsto no Programas para todo o território nacional.

Para que se possa compreender a realidade do PROJOVEM Urbano, este trabalho foi dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo descrevemos os procedimentos metodológico, para coleta de dados, que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo descrevemos o processo de Reestruturação Produtiva e as novas demandas de qualificação decorrentes do da Crise do Capital, e na perspectiva gramsciana como a educação tem servido como estratégia de conformação.

No terceiro capítulo descrevemos o funcionamento das Políticas Públicas para Juventude implementadas pelo governo federal. Para melhor esclarecimento do funcionamento desta política descrevemos dois dos principais programas desenvolvido pelo governo brasileiro.

No quarto capítulo descrevemos a origem do PROJOVEM Urbano em nível nacional, como este programa tem contribuído na formação do trabalhador de novo tipo. Neste capítulo delinearemos o funcionamento do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu, como são seus fundamentos teóricos e metodológicos, descreveremos as características dos alunos atendidos, como são as expectativas dos gestores, a formação para o trabalho e as contradições entre formação para o trabalho e a conformação social no programa.

1 A PESQUISA

1.1. *PARTINDO DA REALIDADE*

A cidade de Nova Iguaçu é um dos treze municípios localizado na Baixada Fluminense, ocupando 521,25 km² de território, sendo o maior da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, depois da capital. A população de Nova Iguaçu é de 795.212 habitantes, sendo que as mulheres são maioria com 414.014 enquanto que os homens são 381.198. A população vive predominantemente na região urbana, sendo 786.536 habitantes enquanto que a população rural é de 8.736 habitantes (IBGE, 2012).

Nova Iguaçu é uma das cidades mais importantes da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, tanto no aspecto demográfico como no econômico e político. Este município é possuidor do quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) entre os que compõem a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, atrás somente das cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói e São Gonçalo. Durante a segunda metade do século XX, Nova Iguaçu teve perdas significativas em seu território com o processo de emancipação de antigos distritos, gerando novos municípios como Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti) em 1943; Nilópolis em 1947; Belford Roxo e Queimados em 1990, Japeri em 1991 e, por fim, Mesquita em 1999 (PMNI, 2012). Diante disto, tanto o tamanho do território como o peso da economia foi reduzido. Assim, Nova Iguaçu teve sua importância regional diminuída, embora ainda mantenha significativa relevância no contexto regional e estadual. Entre os distritos que se emanciparam, podemos destacar Belford Roxo e Queimados como os mais importantes em arrecadação de impostos e geração de emprego, devido às empresas lá instaladas. Segundo o “Relatório Sobre A Economia do Município de Nova Iguaçu” (PMNI, 2005, p.10), Queimados, por exemplo, apresenta um polo industrial de grande importância para a Região. Isto demonstra a perda significativa que Nova Iguaçu

sofreu com a emancipação de alguns de seus distritos. Para se ter dimensão da ocupação territorial de Nova Iguaçu na Região da Baixada Fluminense, observe o mapa atualizado após os movimentos emancipatórios.

Figura 1: Mapa da Região da Baixada Fluminense



Os setores de serviços e comercial de Nova Iguaçu apresentam juntos cerca de 71% do PIB total da Cidade. O setor de serviços se apresenta em destaque na economia da Cidade, respondendo por 39,5% dos postos de trabalho do setor formal. A atividade comercial corresponde à segunda maior fonte de geração de empregos formais do município, respondendo por 31,4% dos postos de trabalho existentes em Nova Iguaçu. O setor varejista supera o setor atacadista. O perfil do comércio iguaçuano é tradicional, baseado principalmente na venda de produtos de massa e os processos de comercialização não absorveram os avanços tecnológicos (PMNI, 2005, p.10).

O setor industrial do município tem participação significativa para a economia, pois gera cerca de 14% dos empregos formais da Cidade.

Um aspecto de grande relevância é que em torno de 40% da população iguaçuana se desloca de Nova Iguaçu para trabalhar em outras cidades, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro (PMNI, 2005, p.09).

O centro comercial do município atende diariamente mais de 200 mil pessoas que fecham negócios, fazem compras ou procuram prestação de serviços. Por esta razão, Nova Iguaçu possui aproximadamente 25 agências bancárias com um grande movimento mensal na área Central da cidade, com movimento superior a R\$ 100 milhões.

Outros aspectos que favorecem o desenvolvimento de Nova Iguaçu é a proximidade com os principais eixos viários do país (como a Rodovia presidente Dutra) e disponibilidade de áreas para instalação de atividades econômicas (PMNI, 2005, p.09). Isto lhe confere uma localização geográfica privilegiada, situando-se entre as duas principais capitais econômicas do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). Além disto, este município possui importantes eixos ferroviários, de passageiros e de cargas. A integração no traçado do Arco Rodoviário que ligará Itaboraí até o porto de Itaguaí, passando pelo município, é muito favorável a seu desenvolvimento. Outros aspectos que favorecem o município é a facilidade de acesso à cidade do Rio de Janeiro, que tem importantes aeroportos e os portos (PMNI, 2005, p.03).

A faixa salarial dos trabalhadores formais de Nova Iguaçu encontra-se situada da seguinte maneira: 47,8% recebem entre um a dois salários mínimos; 33,4% recebem entre dois e quatro salários mínimos; 2% não ganham mais que um salário; e pouco mais de 1% desses ganham mais de quinze salários mínimos (PMNI, 2005, p.17).

De acordo com documento elaborado pela Prefeitura de Nova Iguaçu (PMNI, 2005, p.19), este município apresenta problemas que comprometem o seu desenvolvimento, entre eles podemos destacar: a baixa escolaridade de sua população; inexistência de órgão municipal para a promoção do desenvolvimento industrial; inexistência de indústria de grande porte e capaz de atrair outras empresas; e falta de estrutura, principalmente hotéis e espaços para feiras e convenções.

A principal mercadoria da economia iguaçuana é o Aluguel, produto que responde a quase 31% do PIB municipal, seguido pela Construção Civil, com participação 15%; prestação de serviços, com 13%; e Indústria de Transformação, com 11% (PMNI, 2005, p.20).

Outros produtos que merecem destaque são os de madeira e alimentos. Ambos responderam por 19% do PIB industrial iguaçuano em 2003, que totalizou R\$ 320 milhões. Os artigos de perfumaria, que ocupavam naquele ano a terceira posição entre os setores da indústria de transformação em termos de PIB, se mostram com grandes potencialidades na cidade. Nova Iguaçu já é o segundo em produção de cosméticos do país, perdendo apenas para a cidade de São Paulo, existindo a possibilidade de o município sediar no futuro o primeiro polo de cosméticos do estado (PMNI, 2005, p.20).

Dados da Prefeitura de Nova Iguaçu mostram que até o ano de 2002 havia em torno de 64 mil trabalhadores formais, dos quais 28,5% possuíam o ensino médio completo; 25% possuíam o ensino fundamental completo; 10% dos possuíam nível superior completo; enquanto 2,5% eram analfabetos funcionais (PMNI, 2005, p.20).

A educação pública do município de Nova Iguaçu conta com 87 escolas da rede estadual de ensino, 126 escolas da rede municipal de ensino e 13 creches conveniadas. O índice de analfabetismo no município de Nova Iguaçu gira em torno de 7% da população com mais de 10 anos de idade (CMNI, 2012; PMNI, 2012), neste aspecto acreditamos que não foram considerados o número de analfabetos funcionais. Para termos uma ideia, o índice de analfabetismo, da população com mais de 15 anos de idade, é de 10% no contexto nacional e 21% de analfabetos funcionais, conforme os dados do PNAD de 2008 (Cf. VENTURA; RUMMERT, 2011, p. 67).

Em relação à formação profissional de nível técnico e à capacitação de trabalhadores, a cidade abriga várias instituições como uma Unidade Educacional do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) do Rio de Janeiro, uma Escola Técnica Estadual da Fundação de Apoio à Escola Técnica

(FAETEC) e instituições do “Sistema S¹”. Mesmo com a existência dessas instituições, existe ainda grande carência de oferta de vagas no ensino profissionalizante (PMNI, 2005, p.12).

Ao fazermos uma análise do contexto da crise do capital e do processo de reestruturação produtiva, observamos que a cidade de Nova Iguaçu vem passando por deficiências no que se refere à questão da empregabilidade. O processo de reestruturação produtiva (com a divisão social do trabalho e flexibilização do trabalhador no sistema produtivo), junto com a implementação de novas tecnologias, vem causando perdas em diversos setores, provocando altos índices de desemprego. O mercado de trabalho passou por um grande processo reestruturação devido ao aumento da competitividade e à diminuição das margens de lucro das empresas.

O patronato tirou proveito do enfraquecimento do poder dos sindicatos e da grande quantidade de mão-de-obra disponível, para impor contratos de trabalho mais flexível. Para Harvey (1992, p. 143-178), a atual tendência do mercado de trabalho é a redução do número de trabalhadores nas empresas e o emprego de trabalhadores temporários, que entram e saem facilmente, com baixo custo das indenizações trabalhistas, aumentando a flexibilidade no mercado de trabalho.

Profissionais de distintas áreas precisam estar em constante atualização para manutenção de seu emprego, o que não garante sua permanência, pois a concorrência para o mercado de trabalho esta cada dia mais competitivo. Com essa competitividade, a classe trabalhadora passou a buscar cada vez mais a qualificação e/ou a formação de competências, com o objetivo de ocupar postos de trabalho. A competitividade está intimamente ligada à inovação tecnológica inerente ao desenvolvimento do sistema produtivo (ANTUNES, 2006).

¹ O Sistema S é uma Rede de Educação Profissional, ligados a iniciativa privada, mas recebem parte dos recursos do Estado brasileiro. Estas instituições são geridas por representações dos empresários. Faz parte do Sistema S: SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEST, SENAR, SENAT, SEBRAE e o SESCOOP (MANFREDI, 2002).

O mercado de trabalho possui um excedente de reservas de trabalhadores, o que favorece a manutenção do sistema do capital, com mão-de-obra mais barata, com isso aumenta o lucro dos meios de produção, tornando a classe burguesa cada vez mais hegemônica.

Percebemos que neste contexto o Estado assume a defesa dos interesses da classe empresarial, ao mesmo tempo em que procura conformar os indivíduos ideologicamente, em favor da classe detentora dos meios de produção, como afirma Mészáros (1999, p. 119). Com isso, a classe dominante mantém a estrutura capitalista que visa constantemente o aumento da intensificação da apropriação do trabalho alheio. No sistema de capital, principalmente no mercado de trabalho, pode ser notada a importância do poder alienante para fazer com que os trabalhadores se conformem com sua atual situação, evitando que possam criar alguns movimentos de manifestação ou revolta contra a estrutura do capitalismo.

Estas políticas estão fundamentadas na exploração do homem pelo homem, na expropriação do trabalho excedente, e no processo de alienação que ocorre normalmente com a mediação do poder do Estado, por meio de seus aparelhos ideológicos. Esse fenômeno vem ocorrendo em várias cidades do país e Nova Iguaçu não é exceção.

Assim, as políticas públicas de formação e qualificação profissional assumem um caráter contraditório e discordante. Ao mesmo tempo em que são estruturadas de acordo com os interesses do capital em ampliar o conhecimento científico e tecnológico de uma parcela da classe trabalhadora, com a finalidade de ampliar seus potenciais de produtividade e garantir condições de competitividade da indústria e dos serviços, também funcionam como um mecanismo de mediação do conflito de interesses antagônicos que perpassam a sociedade (NEVES, 1999). Isto porque, na medida em que grande parte das iniciativas de formação e qualificação profissional não assume de fato o papel de qualificar o trabalhador para o trabalho, mas funciona muito mais como um mecanismo de conformação destes trabalhadores à nova realidade do mercado de trabalho. Muitas vezes, estas experiências, em vez de garantir ao trabalhador condições de empregabilidade, conforme o discurso oficial propaga, na realidade prepara o trabalhador para as

condições de precariedade a que está destinado no contexto da crise do capital (SOUZA, 2004).

Não obstante, é muito difícil apontar com precisão o nível mínimo de formação geral necessária para ocupação de postos de trabalho na atualidade. Isto se deve à complexificação do cotidiano do trabalho marcado pela precarização, abrindo sempre novas formas de exploração, cada vez mais contraditórias com atual patamar de desenvolvimento científico e tecnológico. Apesar de tantos avanços no mundo do trabalho e da produção, diversos estudos vêm apontando a barbárie em que a sociedade capitalista está se transformando nos últimos anos (Cf.: ANTUNES, 2006).

1.2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

A análise aqui desenvolvida parte do pressuposto de que, diante da crise estrutural do capital e decorrente processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado, constata-se aumento significativo dos índices de desemprego e agravamento da precariedade do trabalho. Como parte deste mesmo fenômeno, percebe-se que a qualificação do trabalhador passa a ser conduzida ao status de fator de empregabilidade. No Brasil, estas transformações se evidenciam mais a partir de 1985, quando as empresas passaram a apresentar nova configuração dos processos de trabalho e de gestão da produção e o Estado renovou seus mecanismos de mediação do conflito de classe, combinando ampliação da participação e controle social das decisões estatais com reformulação dos mecanismos de conformação das camadas subalternas (SOUZA, 2003; 2004; e 2008).

Neste contexto, a população jovem desponta como o segmento mais penalizado pelos efeitos perversos desse processo. Por isso o governo brasileiro tem buscado atender esta parcela da população por meio de diversos programas sociais para a juventude. A educação profissional assume então papel relevante nesses programas (IPEA, 2008; SPÓSITO; CARROCHANO, 2005; PORCHMANN, 2007, 13).

Diante desta problemática, buscamos compreender como a política pública de trabalho e renda encampa a educação profissional como uma estratégia privilegiada, tanto para garantir emprego e renda como também para conformar aqueles que jamais conseguirão se inserir no mercado de trabalho por meio da conquista de um emprego formal, com garantias de direitos trabalhistas.

A população jovem de Nova Iguaçu tem sofrido com as mazelas do processo de reestruturação produtiva, como o desemprego estrutural, intensificação da precarização do trabalho, contratos temporários, provocada pelo sistema capitalista. Com isso a nossa questão é como as políticas públicas para a juventude articulada com as políticas de formação e qualificação profissional desenvolvida pela prefeitura de Nova Iguaçu, em especial o PROJOVEM Urbano tem mesmo o objetivo de formar trabalhadores e garantir-lhes ingresso e permanência no mercado de trabalho?

Nossa hipótese é que a função mais evidente do PROJOVEM Urbano é educar o jovem para o consenso em torno da ideia de empreendedorismo e competitividade como fator determinante da empregabilidade.

Tudo nos leva a crer que as políticas para a juventude têm contribuído mais para a conformação social desta parte da população, servindo como mecanismo de mediação do conflito de classe, do que para a qualificação técnico-profissionalizante. O PROJOVEM Urbano, não foge à regra, tem servido como uma estratégia em favor do capital, na medida em que este programa acaba servindo para conformação ao desemprego de boa parte das camadas subalternas.

Diante da revisão de literatura pudemos constatar que a população jovem tem sido a mais penalizada por esta realidade perversa. Para comprovar nossa hipótese, tomamos como referência empírica o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e elegemos como objeto de estudo a experiência deste Programa no município de Nova Iguaçu.

Para melhor compreensão do objeto a ser investigado, partimos do contexto da Crise do Capital e do processo de Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado que provocou, dentre outras coisas, o desemprego estrutural, o

agravamento da precariedade do trabalho, a flexibilização de direitos trabalhistas e o surgimento de novas demandas de qualificação do trabalhador.

A partir do final da década de 1980, o Brasil foi introduzido na economia globalizada e com isso o acionamento de políticas públicas para garantir a regularidade da exploração do trabalho em condições renovadas provocou a necessidade da parceria entre governo, setor produtivo e sociedade civil nesta empreitada. Até mesmo Mehedff (2000, p. 41), uma das elaboradoras das Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)², reconhece que,

[...] a economia brasileira está inserida num processo de globalização competitiva e crise financeira de âmbito mundial, com conseqüente impacto na questão do emprego, demanda a construção de políticas públicas capazes de mobilizar tanto o governo como a sociedade civil, por meio dos setores produtivos organizados e de organizações não governamentais, instituições religiosas, sociais, universidades e instituições de cunho não lucrativo.

As reformas na educação nos últimos anos têm atendido ao interesse da classe dominante, objetivando o aumento da produtividade:

Como um recurso ideológico de obscurecer os reais determinantes do flagelo em que se encontra a classe trabalhadora, surgem formulações teóricas que dão suporte aos novos parâmetros de gestão dos sistemas educacionais regidos pelas leis do mercado. O índice de desemprego cresceu nos últimos anos, atingindo níveis alarmantes, e se tornou o pretexto recorrente do Estado para implementar as reformas educacionais nos anos 1990, em especial na educação profissional (SOUZA, 2003, p. 97).

No mundo capitalista as grandes empresas privadas apresentam diversos planejamentos políticos, com o objetivo de obter um maior desenvolvimento e crescimento do poder econômico, e estar preparado para a concorrência da globalização. Para Souza (2003, p. 97), estas políticas estão sendo fundamentadas para um processo de conformação e alienação que ocorre normalmente com o poder do Estado e da classe hegemônica. “A conformação da

² O presidente Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil em dois mandatos consecutivos nos períodos de 1995 – 1998 e 1999 - 2002.

classe trabalhadora é pensada e planejada por intelectuais, a fim de favorecer a manutenção do poder da classe hegemônica configurado na realidade da política neoliberal instaurada no Brasil”. Podemos apontar que as políticas públicas para a juventude estão inseridas nesse contexto, são utilizadas como mecanismo de mediação dos conflitos de classe.

1.3. JUSTIFICATIVA

O trabalho acadêmico aqui proposto se apresenta como uma pesquisa que tem a relevância de fundamentar um estudo sobre a política educacional nos programas voltados para o público jovem. A pesquisa que foi desenvolvida está inserida no contexto da crise estrutural do capital e decorrente processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado, onde se verifica alto índice de desemprego e precariedade do trabalho, ao passo que a qualificação do trabalhador ganha status de fator de empregabilidade. No Brasil, estas transformações se evidenciam mais a partir de 1985, quando as empresas passaram a apresentar uma nova configuração dos processos de trabalho e de gestão da produção e o Estado renovou seus mecanismos de mediação do conflito de classe, combinando ampliação da participação e controle social das decisões estatais com reformulação dos mecanismos de conformação das camadas subalternas (SOUZA, 2003; 2004; e 2008).

O Brasil vive um período com altos índices de desemprego devido à extinção de postos de trabalho e o agravamento da precariedade do trabalho no setor produtivo, inclusive com o aumento de jornada trabalho. Como justificativa, o sistema do capital aponta a falta de qualificação dos trabalhadores como responsável pelo desemprego, ofuscando suas reais causas. Esta ideia de que a inserção e a ascensão no mercado de trabalho são determinadas pela educação tem se disseminado por toda a sociedade, de maneira que os trabalhadores parecem culpados por estarem desempregados ou em processos de trabalhos precários, pois os mesmos não se qualificam o suficiente para acompanhar as mudanças no mundo do trabalho. Segundo Pochmann (2006, p. 66), na verdade se trata de um grande erro justificar o desemprego pela baixa qualificação e escolarização. Isso

supõe que a escola possa criar empregos. Devemos considerar que, mesmo que a escola assuma com eficiência a tarefa de formar para o trabalho (o que em si já seria discutível), isto ainda não seria suficiente para superar a realidade do desemprego estrutural, sintoma endêmico do modelo de desenvolvimento do capitalismo na atualidade.

Para Pochmann (2006, p. 71), no processo de reestruturação produtiva percebe-se a existência de excedente de força de trabalho, um inchaço do exército industrial de reserva, o que proporciona ao capital condição de escolher entre aqueles adaptáveis aos novos procedimentos e às transformações das empresas e excluir os demais trabalhadores, deixando-os transitar entre o trabalho precário e o desemprego. Portanto, é válido destacar que este processo é o verdadeiro responsável pelo desemprego estrutural.

De fato, no final do século XX ocorreram várias transformações que configuraram um novo quadro do mercado de trabalho, alterando as formas de empregabilidade, a qualificação profissional e as relações entre capital e trabalho. Souza (2011) afirma que estes fatores ocorreram em virtude das crises estruturais do sistema capitalista, que levaram à mundialização do capital, implementada sob a hegemonia do modelo neoliberal.

De acordo com Pochmann (2006, p. 66), no período de 1992 a 2002, houve aumento considerável de desempregados com maior nível de escolaridade, alcançando o índice de 76,9% de desemprego dos trabalhadores com mais de quatorze anos de estudos. Isto joga por terra os argumentos da Teoria do Capital Humano³, visto que o aumento de escolaridade, não é garantia de emprego.

Segundo Frigotto (1989, p. 40), a Teoria do Capital Humano aponta a educação como a principal produtora da capacidade de trabalho. A educação se configura em funções e habilidades intelectuais para o trabalho, neste sentido mostra-se apenas como um fator em favor da produção.

³ A Teoria do Capital Humano apresenta-se com caráter positivista da economia, constituindo as relações sociais de produção. Os adeptos da Teoria do Capital Humano acreditam nos vínculos entre educação e desenvolvimento, educação e renda, educação e mobilidade social, se fundamentam nas teses de Adam Smith e seus discípulos (FRIGOTTO, 1989, p. 35-36).

Segundo Andrade (2008, p. 59), com a introdução de novos aparatos tecnológicos e a nova organização do trabalho no processo produtivo, que ocorre a partir dos anos 1980, surge à necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada. Diante deste atual contexto a educação da classe trabalhadora, ganha importância em favor do capital, tanto no que se refere à formação básica quanto à formação profissional. Com o aumento do acesso à educação e a formação básica mais consistente, faz com que haja maior número de trabalhadores mais capacitados, de modo que esses fatores essenciais para que haja ampliação do processo produtivo.

A necessidade do trabalhador se inserir ou se manter no mercado de trabalho faz com que esses busquem cada vez mais se qualificarem para estarem aptos às exigências necessárias para ocupar um bom emprego. Segundo Souza (2011), a maioria da classe trabalhadora vive em relações de trabalho precário. As exigências do capital requerem um trabalhador polivalente e/ou multifuncional, aptos a exercer diversas tarefas. Ao analisar o número de jovens qualificados e excluídos do mercado de trabalho, constata-se um propósito no discurso da burguesia de que o desemprego é fruto da falta de qualificação.

Com a implementação de novos aparatos tecnológicos e a necessidade da qualificação e requalificação requerida aos trabalhadores, surge um grande desafio para os sistemas educacionais. Dentro do atual contexto de reestruturação produtiva o que percebemos é que há um aumento das demandas para o acesso ao ensino de qualificação profissional. Os trabalhadores precisam acompanhar o processo de inovação tecnológica bem como as novas situações estabelecidas pela política vigente na atual gestão do trabalho dentro das empresas (SOUZA, 2008, p.324).

Frigotto (1989, p.50) aponta que o capital atribui ao indivíduo toda a responsabilidade do sucesso ou fracasso em sua vida socioeconômica, quando justifica o desenvolvimento que a educação é o único caminho para desenvolvimento econômico e da renda individual. De fato o que se percebe é uma desigualdade estrutural do modo de produção capitalista, que é ocultado pelos argumentos ideológicos da Teoria do Capital humano, que responsabiliza os indivíduos pelo seu sucesso ou fracasso.

De acordo com Souza (2008, p. 320), a qualificação profissional técnica, de caráter científico, é oferecida apenas para um pequeno contingente da classe trabalhadora, enquanto para a outra grande parte é ofertada “qualificação” superficial e fragmentada, muitas vezes em caráter de treinamento, com carga horária rebaixada. Esta qualificação superficial e fragmentada, embora seja insuficiente para garantir emprego formal, na medida em que não oferece condições do trabalhador se apropriar dos fundamentos técnicos e tecnológicos do atual patamar da produção capitalista, ela acaba assumindo função de conformação ética e moral destes trabalhadores excluídos das relações formais de trabalho com contrato de trabalho e garantia de direitos sociais. A esta tarefa de conformação ética e moral identificamos aqui como uma das facetas da pedagogia da hegemonia⁴, ou seja, uma das estratégias da classe dominante para a manutenção de sua hegemonia em condições renovadas do desenvolvimento do capital.

A partir da década de 1990, aumentou a implementação de Políticas Públicas para a Juventude no Brasil em virtude de diversos aspectos sociais que envolviam os jovens, tais como: problemas como a violência; drogas e doenças sexualmente transmissíveis; dificuldade de inserção no mercado de trabalho. A juventude hoje é vista como um problema, com isso a sociedade toma como necessária à implantação de medidas, que venham combater esse risco social (IPEA, 2008, p. 07).

Com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Pochmann (2007, p. 13) ressalta que o ritmo de criação de vagas no mercado de trabalho, década de 1990, não foi suficiente para absorver os jovens com idade entre 15 e 24 anos. A taxa de desemprego juvenil aumentou de 5,8% em 1989 para 17,01% em 1998 (variação acumulada de 194,8%), ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego da população geral pulou de 3% para 9,2%. Isso indica que o ajuste do mercado de trabalho foi feito em cima dos jovens.

⁴ A Pedagogia da Hegemonia é um conceito que surge a partir da literatura gramsciana, de que o poder hegemônico é conquistado por intermédio da educação. O Estado utiliza seus mecanismos pedagógicos por meio de seus aparelhos ideológicos (Escola, Igreja e a mídia) para conformar socialmente e mediar o conflito de classe manutenção de sua hegemonia (NEVES, 2011, p. 231-232).

Um dos aspectos que mais têm prejudicado a população jovem é a grande dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Alguns estudos apontam que a população jovem é a que mais sofre com o desemprego no Brasil. Há um alto índice de jovens desempregados à procura do primeiro emprego (IPEA, 2008, p. 09). Em meados da década de 1980 o Brasil ocupava o 13º lugar no ranking de desemprego no mundo, porém no início dos anos 1990 o país teve um surto de desemprego estando entre os quatro países com maior número de desempregados. O desemprego continuou crescente ao longo desses anos alcançando o século XXI com altas (POCHMANN, 2006, p. 60). Segundo Pochmann (2007, p. 13), a partir dos anos 1990, no Brasil, houve um aumento significativo de trabalhadores desempregados em busca do primeiro emprego e apenas uma pequena parte desta multidão conseguiu se inserir no mercado de trabalho. Diante desses aspectos podemos perceber que o jovem está distante do acesso ao mercado de trabalho, o que faz com que parte desse grupo atue na informalidade sendo submetido a condições de precariedade ou, até mesmo, se dirija para o mundo do crime.

A partir dos anos 1990, as populações de jovens das regiões metropolitanas do país apresentaram crescimento dos índices de escolaridade (BELLUZZO; VICTORINO, 2004, p. 14). Há um grande interesse do jovem trabalhador em enriquecer seus conhecimentos, para se inserir ou se assegurar no mercado de trabalho. De acordo com o discurso proferido pela classe dominante, para que esses jovens possam se inserir no mercado de trabalho, é necessário que haja uma formação básica mais ampla. Entretanto, o que podemos constatar é que, mesmo com essa formação, não há garantias de acesso ao mercado de trabalho.

De acordo com Belluzzo e Victorino (2004, p. 08), as políticas públicas para juventude tiveram como objetivo atender as demandas sociais (como o combate ao desemprego, homicídios, drogas, etc.), porém estas não apresentaram eficiência em sua execução e oscilaram de modo que suas ações foram mais de controle e assistencial do que de real solução destes problemas.

A vinculação do Brasil à dinâmica da mundialização do capital se realizou também pela intermediação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, entre outros, que orientaram a definição de políticas públicas em todas as

instâncias da sociedade, particularmente na área de educação, aprofundando a exclusão social. Esse foi o rumo seguido pelas políticas educacionais a partir da década de 1990 (OLIVEIRA, 2003, p. 28).

As políticas desenvolvidas pelo Banco Mundial na área da educação básica tem como objetivo o desenvolvimento econômico por meio do aumento da produtividade, para isso propõe até mesmo metas de redução da fertilidade.

[...] Educação, sobretudo à educação básica (primário e secundário inferior), ajudando a reduzir a pobreza através do aumento da produtividade dos pobres, reduzindo a fertilidade e melhorar a saúde e proporcionar às pessoas de competências de que necessitam para participar plenamente na economia e sociedade. De modo mais geral, a educação contribui para o reforço das instituições civil, para a construção da capacidade nacional e promover a boa governação, que são essenciais para a implementação de políticas econômicas e sociais (B.M., 1996, p. 02).

Uma das prioridades que consta nos documentos de implementação do PROJovem Urbano, é a integração de outros ministérios, e do atendimento aos jovens do sexo feminino (BRASIL, 2005, 2007, 2011), seguindo a mesma lógica dos documentos do Banco Mundial. Os documentos do Banco Mundial apontam que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico. Outro aspecto interessante é a preocupação que o Banco Mundial tem em relação ao atendimento em especial ao público feminino “A educação das meninas é particularmente importante e está sendo pago mais e mais atenção às necessidades educativas das minorias étnicas e populações indígenas (B. M, 1996, p. 16)”, e também da necessidade de articulação com outros ministérios além do ministério da educação. Conforme a citação abaixo:

Educação é mais importante do que nunca para alcançar o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, e estão agora a compreender melhor o seu papel nesse esforço. A educação das meninas, bem como as crianças, portanto, merece uma maior prioridade em programas de governo, e não apenas nos ministérios da educação. Este imperativo tem sido reconhecido por um longo tempo na Ásia Oriental e está começando a entender em outros lugares, especialmente na América Latina. Outros países ainda têm que prestar mais atenção à educação. A educação sozinha não irá reduzir a pobreza, são necessárias também as políticas

macroeconômicas e complementares investimentos físicos (B.M, 1996, p. 10).

O PROJOVEM foi instituído pela Lei 11.129/2005 e foi regulamentado pela Medida Provisória nº 411/2007. Trata-se de um programa destinado aos jovens de 15 a 29 anos de idade, cujo objetivo é promover a reintegração desses jovens ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. Nestes termos, o PROJOVEM é desenvolvido por meio das seguintes modalidades: a) PROJOVEM Adolescente - Serviço Socioeducativo; b) PROJOVEM Urbano; c) PROJOVEM Campo - Saberes da Terra; e d) PROJOVEM Trabalhador. Para sua realização, a União transfere recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Tais recursos destinam-se à promoção de ações de elevação da escolaridade e qualificação profissional dos jovens, bem como para a contratação, remuneração e formação de profissionais contratados em âmbito local. Sua execução e gestão se dão por meio da conjugação de esforços da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, incluindo-se aí a parceria com as entidades de direito público e privado sem fins lucrativos. Para a realização destes esforços, a União transfere recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem necessidade de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante depósito em conta corrente específica, ficando estes poderes obrigados à devida prestação de contas da aplicação dos recursos.

1.4. PERCURSO ANALÍTICO

O objetivo é explicitar as ações e formulações do PROJOVEM Urbano que se constitui em uma estratégia governamental que, ao mesmo tempo em que abre oportunidade de escolarização básica e profissional para quem não teve oportunidade na idade própria, por outro lado, conforma política e ideologicamente um amplo contingente de trabalhadores informais ou precarizados ao estágio atual do mercado de trabalho. Para que se possa atender a este objetivo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Explicar a dinâmica das políticas públicas de inclusão de jovens de 18 a 29 anos no Brasil;
- Esclarecer a relação estabelecida entre Estado e sociedade civil na engenharia institucional da política pública de inclusão de jovens e adultos;
- Apontar como a criação e desenvolvimento do PROJOVEM Urbano se insere no contexto de ações e formulações para a formação de trabalhadores de novo tipo;
- Explicar os fundamentos teóricos e metodológicos norteadores do PROJOVEM Urbano;
- Analisar como a experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu materializa a dinâmica contraditória de formação e conformação de jovens para o mercado de trabalho excludente e precário.

Definimos como objeto de estudo a dinâmica da pedagogia política no processo de implantação e desenvolvimento do PROJOVEM Urbano. Para a análise deste objeto, tomamos como referência empírica o processo de implantação do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu.

A proposta de investigação aqui indicada poderia ser classificada como uma pesquisa básica, pois se propõe a suscitar novos conhecimentos sobre o PROJOVEM Urbano, contribuindo para academia, sobretudo na área de educação de jovens e adultos. Esta pesquisa não se propõe apresentar resultados para aproveitamento prática específico, o intuito é compreender o processo de implementação do PROJOVEM Urbano no país, a partir de experiência real e, com isso diagnosticamos alguns aspectos da realidade no município de Nova Iguaçu e que podemos caracterizar como parte da realidade do programa em nível nacional.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa aqui proposta se insere na categoria de uma pesquisa qualitativa, por partirmos da consideração de que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto

é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20). Diante desta compreensão, nossa interpretação da realidade investigada se pauta numa postura interpretativa dos fenômenos e atribuição de significados a eles como ação básica no processo investigativo. Assim, embora em algum momento da investigação nos utilizemos de métodos e técnicas estatísticas, o ambiente natural da investigação aqui considerado é a fonte direta para coleta de dados onde o pesquisador é o instrumento-chave que interpreta e descreve os dados coletados, segundo um referencial teórico predeterminado. O processo e seu significado, portanto, são os focos principais de nossa abordagem (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Em relação aos procedimentos técnicos, por se tratar de diferentes metodologias, nos dificulta uma classificação mais precisa, por esta razão preferimos enumerar e descrever os instrumentos de coleta de dados e os propósitos da escolha de cada um deles.

Como estratégia de coleta de dados, nos valem de: a) revisão da literatura sobre a “Sociologia do Trabalho”; “Trabalho e Educação”; e de “Políticas Públicas para a Juventude”; b) observação não participante; c) entrevistas semiestruturadas; e) análise de fontes bibliográficas primárias (documentos oficiais do governo federal, material de divulgação, registros da prática educativa do Programa).

Para a fundamentação deste trabalho acadêmico nos valem da revisão da literatura sobre “Sociologia do Trabalho”; “Trabalho e Educação”; e de “Políticas Públicas para a Juventude” se propôs a levantar dados a partir de materiais publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet, conforme uma seleção pautada em critérios de relevância acadêmica, que nos permita situar o estágio atual do debate sobre o PROJOVEM Urbano estabelecida em Nova Iguaçu.

A observação não participante (SILVA; MENEZES, 2001, p. 33), onde o pesquisador presencia e investiga o caso, mas não participa. Observar, segundo Cervo e Bervian (2003, p. 27), “é de importância capital para as ciências” e sem ela o estudo da realidade e de suas leis seriam apenas simples conjectura e

adivinhação. Neste aspecto, a partir da observação não participante pudemos coletar informações que possivelmente não seriam coletadas por entrevista ou questionário.

Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, a ser realizadas com informantes qualificados e gestores do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu. A escolha deste instrumento se deu pelo fato de a entrevista ser um tipo de abordagem do sujeito que se aproxima de uma conversa orientada para um objetivo definido que visa colher, por meio do interrogatório, dados para a pesquisa (CERVO; BERVIAN, 2003, p.46). Com estes instrumentos foi possível compreender como os gestores traçaram suas ações no cotidiano dos programas investigados.

A análise de fontes bibliográficas primárias, ou seja, análise de materiais que não receberão tratamento analítico, tais como os documentos governamentais, os dispositivos legais, os projetos institucionais e os registros escolares concernentes ao PROJOVEM Urbano, nos permitiram levantar os conceitos, objetivos, metas e proposições do Programa a ser investigado, bem como a forma como estes se materializam na realidade concreta.

Durante o processo do trabalho investigativo, partimos da observação não participante, pois poderemos coletar informações que possivelmente não seriam coletadas por entrevista.

Utilizamos as entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com informantes qualificados e gestores do PROJOVEM Urbano do município de Nova Iguaçu. A escolha deste instrumento se deu pelo fato de a entrevista ser um tipo de abordagem do sujeito que se aproxima de uma conversa orientada para um objetivo definido que visava colher, por meio do interrogatório, dados para a pesquisa (CERVO; BERVIAN, 2003, p.46). Com estes instrumentos foi possível compreender como os gestores traçam suas ações no cotidiano dos cursos investigados.

A análise de fontes bibliográficas primárias, ou seja, análise de materiais que não receberam tratamento analítico, tais como os documentos

governamentais, os dispositivos legais, os projetos institucionais e os registros escolares concernentes ao PROJOVEM Urbano, nos permitiram levantar os conceitos, objetivos, metas e proposições do Programa investigado, bem como a forma como estes se materializaram na realidade concreta investigada.

Durante o trabalho de investigação foi realizado o levantamento de informações sobre o PROJOVEM Urbano implementado pela Prefeitura de Nova Iguaçu. Os dados foram levantados por análise de fontes bibliográficas primárias, material disponibilizado na internet, revisão de literatura, análise de dispositivos legais. Neste aspecto, o trabalho poderia ser considerado como uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, de caráter descritivo.

As tarefas que foram desenvolvidas são:

- a) visitas à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e diálogo com gestores do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu;
- b) coleta de dados em fontes primárias (sites, documentos oficiais e material de divulgação e registros);
- c) leitura e elaboração de resumos e fichamentos de textos sobre políticas públicas para juventude e sobre qualificação profissional;
- d) Entrevistas com Gestores do PROJOVEM Urbano.
- e) participação ativa nas reuniões de orientação e do grupo de pesquisa.

As atividades propostas tinha como propósito o levantamento de dados sobre o funcionamento deste programa no município de Nova Iguaçu. Estas atividades ocuparam papel relevante no desenvolvimento deste trabalho acadêmico, pois nos deram condições de coletor dados e oferecer condições de análise e compreensão da natureza do PROJOVEM Urbano e suas peculiaridades na implementação em municípios da Baixada Fluminense. Para este fim, tomamos

como referência empírica a experiência do Município de Nova Iguaçu na implementação deste Programa.

1.5. QUADRO TEÓRICO

Para o desenvolvimento deste trabalho científico nos fundamentamos na literatura sobre as Políticas Públicas para a Juventude, Crise do Capital, Reestruturação Produtiva, Reforma do Estado, Formação e Qualificação Profissional, Conformação Social e Pedagogia Política.

A população jovem tem sido a mais atingida pelas consequências nefastas destas transformações e justamente por isto, além das reformas educativas, diversos programas sociais se voltam para esta população com o intuito de atender suas demandas de acordo com os limites impostos pelo modelo neoliberal de regulação social. Sobre a política pública para a juventude, nos amparamos nas análises de Spósito e Carrochano (2005), Belluzo e Victorino (2004).

A Crise do Capital desencadeou no processo de Reestruturação Produtiva e Reforma do Estado, que provocou o aumento do desemprego estrutural e, precarização no mundo do trabalho, flexibilização na produção, contratos temporários, subcontratos, além de diversas outras coisas, como o surgimento de novas demandas de qualificação do trabalhador. Para o desenvolvimento deste contexto nos amparamos na obra de Mészáros (1999; 2006), de Antunes (2005), de Alves (2000) e Souza (2002; 2011).

Com o processo de Reestruturação Produtiva, ocorreram diversas mudanças na política pública de formação para o trabalho decorrem destas transformações implicam em verdadeira reforma do sistema educacional, especialmente na relação entre formação entre educação básica e educação profissional, reeditando em novas bases a dualidade da educação na sociedade de classes. Em relação à questão da formação e qualificação profissional no contexto da Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Reformas do Estado; nos

amparamos nas teses de Frigotto (2003), Oliveira (2003), Souza (2008, 2010 e 2011).

A Classe Dirigente está sempre em busca da manutenção de sua hegemonia, para isso utiliza o Estado como uma das suas principais ferramentas. A conquista da hegemonia nas sociedades de classe é fundamental para o desenvolvimento da produção e a manutenção da ordem, e para mediação dos conflitos de Classe. O Estado atende aos interesses da classe dirigente ao assumir o papel de educar a classe trabalhadora para o consenso, e com isso propicia a acumulação de capital. Para o desenvolvimento desta temática nos fundamentaremos na obra de Gramsci (1989, 2004) e Souza (2002, 2003, 2008, 2009, 2010 e 2011).

2 CRISE DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, REFORMA DO ESTADO E NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO.

2.1. A CRISE DO CAPITAL E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E REFORMA DO ESTADO.

O sistema capitalista, durante todo seu processo histórico, sofreu várias transformações, em virtude das crises causadas por suas medidas para aumentar os lucros. De acordo com Harvey (1992, p.117), estes movimentos de inovação estão diretamente ligados à questão do trabalho na medida em que é a fonte de desenvolvimento do capitalismo. As transformações ocorridas trazem em si um processo de reestruturação da produção que vem afetando a sociedade em diversos aspectos: social, político, econômico, cultural.

O capitalismo se fundamenta numa base produtiva, cujo objetivo principal é a lucratividade. Isso desenvolve a economia e favorece a manutenção do sistema do capital. O regime de acumulação promove longa estabilidade, fazendo com que o processo produtivo continue crescendo. A base desta produtividade está intimamente ligada à organização do trabalho e à implementação de novas tecnologias. O modelo fordista era um processo de produção em massa, de consumo de massa, e com ele surgem novas políticas de gerenciamento do trabalho. O sistema fordista, ainda em sua fase inicial, levou quase meio século para se consolidar totalmente. Isso ocorreu em função de várias decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, constituindo políticas favoráveis a esse desenvolvimento (HARVEY, 1992, p.122).

Há um grande desajuste estrutural entre o Estado moderno e as estruturas reprodutivas socioeconômicas do capital. De acordo com Mészáros

(1999, p. 117), estes desajustes interferem no agente humano de controle, tratando o sujeito social para operação do sistema do capital.

É importante destacar que o sistema capital possui um grande controle (por meio da alienação) dos membros da classe trabalhadora. Podemos observar que os interesses do capital é cada vez maior, deixando de compor pequenas unidades produtivas, fragmentadas, e passa a constituir grandes corporações transnacionais com articulação global (MÉSZÁROS, 1999, p. 118).

Para Mézáros (1999, p. 119), o Estado assume um papel fundamental em favor do sistema capitalista, pois é ele o responsável pelo controle das classes subalternas, proporcionando uma garantia de resistência a possíveis revoltas da classe trabalhadora.

O mercado de trabalho passou por um grande processo reestruturação devido ao aumento da competitividade e à diminuição das margens de lucro das empresas. Os empresários se beneficiaram do alto número de trabalhadores desempregados e da diminuição do poder sindical, intensificação da precariedade do trabalho. De acordo com Harvey (1992, p. 143), as empresas na atual conjuntura reduzem ao máximo o número de trabalhadores, além de ampliar os contratos temporários, a fim de diminuir os custos com indenizações trabalhistas. Podemos diagnosticar a flexibilidade como um conjunto de práticas políticas que, de modo geral, tende a ter reações contra os trabalhadores.

Para Harvey (1992, p.118-119), as pressões impostas pelos aparelhos ideológicos do Estado, como imposição do controle salarial e dos preços que ocorre diretamente ou a partir das propagandas faz com que o indivíduo se torne mais consumista e favoreça o desenvolvimento do capital, na medida em que incorpora os conceitos das necessidades materiais. Isso faz com que o capitalismo esteja cada vez mais forte, para além das transações de mercado. O Estado utiliza sua pedagogia a favor do sistema capitalista de modo que a “[...] disciplinação da força de trabalho para os propósitos da acumulação do capital”, definido por meio do controle do trabalho. Este é um processo longo, que envolve o controle social da classe trabalhadora inerente ao modo capitalista de produção e reprodução social

da vida material e que colabora para que o trabalhador seja cada vez mais explorado pelos donos dos meios de produção.

No sistema de acumulação flexível podemos notar um alto nível de desemprego causado pela estrutura, baixos salários e a fragilização dos sindicatos. Com a fragilização do poder sindical os donos dos meios de produção aproveitaram para aumentar a quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) com contratos de trabalho mais flexível “menor direito e assistência aos trabalhadores” (HARVEY, 1992, p.141-143).

Os arranjos de emprego flexível não criaram uma total insatisfação trabalhista, mas os efeitos provocaram aspectos negativos, como a insegurança da empregabilidade, redução dos direitos dos trabalhadores e até mesmo os níveis salariais. Como descreve Harvey (1992, p.144), pode ser percebido que nas décadas 1980 e 1990, o processo de flexibilização vem tomando cada vez mais espaço, aumentando o número de subemprego ou trabalho temporário.

As organizações da classe trabalhadora (como os sindicatos) são dependentes de grande concentração de trabalhadores na fábrica. Nesse sistema flexível os trabalhadores ficam concentrados em suas próprias residências durante o processo produtivo, tornando cada vez mais difícil a organização sindical, o que fragiliza sua capacidade para reivindicar os direitos da classe trabalhadora (HARVEY, 1992, p. 145).

Para Harvey (1992, p.158-160), a competitividade internacional forçou o Estado a se tornar mais empreendedor, procurando manter um clima mais favorável aos negócios, uma vez que os movimentos sociais e a classe trabalhadora organizada precisavam ser contidos.

A questão da flexibilidade tem sido objeto de alguns debates. Entre estas discussões pode-se destacar a de que as inovações tecnológicas possibilitam uma reconstituição das relações do trabalho e dos sistemas de produção. A flexibilidade apresenta práticas políticas em oposição à classe trabalhadora. A grande preocupação é da suposta ideia da impotência da nação-Estado e dos movimentos operários. Com toda certeza podemos afirmar que a ideia da

flexibilização contribui para uma condição de enfraquecimento da classe trabalhadora (com subcontratação, empregos temporários e atividades sem vínculos empregatícios).

As consequências ideológicas e políticas de super acentuação da flexibilidade e no sentido estrito de técnica de produção e de relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau imperativo da flexibilidade (HARVEY, 1992, p.177-178).

As empresas se caracterizam pela implementação de novas tecnologias e nova organização do trabalho, provocando uma redução dos trabalhadores dentro das empresas. Segundo Alves (2000, p. 103), o toyotismo⁵ representou um avanço na organização do trabalho ao ser comparado com o sistema de Taylor, intensificando ainda mais a exploração do trabalhador. O toyotismo foi responsável pelas relações entre as empresas, com subcontratação de serviços entre eles, sendo determinante para o aumento da produtividade, da qualidade e da competitividade. A partir destas relações entre as empresas, passaram a haver diferenças entre os trabalhadores e empresas de modo que os trabalhadores das subcontratadas tinham menos direitos e benefícios que os das empresas matrizes.

É bem verdade que, de modo geral, a natureza e a composição da classe trabalhadora se modificaram; a força da sindicalização e as políticas de esquerda tornaram-se insustentáveis. Isto ocorreu em virtude de os sistemas de prestação de serviços baseados em forma “patriarcais de produção (familiar)” se desvinculando das realizações das atividades dentro das empresas. Na realidade, a base social do movimento sindical se alterou substancialmente, em função das mudanças na organização da produção, nas relações entre as empresas. Não se pode desconsiderar que, de fato, neste período de acumulação flexível há uma grande disseminação do desemprego estrutural (HARVEY, 1992, p.179). E esta

⁵ O Toyotismo é um método de gestão da produção no sistema capitalista. Muito importante na gestão da força de trabalho e na construção e manutenção da hegemonia do capital, por meio da subjetividade de membros da classe trabalhadora. Tornou-se adequado na década de 1970, a partir do processo de Mundialização do Capital (ALVES, 2000).

realidade também contribui para a mudança na natureza e na composição da classe trabalhadora.

2.2. NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO

No final do século XX ocorreram várias transformações que configuraram um novo quadro no mercado de trabalho, alterando as formas de empregabilidade, qualificação profissional e relações entre capital e trabalho. SOUZA (2011) afirma que estes fatores ocorreram em virtude das crises estruturais do sistema capitalista, que levaram a uma mundialização do capital, implementada num modelo neoliberal.

Novas perspectivas do mercado foram fundamentadas no processo de reestruturação produtiva com uma nova gestão organizacional do trabalho e implementação de novas tecnologias. Isso provocou uma transformação na vida dos trabalhadores fazendo com que estes passassem por um processo de qualificação profissional (SOUZA, 2011).

A partir da década de 1970, ocorreu um grande avanço da política neoliberal⁶, que juntamente com adoção processo de flexibilização, configurou novas relações do trabalho. Júlio (2003, p. 116) descreve que a partir deste momento o mercado de trabalho passou a apresentar-se da seguinte forma: trabalho informal, trabalho temporário, subcontrato, trabalho domiciliar e até mesmo infantil, entre outras. Isto se configura uma hierarquização de diversos tipos de relações trabalhistas, além de configurar o desemprego estrutural.

O mercado exige trabalhadores flexíveis capazes de se adaptar e se ajustar a tarefas determinadas a mudanças no processo de produção. Ao refletir sobre a questão do desemprego no Brasil, Batista (2006, p. 192-199) afirma que a

⁶ A partir das teses de Milton Friedmam e Friedrich Hayek, a política Neoliberal é implementada no ano de 1973 no Chile no governo de Augusto Pinochet. O neoliberalismo ganha consistência no final da década de 1970 na Inglaterra no governo da primeira ministra Margaret Thatcher e início dos anos de 1980 nos Estados Unidos da América no com o presidente Ronald Reagan. De acordo com Souza (2002, p. 76) o modelo Neoliberal tem como característica a diminuição do poder do Estado nas intervenções econômicas e política de privatização.

década de 1990 apresentou índices maiores que os anos 1980, em virtude da política neoliberal. Nos anos 1990 houve uma grande desestruturação do mercado de trabalho, provocando enorme desemprego e prejudicando várias famílias. “A opção política adotada no início da década de 1990 foi fundamental para o sistema nacional de relações de emprego.” A racionalização produtiva do início dos anos 1990 foi provocada pela política econômica adotada pelo governo Collor⁷. Além do alto índice de desemprego, o mercado de trabalho nos anos 1990 apresentou um crescimento de trabalhadores sem carteira assinada, aumentando a precarização das condições e relações de trabalho.

A década de 1990 apresentou um aumento da quantidade de trabalhadores com jornada de trabalho maior que a estabelecida pela lei oficial. Ao mesmo tempo em que o mercado apresentava longas jornadas de trabalho, havia também um número de trabalhadores a procura do primeiro emprego e/ou por um novo emprego, e apenas pequena parte desta grande multidão conseguia se inserir no mercado de trabalho (BATISTA, 2006, p. 200-201).

A qualificação profissional toma cada vez mais espaço e ganha importância, devido à introdução das novas tecnologias e da organização do trabalho ocorrida a partir da reestruturação produtiva que provocou uma diminuição da quantidade de força de trabalho na produção de mercadorias. O profissional precisa ser mais intelectualizado operacionalmente para realizar as atividades das novas máquinas introduzidas para ampliação da produção e dos lucros (JÚLIO, 2003, p. 116-117).

Com a implementação de novos aparatos tecnológicos e a necessidade da qualificação e requalificação requerida aos trabalhadores, surge um grande desafio para os sistemas educacionais. Dentro do atual contexto de reestruturação produtiva o que percebemos é que há um aumento das demandas para o acesso ao ensino de qualificação profissional. Os trabalhadores precisam acompanhar o processo de inovação tecnológica bem como as novas situações

⁷ Fernando Collor de Mello, foi o primeiro presidente eleito pelo povo desde 1960, seu governo ocorreu no período de 1990 – 1992, o fim de seu mandato foi antecipado por um processo de impeachment.

estabelecidas pela política vigente na atual gestão do trabalho dentro das empresas (SOUZA, 2009, p.324).

O processo de reestruturação produtiva (com a divisão social do trabalho e flexibilização do trabalhador no sistema produtivo), junto com a implementação de novas tecnologias, vem causando um estrago em diversos setores, provocando altos índices de desemprego. Profissionais de distintas áreas precisam estar em constante atualização para manutenção de seu emprego, o que não garante sua permanência, pois a concorrência no mercado de trabalho esta cada dia mais acirrada.

Com o aumento da competitividade a classe trabalhadora passou a buscar cada vez mais a qualificação e intelectualização instrumental com o objetivo de ocupar postos de trabalho. A competitividade está intimamente ligada à inovação tecnológica inerente ao desenvolvimento do sistema produtivo.

Os sistemas automatizados têm permitido a eliminação da maior parte do trabalho manual direto, com crescentes ganhos de qualificação pelos trabalhadores mediante o contato com e manutenção aplicadas aos novos meios de produção (JÚLIO, 2003, p. 118-119).

De acordo com Souza (2011, p. 27), a atual tendência do mercado de trabalho, exige trabalhadores capazes de se adaptar às necessidades da empresa deslocando-os de setor ou de atividades, exigindo-lhe a polivalência e a colaboração constante, o que justifica a necessidade de flexibilizar os direitos trabalhistas.

Júlio (2003, p. 125) aponta que a divisão técnica do trabalho implícita no taylorismo-fordismo provocou a separação entre o trabalho manual e o intelectual na concepção e execução das tarefas no recinto de trabalho. Para este autor,

A introdução das novas tecnologias de base microeletrônicas fez com que aumentasse o controle do capital sobre a força de trabalho qualificado, fazendo uma separação entre o sujeito que pensa e o que executa as tarefas de operação das máquinas. O conhecimento do trabalhador foi cristalizado nos programa de computador das

máquinas... As máquinas foram desenvolvidas com interesses de aumentar o controle do capital sobre o trabalho (JÚLIO, 2003, p. 126-127).

A inclusão de novas máquinas que realizam grande parte das tarefas provocou a redução do tempo de preparação e qualificação dos trabalhadores que ocupam esses postos de trabalho, visto que somente é necessário aprender a operar estes equipamentos para realização de grande parte da produção. Com essa redução do tempo de formação e qualificação dos trabalhadores, aumentou o número de trabalhadores qualificados no quadro de reserva (JÚLIO, 2003, p. 127).

Diante da reestruturação produtiva e da nova lógica do mercado de trabalho, a qualificação profissional já não apresenta mais uma certeza de ocupação nos postos de trabalho, visto que há uma crise de desemprego estrutural. Desta maneira a qualificação serve apenas para um quadro mínimo de trabalhadores especializados (BATISTA, 2006, p. 201-202).

No complexo da reestruturação produtiva notamos que o objetivo pedagógico do capital é preparar trabalhadores conformados e passíveis à adequação aos novos padrões de exploração (BATISTA, 2003, p. 151).

Com a introdução dessas novas tecnologias, o mundo do trabalho sofre grandes transformações, como a redução de trabalhadores nos postos de trabalho:

As transformações no mundo do trabalho, destacando a atual tendência de crescente redução dos trabalhadores nos postos de trabalho ocupados anteriormente por profissionais escolarizados e qualificados. Os trabalhadores qualificados foram profundamente afetados por essas mudanças ocorridas no mercado de trabalho. A terceirização da mão-de-obra para outras empresas se tornou uma constante. Os novos postos de trabalho possuem segmento que não requerem alta qualificação dos trabalhadores (BATISTA, 2006, p.191).

O Brasil vive um período com altos índices de desemprego devido à extinção de postos de trabalho e à precarização no setor produtivo, inclusive com o aumento de jornada trabalho. Para justificar o alto índice de desemprego e a precarização, o sistema do capital aponta a falta de qualificação dos trabalhadores como o responsável. A ideia de que a inserção e a ascensão no mercado de trabalho

são determinadas pela educação tem se disseminado por toda a sociedade, de maneira que os trabalhadores pareçam culpados por estarem desempregados ou em processos de trabalhos precários, pois os mesmos não se qualificam o suficiente para acompanhar as mudanças no mundo do trabalho. Segundo Batista (2006, p. 202-203), na verdade, trata-se de um grande erro justificar o desemprego pela baixa qualificação e escolarização. Isso supõe que a escola possa criar empregos. A responsabilidade pela crise social é da classe dominante, a escola não deve ter a obrigação de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, pois esta não deve ser sua função.

A necessidade do trabalhador se inserir ou se manter no mercado de trabalho faz com que esses busquem cada vez mais se qualificarem para estarem aptos às exigências necessárias para ocupar um bom emprego. Segundo Souza (2002, p. 83), a maioria da classe trabalhadora vive em relações de trabalho precário. As exigências do capital requerem um trabalhador polivalente e/ou multifuncional, aptos a exercer diversas tarefas. Ao analisar o número de jovens qualificados e excluídos do mercado de trabalho, constata-se um propósito no discurso da burguesia de que o desemprego é fruto da falta de qualificação.

Sobre a relação entre a reestruturação produtiva e a educação profissional, podemos notar que as transformações ocorridas no final do século XX foram resultado das estratégias do capital para responder às crises de rentabilidade e valorização que se configurou a partir da década de 1960:

Para responder a essa crise estrutural o capital desenvolveu uma reestruturação do processo produtivo, estimulando forma de produção flexível com base na inovação tecnológica e em novas formas de gestão da produção e do trabalho. Nesse contexto desenvolveram-se novas exigências sobre o saber dos trabalhadores, com o advento denominado modelos das competências com a exigência de novos atributos, atitudes, e habilidades, implicando em alterações no perfil da qualificação da força de trabalho (BATISTA, 2003, p.143).

Neste momento, predomina o sistema toyotista de produção que exige do trabalhador uma qualificação multifuncional e polivalente. Batista (2003, p. 144) afirma que não há muita clareza do perfil dos trabalhadores exigidos pelas novas formas de organização e gestão da produção.

Há uma concepção ideológica sobre a educação que se dissemina na sociedade que diz que “somente a educação funcionalista, subordinada aos interesses do capital, oferece ao trabalhador as condições cognitivas para estar apto a pensar, a ser crítico a resolver problemas, a situar-se, enfim, de forma inteligente, ativa e participativa no moderno mundo do trabalho”. O processo de reestruturação produtiva traz em si uma série de características em que o trabalhador deve estar inserido, entre elas: atitudes, qualidade, comportamento e constituir bons atributos pessoais, para que o indivíduo possa satisfazer o mercado de trabalho (SOUZA, 2002, p. 57).

Batista (2003, p. 154) descreve que com a implementação das inovações tecnológicas nas indústrias são necessários trabalhadores com total controle das máquinas, que sejam capazes de operar, fazer possíveis reparos e controlar a produção, de maneira que as atividades não sejam interrompidas e evitem possíveis prejuízos ao capital.

Podemos destacar que se exige cada vez mais a dedicação da classe trabalhadora, que:

Além das competências técnicas, organizacionais, metódicas, comunicativas e sociais, que já seriam muita coisa, exige ainda que o trabalhador possua competências comportamentais, quais sejam: iniciativa, criatividade, vontade de aprender, abertura às mudanças, consciência da qualidade e das implicações éticas do trabalho, implicando no envolvimento da subjetividade do indivíduo na organização do trabalho (DELUIZ, 1996, p. 6 *apud* BATISTA, 2003 p. 159).

As concepções propostas pela Teoria do Capital Humano apresentam a educação básica e profissional como garantia da empregabilidade do indivíduo, mas os adeptos dessa teoria não procuram analisar o contexto macroeconômico e acreditam na garantia da ascensão social por meio da educação.

A qualificação profissional técnica, de caráter científico, é oferecida apenas para um pequeno contingente da classe trabalhadora, enquanto para a outra grande parte é ofertada “qualificação” superficial e fragmentada, muitas vezes em caráter de treinamento, com carga horária rebaixada. Esta qualificação superficial e fragmentada, embora seja insuficiente para garantir emprego formal,

na medida em que não oferece condições do trabalhador se apropriar dos fundamentos técnicos e tecnológicos do atual patamar da produção capitalista, ela acaba assumindo função de conformação ética e moral destes trabalhadores excluídos das relações formais de trabalho com contrato de trabalho e garantia de direitos sociais (SOUZA, 2008, p. 320). A esta tarefa de conformação ética e moral identificamos aqui como uma das facetas da pedagogia da hegemonia, ou seja, uma das estratégias das classes dominantes para a manutenção de sua hegemonia em condições renovadas do desenvolvimento do capital.

De acordo com Chesnais (1996), a década de 1990 foi marcada pelo novo contexto de mundialização do capital, com introdução de novos aparatos tecnológicos e nova configuração na gestão da produção. Antunes (2005), Alves (2000) e Souza (2008) apontam que a partir de meados da década de 1980, no Brasil ocorreram várias transformações, como o aumento do desemprego, decorrente do processo de reestruturação produtiva. Diante da nova gestão e inclusão de novos aparatos tecnológicos na produção, implicou em novas demandas de qualificação, desencadeando em novas políticas para a educação (NEVES, 2008, p. 17).

Dentro deste contexto o Estado brasileiro, vê a necessidade de Reformas no seu sistema educacional. Para obtermos melhor compreensão da reforma da educação profissional nos anos 1990 é necessário entendermos o contexto social, econômico e histórico, que ocorreu naquele momento.

De acordo com Manfredi (2002, p.113) a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) e do Decreto Federal 2.208/97, fez-se necessário a adequação de todas as instituições públicas e privadas de ensino profissional a essas diretrizes. Contudo, antes da criação destas diretrizes, foram realizadas várias discussões, bem como a apresentação de várias propostas para reformulação da educação profissional no Brasil.

As reformas realizadas nos dois governos de FHC, “foram frutos históricos de um processo histórico de disputas político-ideológicas empreendidas no âmbito da sociedade brasileira” (MANFREDI, 2002, p.114).

Durante o processo de discussão da reforma do ensino médio e profissional, foram apresentadas duas propostas na esfera do governo federal, uma defendida pelo Ministério do Trabalho (MTb) e outra pelo Ministério da Educação (MEC). A proposta defendida pelo MTb era construir um plano voltado não apenas para trabalhadores que possuíam contratos formais, mas também para trabalhadores desempregados ou em situação de precariedade escolar provocados pelo processo de reestruturação produtiva. A estratégia era desenvolver formações em nível de qualificação e re-qualificação dos trabalhadores, superando o nível de treinamento. Na proposta do MTb a formação básica era articulada com a formação profissional, pois a proposta fazia parte do plano nacional desenvolvimento econômico e tecnológico (MANFREDI, 2002, p. 115).

Segundo Manfredi (2002, p.118) No âmbito do MEC, a primeira medida era criar um Sistema Nacional de Educação Tecnológica englobando escolas da rede pública e privada da rede SENAI e SENAC. Nas propostas apresentadas pelo MEC havia as seguintes formações:

- a. qualificação ocupacional para adolescentes e adultos;
- b. nível fundamental mais iniciação para o trabalho;
- c. formação técnica de nível médio;
- d. formação técnica de nível superior destinada a preparação de tecnólogo;
- e. formação de nível superior de formação geral mais abrangente (oferecida pela universidade).

Embora a reforma do ensino médio e profissional tenha ocorrido com a participação dos diversos atores da Sociedade Civil, Estado e Iniciativa Privada a formação de nível médio ficou separada da formação profissional de modo que atendeu aos interesses da Classe dominante.

2.3. EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE HEGEMONIA.

Neste item desenvolvemos uma análise teórica da concepção gramsciana sobre os mecanismos de construção e manutenção da hegemonia, e como a educação é fundamental para o domínio da classe dominante sobre a classe trabalhadora.

Gramsci (2004) aponta que há disputa de concepção de mundo. Neste sentido, assim como a classe dominante tem seus intelectuais orgânicos, a classe trabalhadora também tem seus intelectuais orgânicos, que escrevem para atender a sua classe.

Segundo Gramsci (1989, p. 22) para existência de uma sociedade é necessário o equilíbrio de interesses das classes sociais.

Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes grupos decididamente inimigos.

A classe dirigente adquire consentimento das camadas subalternas por meio de uma série de atitudes ou ações realizadas para se alcançar o objetivo, as pregações morais, estímulos sentimentais são estratégias para adquirir a hegemonia (GRAMSCI, 1989, p. 24).

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que deve se levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exercendo núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1989, p.33).

Para Oliveira (2007, p.16), a capacidade de manter os membros da classe trabalhadora em seus limites e mantendo a estabilidade do sistema, é uma capacidade de hegemonia da classe dominante. “A hegemonia é a produção

conflitiva do consenso”. A dominação é determinada pela articulação do consentimento e da força, de modo que o opressor seja contemplado sem grandes reações dos oprimidos.

De acordo com Gramsci (1989, p. 55), a obtenção da hegemonia nos diversos países se dá de maneira diferente, ainda que o teor seja o mesmo. A classe dirigente em determinado momento histórico sofreu com a crise de hegemonia ao tentar conquistar o consentimento das massas por intermédio da violência.

Fala-se de “crise de autoridade”, mas, na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto. A crise cria situações imediatas perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de se organizar rapidamente e de se organizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas (GRAMSCI, 1989, p.55).

De acordo com Gramsci (1989, p.91) a questão do “homem coletivo” ou do “conformismo social” é conquistada por meio da educação e a formação concedida pelo Estado, que tem o objetivo de educar os membros da classe trabalhadora para a nova ordem social. O processo educativo concedido pelo Estado tem a moralidade em sua estratégia pedagógica, para adequar os membros da classe trabalhadora às necessidades do capital, da produção e à sociedade. A política educacional neste sentido torna-se uma ferramenta em favor do desenvolvimento da produção e da economia.

Mas como cada indivíduo conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como se verificará a pressão educativa sobre cada um com o seu consentimento e colaboração, transformando em “liberdade” a necessidade e a coerção? Questão do “direito”, cujo conceito deverá ser ampliado, incluindo nele aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula “indiferente jurídico” e que são de domínio da sociedade civil que atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, mas que nem por isso exerce uma pressão coletiva e obtém resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc. (GRAMSCI, 1989, p.91).

Gramsci (1989, p. 96) ao tratar da questão da concepção do direito, aponta que neste sentido o Estado assume luta apenas contra a periculosidade

social. O Estado atende aos interesses do Capital quando é educador da classe trabalhadora a fim de adequar a novo tipo de civilização.

Em virtude do fato de que se atua essencialmente sobre as forças econômicas, reorganiza-se e desenvolve-se o aparelho de produção econômica inova-se a estrutura, não se deve concluir que os elementos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação causal e esporádica. O Estado, inclusive neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, pois, criadas as condições em que um determinado modo de vida é “possível” a “ação ou omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva de alcance moral e não apenas de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva desenvolvida pelo Estado. Deveriam ser incorporadas na concepção do direito inclusive as atividades “premiadoras” de indivíduos, de grupos, etc.; premia-se a atividade louvável e meritória como se pune a atividade criminosa (e pune-se de modo original, permitindo a intervenção da “opinião pública” como sancionadora).

De acordo com Gramsci (2004) existem vários tipos de filosofia, e todos nós somos filósofos, porém nem todos desenvolvem essa capacidade. A obtenção do conhecimento faz com que o indivíduo tenha mais poder. O nível do senso comum faz com que o indivíduo aceite partilhar de qualquer conformismo e muitas vezes entram até em contradição devido não ter uma consciência do conformismo que se segue, isso ocorre, pois não há uma criticidade pelo menos ao nível do bom senso.

Para Gramsci (2004) o indivíduo precisa avançar ao senso comum, para que seja sujeito consciente e tenha noção do conformismo que segue, e não atender aos interesses de membros de outra classe que não seja a sua, ou seja entender que este mesmo indivíduo tenha consciência de suas atitudes. Não se deve desprezar o senso comum, e para o desenvolvimento da ciência, mas não devem se limitar ao senso comum, é necessário um avanço para além deste estágio do conhecimento.

Gramsci (2004, p.94) aponta que todos os indivíduos compartilham de algum tipo de conformismo, pois sua concepção de mundo é comum com a de um determinado grupo social. “[...] precisamente o de todos os elementos sociais

que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo [...]”. A concepção de mundo deve ser crítica ou coerente, pois se for desagregada estará propícia a novas ideologias. O problema maior é quando o indivíduo não tem consciência de que conformismo segue, para o desenvolvimento filosófico de cada um é necessário que sejamos críticos e tenhamos consciência de que tipo de conformismo seguimos. Os membros da classe trabalhadora normalmente tomam para si os ideais da classe dominante, esse movimento é a falta de consciência, pois ela segue a um conformismo que não é de sua classe social.

Para Schelesner (2009, p. 210-211) outro aspecto que favorece a manutenção do capital é cooptação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, que mudam de lado e passam atender o sistema do capital. Com isso a classe trabalhadora é lesada ao acreditar em um determinado líder que não defende aos interesses de sua classe social.

De acordo com Gramsci (1989, 2004) a Classe Dirigente está sempre em busca da manutenção de sua hegemonia, para isso utiliza o Estado como uma das suas principais ferramentas. A conquista da hegemonia nas sociedades de classe é fundamental para o desenvolvimento da produção e a manutenção da ordem, e para mediação dos conflitos de Classe. O Estado atende aos interesses da classe dirigente ao assumir o papel de educar a classe trabalhadora para o consenso, e com isso propicia a acumulação de capital.

O consentimento das classes subalternas pode ser adquirido de diversas maneiras, dentre elas podemos destacar a fragilização dos sindicatos, com o convencimento de membros da classe trabalhadora, aumento de salários, por meio de propagandas ideológicas. “A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade, para ser exercida por uma minoria de intermediários, profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 2008, p.41)”.

Gramsci (2008, p.64) aponta que a seleção ou educação da classe trabalhadora para adaptação a nova lógica da produção e da nova sociedade, aqueles que não se inserem persuasão, podem inserido por meio coerção com

finalidade de manter a ordem. Em determinadas circunstâncias pode haver eliminação de parte dos que não são conformados ao sistema.

De acordo com Souza (2002, p. 87) a política educacional tem contribuído para a manutenção da hegemonia do sistema do capital, isso se dá na medida em que a educação é utilizada para adaptação da classe trabalhadora as demandas do capitalismo. Por intermédio da educação a classe dominante utiliza estratégias de conformação social de membros da classe trabalhadora.

A educação tem contribuído para a formação para o consenso em favor do capital conforme aponta Mészáros (2008, p. 35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma outra alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada”(isto é pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta.

A educação tem sido colocada como uma estratégia de manutenção da hegemonia, na medida em que perpetua as diferenças sociais (GRAMSCI, 1982, p.136):

[...] Na escola atual, graças a crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, tomam frente da escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvada como democrática, quando na realidade não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais, como ainda cristalizá-las em formas chinesas.

De acordo com Schlesener (2009, p. 207), na sociedade capitalista há uma grande desigualdade social, que não se limita ao aspecto econômico, e sim para além, como se estendendo a desigualdade política e cultural, a influência dos membros da classe trabalhadora no processo eleitoral de um país capitalista é

menor, e o poder de decisão fica por conta da classe dominante, e com isso mantém o seu poder hegemônico.

Neves (2005) aponta que mudanças no campo estrutural⁸ e no campo superestrutural⁹ são significativas e se materializaram na hegemonia do modelo neoliberal de regulação social, o que implicou a redefinição do papel do Estado e de sua relação com a sociedade civil. A “marca registrada” deste modelo de regulação social é a crítica ferrenha ao modelo do Estado de Bem-Estar Social e a apologia do Estado Mínimo.

As mudanças implementadas na política pública de formação para o trabalho decorrem destas transformações no campo estrutural e superestrutural da sociedade do capital e implicam em verdadeira reforma do sistema educacional, especialmente na relação entre formação entre educação básica e educação profissional, reeditando em novas bases a dualidade da educação na sociedade de classes (NEVES, 2005).

Dentro deste contexto, para que possamos ter uma educação emancipadora, é necessário que haja um rompimento com a lógica do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2008, p. 59). A educação deverá ser para além do capital, dentro de uma nova lógica sistêmica.

[...] Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p.65).

A educação deve ser um meio de emancipação e transformação social, a fim de romper a lógica de dominação de uma classe social sobre outra (MÉSZÁROS, 2008, p. 76).

⁸ Campo estrutural é constituído pelo aspecto econômico, definido pela produção.

⁹ Campo superestrutural é constituído pelo aspecto ideológico.

Para que possamos superar o sistema do capital, é preciso que se rompa a relação entre governante e governado, como aponta Schlesener (2009, p. 216).

[...] Não se trata, portanto, de investir um líder de poder, mas criar as condições da participação de todos no exercício do poder, de unificar-se para subverter os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista, de organizar-se em instituições renovadoras no seio da sociedade civil. Esta tarefa cabe em grande parte ao partido, com a função de preparar as classes trabalhadoras para o exercício do poder unificando as várias forças existentes nos vários setores da produção em torno de um pensamento orgânico e crítico, o que exige a renovação interna de suas práticas e a experiência cotidiana da gestão democrática.

Para superar o sistema capitalista é necessário que tenhamos uma educação emancipadora que nos forme com uma visão para além do capital. Apenas a formação de uma vanguarda não é suficiente para a superação deste modelo. Com isso entendemos que a educação nos atuais moldes é de interesse e necessário para a manutenção do poder da classe dominante.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL

A partir da década de 1990 foram implementadas diversas políticas voltadas para o público jovem no Brasil. A população jovem passou a ter mais atenção do Estado, pois o governo percebeu que juventude o público jovem era os que mais sofriam com problemas sociais (violência, drogas, e doenças sexualmente transmissíveis e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho) e também eram os autores de homicídios, eram os que mais engravidavam. Diante disso a população jovem passou a ser visto como um risco social a ser resolvido, com isso foram implementadas diversas políticas para solucionar estes problemas (IPEA, 2008, p. 07).

As políticas sociais voltadas para população jovem implementada a partir dos anos 1990 tiveram um caráter mais assistencialista, para suprir as demandas sociais (BELLUZZO e VICTORINO, 2004, p. 08). Estas políticas oscilaram de modo que suas ações foram de controle e assistencial.

As políticas públicas para a juventude no Brasil, em geral são criadas para conter os problemas que atinge a população jovem. Esses problemas em sua maioria tem relação com a questão social, como a falta de emprego e de perspectivas de ingresso no mercado de trabalho. De acordo com Castel (2010) a questão social foi constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa a partir do século XIX no entanto as transformações sociais que vem ocorrendo na economia capitalista desde a década de 1970, tem alterado. Há um distanciamento existente entre o crescimento econômico e o aumento da pobreza.

A assistência social no Estado neoliberal está restrita apenas a políticas básicas como saúde, educação, saneamento, e com restrições a outras assistências (CASTEL, 2010). Com isso o Estado torna se mínimo para as questões

sociais, e apresenta estrutura para assistir os donos de produção nas questões econômicas do sistema capitalista.

Para Castel (2010, p. 453) a condição de assalariamento é a base da seguridade social. Diante disso ao tornar-se desempregado o indivíduo é desassistido e destituído da condição de assalariamento. Neves (1999) aponta que são as relações de assalariamento e o agravamento condições de trabalho que ocorrem, é principalmente em função de empresas, que burlam a legislação trabalhista.

Percebemos que, no atual contexto, a sociedade brasileira se depara com o problema do grande número de casais jovens que moram com os pais, em virtude das dificuldades financeiras, alterando o núcleo familiar tradicional (IPEA, 2008, p. 09).

Outro aspecto que merece destaque é o alto índice de jovens infratores, na faixa etária de 18 a 24 anos. Pesquisas constatarem que o maior número de homicídio doloso; lesões corporais; tentativas de homicídio; extorsão mediante sequestro; roubo de veículo; estupros; uso e porte de drogas são realizados por pessoas que estão na faixa etária de 18 a 24 anos (IPEA, 2008, p. 20). Diante desses fatores contribuíram para que o Estado e a sociedade civil dessem mais atenção aos problemas pertinentes à juventude brasileira, de modo que aumentasse o número de projetos sociais para atender essa camada da sociedade.

Um dos aspectos que mais tem prejudicado a população jovem é a grande dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Alguns estudos apontam que a população jovem é a que mais sofre com o desemprego no Brasil. Há um alto índice de jovens desempregados à procura do primeiro emprego (IPEA, 2008, p. 09). Segundo Batista (2006, p. 201), a partir dos anos 1990, no Brasil, houve um aumento significativo de trabalhadores desempregados em busca do primeiro emprego e apenas uma pequena parte desta multidão conseguiu se inserir no mercado de trabalho. Diante desses aspectos podemos perceber que o jovem está distante do acesso ao mercado de trabalho, o que faz com que parte desse grupo vá para o trabalho informal ou até mesmo para o mundo do crime.

Para Belluzzo e Victorino (2004, p. 14), há um grande desafio para a população jovem, pois o mercado de trabalho encontra-se muito restrito, de modo que é necessária qualificação e experiência profissional.

Os principais problemas que a sociedade enfrenta como saúde; educação, desempregos e violência atingem principalmente a população jovem. A faixa etária de 15 a 29 anos é a que tem o maior risco de mortalidade, quando deveria ser a que menos sofre com esse problema. Em torno de 30% das pessoas que têm AIDS¹⁰, estão na faixa de 15 e 29 anos. A população de 18 a 24 anos é a que apresenta o maior número de viciados em álcool (IPEA, 2008, p. 12).

Ao tratar da questão educacional constata-se que há um alto índice de jovens que estão atrasados no ano escolar, alto índice de evasão escolar, há baixa frequência dos alunos à escola (IPEA, 2008, p.14). Pesquisas mostram que os principais fatores que levam o jovem a sair da escola são, entre os homens, a oportunidade de emprego (42,2%); enquanto que para as mulheres foi a gravidez (21%). Apresenta-se nestas situações o aumento da responsabilidade dessas pessoas. Apesar da universalização do acesso ao sistema educacional, a escola parece não estar preparada para lidar com a diversidade dos alunos, deste modo os resultados não se mostram positivos, pois aumenta a desigualdade social e de aprendizado (IPEA, 2008, p. 15).

A partir dos anos 1990, a população de jovens das regiões metropolitanas apresentou crescimento dos índices de escolaridade (BELLUZZO; VICTORINO, 2004, p. 14). A ampliação do acesso à educação para o jovem trabalhador tem provocado o retorno dessa parte da população para a escola. Há um grande interesse do jovem trabalhador em enriquecer seu conhecimento, para se inserir ou se assegurar no mercado de trabalho. De acordo com o discurso proferido pela classe hegemônica, para que esses jovens possam se inserir no mercado de trabalho é necessário que haja uma formação básica mais ampla. O que podemos constatar é que mesmo com essa formação exigida pela classe

¹⁰ Trata-se de um vírus que ataca o sistema imunológico do indivíduo, tornando a pessoa frágil a doenças. Este vírus também conhecido como HIV é sexualmente transmissível até o presente momento não houve descoberta da cura. Mais informações, disponível no site: <http://www.aids.gov.br>.

hegemônica, não é garantia de acesso ao mercado de trabalho, em virtude do desemprego estrutural.

De acordo com Pochmann (2006, p. 66), no período de 1992 a 2002, houve um aumento considerável de desempregados com maior nível de escolaridade, alcançando o índice de 76,9% de desemprego dos trabalhadores com mais de quatorze anos de estudos. Isto joga por terra os argumentos da teoria do capital humano, visto que o aumento de escolaridade, não é garantia de emprego.

A vinculação do Brasil à dinâmica da mundialização do capital se realizou também pela intermediação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, entre outros, que orientaram a definição de políticas públicas em todas as instâncias da sociedade, particularmente na área de educação, aprofundando a exclusão social. Esse foi o rumo seguido pelas políticas educacionais a partir da década de 1990.

Segundo Ventura e Rummert (2011, p. 74), as iniciativas do poder público em relação a EJA, atendem as demandas do sistema do capital. “A qualidade de ensino ofertada da EJA tem sido diferenciada, os acessos ao conhecimento científico e tecnológico se dão em níveis diferenciados”. O nível de formação e qualificação dos profissionais que atuam na EJA, pode ser considerado diferente nos programas do governo federal, é a que pode ser notado na comparação entre o PROJOVEM e PROEJA.

Diante disso, podemos constatar que esta desigualdade de atendimento do público da EJA, atende aos interesses da classe dominante. A diferença da qualidade da formação deste público, com currículo de curta duração e com atendimento diminuído em relação ao ensino regular, atendem as demandas do mercado com inserção de novos profissionais ao quadro de reservas e por outro lado conforma um grande contingente, que não conseguirá se inserir em postos de trabalho.

Ventura e Rummert (2011, p. 75) apontam que os alunos da EJA têm o direito de obter uma formação adequada às suas necessidades, com espaço e

tempo necessário, e serem atendidos por profissionais com formação e qualificação para atuar com esse público.

De acordo com esta tendência, as políticas públicas para a juventude e as políticas educacionais foram reformuladas com intuito de cumprirem, ao mesmo tempo, a tarefa de formar quadros capazes de operar a tecnologia avançada aplicada nos processos produtivos e também de conformar um grande contingente de jovens trabalhadores que engrossam ano após ano as fileiras de desempregados e de subempregados do país.

Parte substancial das políticas públicas para a juventude, articulam a educação básica com a educação profissional e estão voltadas para a população de 18 a 24 anos, mas não só, atingindo também as de 15 a 18 e as de 24 a 29 anos, boa parte delas visando o retardamento da entradas dessa população no mercado de trabalho, como paliativo à pressão social por empregos. Surgem desta ação governamental, dois grandes programas governamentais em nível nacional: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

3.1. PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROEJA).

O PROEJA foi regulamentado inicialmente pelo Decreto 5.478/2005, que foi substituído pelo Decreto 5.840/2006, cujo objetivo é elevar o nível da escolaridade do trabalhador. Este programa abrange cursos e programas para formação inicial e continuada ou para educação profissional de nível médio na modalidade de EJA. Trata-se de um programa do governo federal que é executado pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEP) voltado, sobretudo, para o ensino de nível médio/técnico.

Segundo o discurso oficial, os cursos oferecidos no âmbito do PROEJA devem considerar as características dos jovens e adultos atendidos e

podem ser articulados ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores. Já aquela formação oferecida no âmbito do PROEJA no nível do ensino médio, deverá ser de forma integrada ou concomitante a este nível de ensino.

O PROEJA pode ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”). Toda a RFEP foi obrigada a implantar cursos e programas regulares no âmbito do PROEJA a partir de 2007, ficando facultativo às redes estaduais e municipais. Mas se observarmos as ações do governo neste campo, percebemos que existe uma forte pressão para que estas redes implantem também o PROEJA. O decreto 5840/2006 determina a ampliação da oferta de vagas na modalidade de EJA, de forma integrada à educação profissional, e deve estar incluída no plano de desenvolvimento institucional de todas as unidades da RFEP.

Os cursos do PROEJA destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores devem contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente: a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional. Já os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente: a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral; a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE) para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos.

As áreas de formação profissional escolhidas para a estruturação dos cursos nas unidades de Ensino deverão estar de acordo com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico. Mas a implementação dos cursos de PROEJA em

maioria foram implementadas em curto espaço de tempo com isso não houve tempo hábil para estudos de modo que atendesse as demandas locais de postos de trabalho.

O governo federal tem centrado muitos esforços na implementação do PROEJA em diversas regiões do país, buscando gerar a ampliação do acesso à educação básica e profissional da população de Jovens e adultos. Entretanto, existem evidências de que, diante do contexto de desemprego estrutural, não há expectativa de inclusão desta parte da população nos postos de trabalho formal, com garantia de direitos sociais e contrato por tempo indeterminado.

Como forma de incentivo e assistência aos estudantes, o governo federal por meio do MEC, oferece bolsa no valor de R\$ 100,00 para que os alunos mantenham na instituição.

3.2. O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM)

O governo federal desenvolveu durante as duas últimas décadas diversas políticas públicas para juventude. Dentre os diversos programas criados pelo governo federal destacamos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) cujo objetivo é ampliar a escolaridade e qualificação profissional dos jovens inseridos neste programa. O público alvo atendido pelo PROJOVEM são jovens de 15 a 29 anos, sem emprego com carteira assinada e que estudaram até a 4ª série do ensino fundamental, mas não concluíram a oitava série, buscando preparar o jovem para o mercado de trabalho (IPEA, 2008, p. 146-147). É importante destacar que as prioridades desse atendimento são para os jovens em condição vulneráveis e em situação de risco social. Como forma de incentivo o governo paga bolsas no valor de R\$ 100,00 para alunos que participam desse programa. De modo geral esse pode ser considerado um atrativo, se levarmos em conta o contexto socioeconômico que os jovens atendidos por esse programa, estão inseridos (BRASIL, 2007, p. 05).

Atualmente o PROJOVEM está integrado a outros programas, passando a ter seis modalidades:

O PROJOVEM passa a reger-se por esta proposta que integra os seis programas governamentais voltados para a juventude e que estão em pleno funcionamento: Agente Jovem, Saberes da Terra, PROJOVEM, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, agora dividido em quatro novas modalidades: PROJOVEM Urbano, PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, PROJOVEM Trabalhador e PROJOVEM Adolescente – Serviço Socioeducativo (BRASIL, 2007, p. 01).

O Programa passou por reformulações alterando a faixa etária atendida:

Na exposição de motivos da referida Medida Provisória, tem-se que o novo Programa, ao ampliar a faixa etária de 15 a 24 anos para 15 a 29 anos, fica em consonância com o padrão internacional de conceituação de juventude que considera adolescentes-jovens (15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 24 anos) e jovens-adultos (25 a 29 anos) (BRASIL, 2007, p. 02).

Observamos que o PROJOVEM Adolescente se apresenta como uma proposta política assistencialista voltada para o público Jovem. Essa modalidade do PROJOVEM é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

O PROJOVEM Adolescente – Serviço Socioeducativo, de Proteção Básica de Assistência Social, criado a partir do atual Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, destinado aos jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou, em situação de risco social, independentemente de renda familiar. Não há auxílio financeiro nessa modalidade, uma vez que o benefício para esta faixa etária será pago diretamente às famílias, especialmente à mulher, como é feito no Programa Bolsa Família, a partir de uma alteração nas regras desse programa (BRASIL, 2007, p. 02).

As duas modalidades seguintes têm como objetivo elevar o nível de escolaridade dos jovens. O PROJOVEM Urbano (coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República) o bem como o PROJOVEM Rural (coordenado pelo Ministério da Educação) apresentam a possibilidade da conclusão do ensino

fundamental num período de 18 meses, unindo a formação escolar com a qualificação profissional:

O PROJOVEM Urbano é uma reformulação do atual PROJOVEM e tem por objetivo promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevação da escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias. Atenderá jovens de 18 a 29 anos, inclusive os que sabem ler e escrever e que não tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental. Inova ao permitir que o jovem tenha vínculo empregatício e ao introduzir o Programa nas unidades prisionais ou de internação de adolescentes em conflito com a lei. A transferência de recursos para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal será automática como nos demais programas já consagrados, a exemplo do Brasil Alfabetizado, do Dinheiro Direto na Escola, e do programa Alimentação Escolar. Enquanto que o PROJOVEM Campo – Saberes da Terra, atenderá jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados e que estejam fora da escola. O programa objetiva elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, oportunizando a conclusão do ensino fundamental, em regime de alternância dos ciclos agrícolas, qualificação e formação profissional. Deverá funcionar como um programa nacional de educação de jovens e adultos para os agricultores e os familiares residentes no campo (BRASIL, 2007, p. 03).

Acreditamos que o tempo proposto para a formação e qualificação desses alunos pode ser considerado curto, de modo que acaba influenciando na qualidade do ensino. Diante desses aspectos acreditamos que essa formação oferecida por essas duas modalidades não é capaz de oferecer ao aluno uma formação escolar do Ensino Fundamental e nem uma qualificação capaz de inseri-lo no mercado de trabalho.

Por fim, o PROJOVEM Trabalhador (coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego), assim como o PROJOVEM Urbano e o PROJOVEM Rural, tem como finalidade inserir o jovem no mercado de trabalho. Diante da atual realidade do desemprego estrutural, é importante destacar que a qualificação profissional não é garantia da inserção no mercado de trabalho. Spósito e Carrochano (2005, p. 155) observam:

[...] o fato de que as crescentes dificuldades dos jovens em se inserir e permanecer no mercado de trabalho só seriam resolvidas a partir da constituição de um cenário econômico de desenvolvimento sustentado, superando a baixa geração de postos de trabalho no país.

Outro aspecto que merece destaque é que os cursos de qualificação devem atender às necessidades da produção local.

O PROJOVEM Trabalhador é a unificação dos Programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica e visa à qualificação profissional, ao desenvolvimento humano e à inserção no mundo do trabalho por meio de convênios e acordos com os órgãos da administração pública ou entidades de direito público e privado sem fins lucrativos. O programa é dirigido aos jovens entre 18 e 29 anos, desempregados, matriculados no ensino fundamental, médio ou em cursos de educação de jovens e adultos, pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (BRASIL, 2007 p. 03).

Em fim percebemos que os programas do governo federal voltados para a juventude têm por objetivo atender jovens que estão em situação de risco social. No capítulo a seguir descreveremos a experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu, e como este programa tem servido uma das ferramentas do Estado para a conformação social de parte da população da classe trabalhadora.

4 O PROJovem URBANO DE NOVA IGUAÇU COMO ESTRATÉGIA DE CONFORMAÇÃO SOCIAL

4.1. A ORIGEM DO PROJovem URBANO NO BRASIL

O PROJovem Urbano tem como objetivo incluir jovens de 18 a 29 anos, que ainda não completaram o Ensino Fundamental. O programa além de proporcionar ao aluno terminar o Ensino fundamental, pode também melhorar sua qualificação profissional. O PROJovem Urbano oferece uma qualificação inicial e além disso, inclui o jovem como cidadão na sociedade, por meio da participação na disciplina chamada participação cidadã, que trabalha esse aspecto com o aluno (SILVA FILHO, 2012, p. 01).

Para Mendes (2012, p. 01):

O PROJovem Urbano desenvolvido em Nova Iguaçu é um programa do governo federal em parceria com a Secretaria de Educação de Nova Iguaçu, que trabalha na reinserção dos jovens no processo de escolaridade e alfabetização.

De acordo com Novaes, Andrade e Silva, (2009, p. 03) o PROJovem Urbano tem como objetivo elevar o nível de escolaridade dos jovens, oferecendo-lhes a possibilidade de conclusão do ensino fundamental num período de 18 meses, unindo a formação escolar com a qualificação profissional. O PROJovem Urbano é uma reformulação do PROJovem implementado em 2005 e tem por objetivo promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevar a escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, promover a iniciação do jovem ao mundo do trabalho e o desenvolver ações comunitárias.

Até o ano de 2011 o PROJovem Urbano era coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, a partir da Resolução 060 de 09 de novembro de 2011, ficou sobre a responsabilidade do MEC (BRASIL, 2011).

Apesar da responsabilidade da gestão do PROJOVEM Urbano deixar de ser da Secretaria Geral da Presidência da República e tornar a ser do MEC. Percebemos que o discurso oficial ainda é o mesmo, e o objetivo do Programa permanece como antes, conforme mostra a Resolução 060/2011:

Art. 2º O PROJOVEM Urbano visa a promover ações para a elevação da escolaridade, a qualificação profissional em nível inicial e a participação cidadã dos jovens beneficiários. Essas ações serão financiadas por transferências diretas de recursos, executadas pelo FNDE/MEC, aos estados e ao Distrito Federal e àqueles municípios listados no Anexo I que aderirem ao Programa e se comprometerem a desenvolvê-lo em completa consonância com as normas estabelecidas nesta Resolução, com o Projeto Pedagógico Integrado e com a legislação que rege o PROJOVEM Urbano.

De acordo com Coelho (2009, p. 01), o PROJOVEM Urbano, na verdade, integra o Programa Nacional de Inclusão de jovens do Governo Federal. Ele é destinado aos jovens com idade entre 18 e 29 anos de idade funciona em três dimensões são eles: 1) aumento da escolaridade por meio da conclusão do ensino fundamental; 2) qualificação profissional, que é uma iniciação ao mundo do trabalho; e 3) participação cidadã, que visa construir com os alunos um plano de ação comunitária onde eles são agentes multiplicadores.

Coelho (2009, p. 03) aponta que, para estar inserido no PROJOVEM Urbano, o jovem deverá estar dentro do perfil exigido pelo Programa, ter idade entre 18 e 29 anos e ser pelo menos alfabetizado, diferente do PROJOVEM anterior, que exigia pelo menos ter concluído as séries iniciais do antigo ensino fundamental.

Para Novaes, Andrade e Silva (2009, p. 01),

O PROJOVEM Urbano é um programa que nasce de uma necessidade. Nasce numa conjuntura onde o país rever a questão da qualidade da educação profissional, a situação de inserção do jovem no mercado de trabalho no tocante da escolaridade. O que nós observamos é que o Brasil num determinado momento na década de 1980 começa a retomar o crescimento. [...] teve uma grande discussão sobre o parque industrial, sobre a renovação do parque industrial. E descobriram que a mão-de-obra não estava especializada. Então o Programa PROJOVEM Urbano vem atender a uma demanda dos jovens de 18 a 24 anos, que faz parte da população economicamente

ativa. Uma população que é alvo do mercado de trabalho. No entanto observa que essa população tinha que ter uma escolaridade aumentada, a qualificação profissional melhor e a preocupação obviamente do ponto de vista da cidadania. Então o PROJOVEM é um programa pedagógico que objetiva o aumento da escolaridade, a qualificação profissional dentro de um arco de qualificações profissionais oferecidas pelo programa e um trabalho de cidadania e com reforço da cidadania. É isso que seria basicamente o programa PROJOVEM que atende cidades com mais de 200 mil habitantes. Nova Iguaçu é uma das 12 cidades do Rio de Janeiro que tem o programa PROJOVEM Urbano.

Segundo artigo primeiro da Resolução 060, de 09 de novembro de 2011, um dos objetivos do PROJOVEM Urbano é:

a necessidade de promover ações efetivas voltadas à inclusão social de jovens negros em situação de vulnerabilidade, de modo a contribuir na implementação do Plano de Enfrentamento da Mortalidade da Adolescência e Juventude Negra, abrangendo os territórios que apresentam os maiores índices de violência contra esse segmento (BRASIL, 2011).

Conforme já apontado anteriormente nos dados do IPEA (2008), dentro da faixa etária de 18 a 29 anos, os jovens negros são os que mais sofrem com os problemas que afetam a juventude no Brasil, seguido pelo sexo feminino. Por conta disso as políticas procuram priorizar o atendimento a esta parte da juventude.

Por conta do aumento do desemprego sobre tudo em relação ao público jovem, as políticas para a juventude em geral articulam a educação básica com a educação profissional. Seguindo o discurso difundido pelos empresários de que o problema do desemprego é por conta da falta de qualificação. O governo federal criou diversos programas que articula a educação básica com a educação profissional, ofuscando a realidade do desemprego estrutural, o PROJOVEM Urbano segue a esta lógica.

A qualificação profissional no PROJOVEM Urbano é denominada como arco ocupacional, que em nível nacional são oferecidos os cursos no quadro 01, sendo que cada município tem seus arcos ocupacionais, dependendo das características e potencial econômico.

QUADRO 01: Arcos ocupacionais e respectivas ocupações previstas para estruturação da formação profissional do PROJOVEM Urbano

ARCOS OCUPACIONAIS	OCUPAÇÕES
Administração	Arquivador Almoxarife Contínuo (Office Boy/ Office Girl) Auxiliar Administrativo
Agroextrativismo	Trabalhador em Cultivo Regional Extrativista Florestal de Produtos Regionais Criador de Pequenos Animais Artesão Regional
Alimentação	Chapista Cozinheiro Auxiliar Repositor de Mercadorias Vendedor Ambulante (alimentação)
Arte e Cultura I	Assistente de Produção Cultural Auxiliar de Cenotecnia Assistente de Figurino Dj/Mc
Arte e Cultura II	Revelador de Filmes Fotográficos Fotógrafo Social Operador de Câmera de Vídeo (Cameraman) Finalizador de Vídeos
Construção e Reparos I (Revestimentos)	Ladrilheiro Gesseiro Pintor Reparador (Revestimento)
Construção e Reparos II (Instalações)	Eletricista de Instalações (Edifícios) Trabalhador de Manutenção de Edificações Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança
Educação	Auxiliar de Administração Escolar Contador de Histórias Inspetor de Alunos Recreador
Esporte e Lazer	Recreador Agente Comunitário de Esporte e Lazer Monitor de Esporte e Lazer Animador de Eventos
Gestão Pública e Terceiro Setor	Agente Comunitário Agente de Projeto Social Coletor de Dados de Pesquisa e Informações Locais Auxiliar Administrativo
Gráfica	Guilhotineiro (Indústria Gráfica) Impressor Serigráfico Operador de Acabamento (Indústria Gráfica) Encadernador
Joalheria	Ourives na Fabricação e Reparação de Jóias Fundidor Auxiliar na Confecção de Bijuterias Vendedor de Comércio (jóias, bijuterias e adereços)
Madeira e Móveis	Marceneiro Reformador de Móveis Auxiliar de desenhista de Móveis Vendedor de Móveis
Metalmecânica	Serralheiro Funileiro Industrial Auxiliar de Promoção de Vendas Assistente de Vendas (automóveis e autopeças)
Pesca e Piscicultura	Trabalhador na Pesca Artesanal Trabalhador na Piscicultura Trabalhador nas Unidades de Beneficiamento e Processamento de Pescados Vendedor de Pescados
Saúde	Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas Recepcionista de Consultório Médico e Dentário Atendente de Laboratório de Análises Clínicas Atendente de Farmácia (Balconista)
Serviços Doméstico I	Faxineira Porteiro Cozinheira no serviço doméstico Caseiro
Serviços Doméstico II	Cuidador de Idosos Passador de Roupas Cuidador de Crianças (Babá)

	Lavadeiro
Serviços Pessoais	Manicura e Pedicura Depilador Cabelereiro Maquiador
Telemática	Operador de Microcomputador Helpdesk Telemarketing (Vendas) Assistente de Vendas (Informática e Celulares)
Transporte	Cobrador de Transportes Coletivos Despachante de Tráfego Assistente Administrativo Ajudante Geral em Transportes
Turismo e Hospitalidade	Organização de Eventos Cumim (Auxiliar de Garçon) Recepcionista de Hotel Monitor de Turismo Local

4.2. O PROJovem URBANO E O TRABALHADOR DE NOVO TIPO

De acordo com Silva Filho (2012, p. 05) a formação geral no PROJovem Urbano é para situar o aluno, de como anda o mercado de trabalho. O aluno precisa se situar para saber qual a dinâmica desse mercado, para que ele escolha de fato o que seguir. O PROJovem entende que se der uma qualificação, nem sempre pode ser aquilo que o aluno quer seguir mais para frente. A formação técnica geral (FTG) é exatamente para situar o aluno como anda essa demanda do mercado de trabalho, esse mundo do trabalho, o que é isso para o aluno. A FTG serve informar o aluno que ele tem outras opções e pode buscar outros caminhos, e não apenas o que é ofertado pelo PROJovem. A relação é essa mostrar para o aluno que há outras opções e outros caminhos, mas ele tem uma qualificação inicial que pode ajudá-lo na escolha dessa profissão.

Percebemos que diante do que foi colocado no parágrafo anterior, na fala do Diretor Geral do PROJovem Urbano no município de Nova Iguaçu, é que o programa não tem uma perspectiva de formação que possa inserir o jovem no mercado de trabalho, de modo que essa inserção só se daria em um momento posterior. Se levarmos em conta que o público atendido são jovens com idade entre 18 e 29 anos, e muitos deles são chefes de família, não podem ficar de fora do mercado de trabalho, e uma profissão acrescentaria uma perspectiva maior de empregabilidade. No parágrafo a seguir Silva Filho (2012, p. 05) descreve como funciona a qualificação profissional do PROJovem Urbano no município de Nova Iguaçu.

[...] é inicial, o jovem não vai sair técnico numa profissão, mas vai receber umas noções básicas na qualificação profissional daquela área. A ideia do Programa é fazer com que o aluno sempre busque algo a mais para ele. A formação tem o intuito de além de dar essa qualificação para o aluno, colocá-lo no mercado de trabalho. Para isso temos qualificadores que trabalham esses arcos ocupacionais. Nessa qualificação profissional os alunos e os educadores tem em uma de suas funções, buscar algo com que aluno possa estagiar trabalhar e construir uma rede que possa ser atendido (SILVA FILHO, 2012, p. 05).

De acordo com Novaes, Andrade e Silva (2009, p. 03), o PROJOVEM é um programa muito relevante para a formação e qualificação dos jovens do município.

[...] o Programa PROJOVEM Urbano é uma ação afirmativa, na medida em que estamos buscando a recuperação de uma faixa da população por uma razão ou outra seguiu privada da aprendizagem da escola, como ele atende a população de 18 a 29 anos. Nova Iguaçu tem um índice muito alto de uma população dentro dessa faixa que precisa de um aumento de escolaridade. Isso é um dado. Outro dado importante é que Nova Iguaçu é uma cidade que visa e aponta para um crescimento do ponto de vista econômico com a implementação de novas indústrias e tudo mais, e isso é muito importante. O PROJOVEM acaba sendo assim um programa que poderá oferecer de mão-de-obra para eventuais programas industriais da cidade.

Contrariando esta tese, Spósito e Carrochano (2005, p. 155) apontam que, diante da atual realidade do desemprego estrutural, é importante destacar que a qualificação profissional não é garantia da inserção no mercado de trabalho:

[...] o fato de que as crescentes dificuldades dos jovens em se inserir e permanecer no mercado de trabalho só seriam resolvidas a partir da constituição de um cenário econômico de desenvolvimento sustentado, superando a baixa geração de postos de trabalho no país.

O discurso dos gestores do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu é de que a qualificação oferecida é capaz de solucionar o problema do desemprego dos jovens atendidos pelo programa, com isso desconsidera que o desemprego é um problema estrutural. Diante disso mesmo que a qualificação oferecida pelo PROJOVEM Urbano fosse consistente, não significaria que os jovens atendidos pelo programa seriam inseridos no mercado de trabalho.

4.3. A EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJOVEM URBANO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Devido a problemas políticos e de má gestão o PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu teve um período de interrupção de suas atividades, parando no ano de 2010 e retomando as atividades apenas em 2012. Por conta deste intervalo das atividades do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu, durante este período não houve atividades desta pesquisa, pois não havia perspectivas do retorno do programa.

Ao ser questionado sobre a interrupção das atividades do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu, Silva Filho (2012, p. 09) informou que não soube o que aconteceu, mas que naquele período, não era obrigatório o Programa ser gerido pela Secretaria de Educação. Hoje com a Resolução 060/2011, é determinado que o PROJOVEM Urbano seja gerido pela secretaria de Educação. Naquela época o programa ficou suspenso e o município ficou de fora por um período de uma nova entrada, e que foi gerido por ONG.

Eu não sei, me parece que houve alguns problemas, eu não posso garantir o que houve. O que posso garantir que a retomada do PROJOVEM se deu pela gestão municipal acreditar que os programas oferecidos pelo governo federal são de qualidade. E nós precisamos saber trabalhar essas parcerias com o governo federal, estadual para que programas educativos como o PROJOVEM possam ser oferecidos à população. Foi um pedido da atual Secretaria de educação e da prefeita, para que o município trabalhasse com o Programa. Isso foi feito e me convidaram para assumir este desafio e nós conseguimos implantar novamente o Programa em Nova Iguaçu, é claro que temos dificuldades, mas acredito que para uma próxima entrada até o número de matrículas possa aumentar, o número de funcionários possa ampliar, mas para uma retomada de trabalho, eu acho que valeu o esforço e a confiança da gestão municipal (SILVA FILHO, 2012, p. 09).

Hoje o PROJOVEM Urbano possui três núcleos distribuídos na cidade. Um na área de Cabuçu, um na área do Parque Flora e outro na área de Austin. O programa atende cerca de 600 jovens, sendo 200 alunos em cada núcleo (SILVA FILHO, 2012, p. 01).

Para Mendes (2012, p. 01) o programa não dá conta das demandas de vagas para os jovens do município. De acordo com Silva Filho (2012, p. 01) a quantidade de alunos atendido pelo Programa não é satisfatória:

Não. Não é satisfatório. O MEC adotou uma política de distribuição do programa, a partir do momento que assumiu o PROJOVEM Urbano. Esse programa não era do MEC era da Secretaria-Geral da Presidência, e a partir do momento em que o MEC assume o PROJOVEM Urbano, ele distribuiu para todo o Brasil, coisa que não acontecia antes. O município de Nova Iguaçu como ficou um bom tempo sem o Programa, eles fizeram um cálculo, acredito eu, essa foi a explicação um cálculo aproximado do que é a taxa de analfabetismo no município, que é algo em torno de 10%, hoje nós temos 600 vagas o que não é satisfatório para essa faixa etária da população de Nova Iguaçu.

O número de jovens atendidos pelo PROJOVEM Urbano no município tem diminuído significativamente se compararmos os dados de 2009 com os de 2012, conforme já citado hoje atende a 600 alunos. O PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu atendia no ano de 2009 a 3.054 jovens, uma faixa considerável da população jovem do município. Inicialmente o Programa chegou a atender em torno de 7.200 alunos, mas com o processo de evasão e diminuição da procura dos jovens, houve uma diminuição do número de alunos atendidos pelo Programa (NOVAES, ANDRADE; SILVA, 2009, p. 02; COELHO, 2009, p. 03).

De acordo com Silva Filho (2012, p. 03) uma das dificuldades encontrada para êxito do PROJOVEM Urbano é manter os alunos, o índice de evasão é muito grande em todos os municípios que tem o programa.

As taxas de evasão nos municípios giram em torno de 50%. O que talvez falta é os municípios entenderem como trabalhar com esse programa para que os alunos entrem e de fato permaneçam nos cursos até o fim dos 18 meses. E talvez as questões burocráticas não só municipais, mas também na esfera federal pode contribuir para isso, eu quero me referir as questões de merenda, transportes, aos constantes atrasos das bolsas (em alguns casos demoram uma eternidade para liberar) oferecidas pelo MEC. Muitos alunos se sentem enganados quando há atrasos das bolsas e alguns acabam saindo, muitos entram por conta desse dinheiro. E quando ele vê que a bolsa demora e não é imediata percebem que o dinheiro não chega esse aluno evade, então esses são os limites que agente esbarra para implementação do programa (SILVA FILHO, 2012, p. 03).

No ano de 2009 as atividades do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu eram realizadas em horário noturno, em 19 unidades escolares (da rede municipal), que são chamadas de Núcleos, e em alguns espaços alugados pelo Programa (NOVAES, ANDRADE; SILVA, 2009, p. 02; COELHO, 2009, p. 01). Hoje as atividades do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu são realizadas em apenas 3 núcleos (MENDES, 2012, p. 01).

Segundo Silva Filho (2012, p. 03) quando retomaram as atividades do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu, não fizeram nenhum estudo, mas já existia na secretaria um levantamento da gestão passado do PROJOVEM Urbano havia algo em torno de 12 mil alunos inscritos. Existia na SEMED/NI uma demanda de alunos a serem cadastrados ainda, que não conseguiram vaga no PROJOVEM Urbano na gestão anterior. Nesse levantamento existia até um estudo das demandas por localidade.

Em relação os educadores do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu, são selecionados por um edital de contratação, e são avaliados por uma banca, que faz uma análise curricular da formação de cada um deles. É exigido dos educadores, terem formação para cada área que irão atuar. Os professores do PROJOVEM Urbano devem estar devidamente qualificados e formados em nível de graduação na área da disciplina que atuarão como docente (MENDES, 2012, p. 03). Segundo Machado (2012, p. 04) para a seleção desses educadores é divulgado um edital, onde o professor que tem a formação específica para a disciplina, passa por uma análise de currículo feito por uma banca selecionadora. Após a seleção os educadores passam por uma formação antes de começar a atividade docente com os alunos. Esta formação é a formação continuada para todos educadores que ingressam no PROJOVEM Urbano.

Silva filho (2012, p. 07) relata que a Resolução 060/2011, diz que existem duas formas de selecionar os educadores do PROJOVEM Urbano. Os gestores do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu, obedeceram esses critérios. Primeiro seria tentar utilizar os professores da rede municipal de ensino, e foram feita três convocações para esses docentes atuarem no Programa, mas não foi bem aceito pelos educadores. Hoje existe apenas uma educadora que faz parte

da rede municipal de ensino de Nova Iguaçu que trabalha no PROJOVEM Urbano. O salário oferecido para esses professores da rede municipal é o mesmo que para os educadores não são concursados do município. Depois que foram feitas estas três convocações de educadores e ainda existia a necessidade de profissionais, então foi lançado um edital, para que professores que não faziam parte da rede concorressem a essas vagas remanescente. Essa seleção foi realizada em abril de 2012, e estes educadores foram selecionados através de edital público.

Em relação aos contratos desses educadores do PROJOVEM Urbano o tipo de vínculo com a prefeitura, são contratos temporários com duração de 18 meses (MENDES, 2012, p. 03). Os contratos não fornecem a esses educadores nenhum tipo de estabilidade, direito a férias, auxílio desemprego, o que podemos considerar que estes trabalhadores estão em situação de precariedade.

Silva Filho (2012, p. 07) aponta que normalmente os professores do PROJOVEM são o que nós chamamos de professor com nível superior, de áreas de disciplinas de língua portuguesa, inglês, história ou geografia, matemática, entre outras. Para participação cidadã, em Nova Iguaçu a opção foi a contratação de assistente social, que os gestores de PROJOVEM Urbano junto com a secretária de educação do município entendiam que era o perfil de profissional adequado para atuar nesta disciplina, embora a Resolução 060/2011, permita que contrate outros profissionais de outras áreas. Para a qualificação profissional no PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu foi que os docentes tivessem nível superior em áreas afins com as disciplinas lecionadas: em construção e reparos II foi selecionada uma engenheira civil; para turismo e hospitalidade foi selecionado um professor de nível superior em economia doméstica; e no arco de saúde foi contratada uma enfermeira.

4.3.1 Fundamentos teóricos e metodológicos do PROJOVEM Urbano

O PROJOVEM Urbano em três dimensões, na educação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã (MACHADO, 2012, p. 02).

De acordo com Silva Filho (2012, p. 02) o funcionamento do PROJOVEM Urbano se dá

[...] na parte pedagógica por módulos. São seis unidades formativas, a cada seis unidades formativas ele tem uma avaliação. Essa avaliação, ela é computada a frequência e pontuação para que o aluno seja aprovado. O PROJOVEM tem a duração de um ano e seis meses, ou seja, dezoito meses. O aluno além de se qualificar ele recebe uma bolsa auxílio no valor de R\$ 100,00, para que possa estudar.

A formação oferecida pelo PROJOVEM Urbano é de nível do Ensino Fundamental. No período de 18 meses o aluno estuda os conteúdos referentes ao período do primeiro ao nono ano, por meio das Unidades Formativas (UF). São seis o número de UF e cada uma possui um eixo estruturante com diferentes temas ligados à juventude que são: 1) juventude e cultura; 2) juventude e cidade; 3) juventude e trabalho; 4) juventude e comunicação; 5) juventude e tecnologia; e 6) juventude e cidadania. A partir desses eixos estruturantes é desenvolvido todo o trabalho do corpo docente. Além dos conteúdos de formação básica, os alunos também recebem formação voltada para o mundo do trabalho. Os professores do eixo básico (língua portuguesa, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, língua estrangeira) desenvolvem atividades em conjunto com os assistentes sociais, que são os responsáveis pela participação cidadã, e com os qualificadores profissionais (COELHO, 2009, p. 03 e MACHADO, 2012, p. 03).

A formação oferecida é distribuída em 6 módulos. Para cada módulo existe um eixo estruturante, que é definido por temas que são trabalhados com os alunos. Para o desenvolvimento das atividades em sala de aula são utilizados os livros didáticos, que para cada eixo estruturante o aluno recebe um livro. Esse livro é apresentado ao aluno, por meio de aulas expositivas, por um profissional em sala de aula. Todo o material é disponibilizado pelo governo federal (SILVA FILHO, 2012, p. 05).

De acordo com Machado (2012, p. 02) os alunos do PROJOVEM Urbano são selecionados pela faixa etária que tem que ter entre 18 e 29 anos de idade. Eles não podem ter o ensino fundamental completo. O programa é voltado para atender preferencialmente jovens negros e que saibam ler e escrever. Silva Filho (2012, p. 3) aponta que existem critérios para se matricular no PROJOVEM

Urbano que são: ter a faixa etária de 18 a 29 anos (ou 17 anos a completar 18, no ano da matrícula; ou 29 anos a completar 30, no ano da matrícula); o aluno precisa possuir documentos de identificação (CPF, identidade), que o aluno saiba ler e escrever. Caso não tenha histórico escolar, deverá fazer uma avaliação que é disponibilizada pelo MEC, para qualificar e ser matriculado.. Sem esse perfil e sem a documentação necessária o jovem não consegue fazer a matrícula. Esses são os critérios básicos para o aluno fazer a inscrição no PROJOVEM.

Os alunos do PROJOVEM Urbano tem que ter 75 % de frequência para ser aprovado e para receber a bolsa no valor de R\$ 100,00 que é oferecida pelo programa. Para que os alunos sejam aprovados é necessário que sejam avaliados internamente pelos docentes do programa e externamente por avaliadores que não trabalham nos núcleos. Essas avaliações são lançadas a cada seis meses junto com a frequência mensal de cada aluno do programa (SILVA FILHO, p. 04). Essa frequência é feita por meio de diários. Todos os professores do PROJOVEM Urbano possuem diários, para controlar a frequência dos alunos matriculados (MACHADO, 2012, p. 03).

O PROJOVEM Urbano tem em sua matriz curricular atividade extraclasse. Segundo Machado (2012, p. 04) uma das finalidades das atividades extra classe é para que o aluno tenha a oportunidade de concluir as atividades no horário não presencial. O aluno precisa ter 75% de frequência presencial e o restante para não presenciais. São trabalhos feitos fora da escola. Neste contexto Silva filho (2012, p. 06) aponta que a atividade extraclasse é

para complementação de carga horária. O professor não só trabalha a carga horária, do aluno, presencial em sala de aula, também temos a carga horária não presencial que nós chamamos de atividades extracurriculares. Esses alunos são chamados e estimulados a fazerem pesquisas a saírem a campo com o professor, buscar outras alternativas que possa enriquecer seu mundo educacional.

Segundo Machado (2012, p. 04) uma das finalidades das atividades extraclasse é para que o aluno tenha a oportunidade de concluir as atividades no horário não presencial.

Em relação à interação dos alunos com a comunidade, Silva Filho (2012, p. 06) aponta que o PROJOVEM Urbano é desenvolvido com os alunos atividades de cidadania em uma disciplina chamada participação cidadã. Essa disciplina auxilia o aluno em sua interação com o meio que vive e isso para o Programa é muito importante. O aluno se reconhece como cidadão daquele lugar onde mora, a participação cidadã tem esse caráter, de levá-lo à sua comunidade e fazer com que se reconheça como cidadão daquele local e conheça o lugar onde reside. A participação cidadã tem mecanismo e instrumentos de trabalho, chamado Plano de Ação Comunitária (PLA), que estimula o aluno a buscar problema de sua comunidade e juntamente com toda sua turma buscar soluções. Essa é a principal interação com a comunidade e o aluno. O aluno vai a campo na comunidade ele reconhece suas dificuldades e seus problemas, se reconhece como parte daquela localidade juntamente com seus amigos busca solucionar. Claro que solucionar um problema para alunos da Baixada Fluminense em lugares que temos carências reais, seja educacional, de saúde, saneamento, trabalho e transporte é um sonho, mas essa disciplina tenta plantar pelo menos uma semente, para que possa ser um agente transformador em sua comunidade. Machado (2012, p. 4) aponta que os alunos desenvolvem trabalhos o PLA, focando um problema local e detectando esse problema, eles podem fazer um trabalho em cima desse tópico escolhido e tentar mobilizar a comunidade para resolver o problema local.

Em relação ao conceito de cidadania percebemos que tem como objetivo atender aos interesses hegemônicos. A formação para cidadania é uma das estratégias de conformação social, ao contrário do conceito de autonomia que tende para uma formação emancipacionista do indivíduo que vá para além do capital, de modo que se tornem críticos.

4.3.2 Características dos alunos atendidos pelo PROJOVEM Urbano

O perfil dos alunos do PROJOVEM Urbano são jovens trabalhadores, muitos já estão inseridos no mercado de trabalho, já constituíram família, são chefes de família, as mulheres já são mães em sua maioria, alunos da classe pobre dos municípios, a maioria é negra, e do sexo feminino (SILVA FILHO, 2012, p. 04).

Por conta da conseqüente situação do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, sobretudo em relação à juventude, uma característica dos jovens hoje é o aumento do tempo de permanência na casa dos pais. Mesmo quando têm filhos, o jovem continua vivendo com seus pais, pois não possui renda suficiente para viver com sua nova família (POCHMANN, 2007, p.29).

O PROJÓVEM Urbano em Nova Iguaçu atende a um público que foi excluído da sociedade e do sistema regular de ensino. Os jovens atendidos pelo programa desacreditam da escola e muitos não queriam retornar aos bancos escolares (COELHO, 2009, p. 02).

Os alunos do PROJÓVEM Urbano em Nova Iguaçu apresentam dificuldades de inserção no Programa, conforme as considerações feitas por Coelho (2009, p. 02):

Os jovens inseridos no programa, normalmente já têm uma família ou pelo menos a maioria deles tem filhos e apresentam muita dificuldade de frequentar com regularidade o PROJÓVEM para ela a dificuldade está na questão pedagógica porque é difícil fazer esse jovem acompanhar esse conteúdo dentro dos 18 meses proposto pelo programa. Mas ao mesmo tempo é um programa com caráter bem inovador, acolhedor, e que consegue compensar essas deficiências. A limitação é não conseguir ter uma frequência regular desses jovens.

Um dos propósitos do PROJÓVEM Urbano em nível nacional é selecionar jovens que sejam preferencialmente negros, do sexo feminino, pobres e em situação de risco social (Brasil, 2011). O propósito é que destes programas é conter os jovens que possa se tornar um “problema social” e que possa se conformar em sua condição de desemprego. Por conta disso o público atendido corresponde ao perfil de jovens de classe baixa em maioria são negros e mulheres.

4.3.3 Expectativas dos gestores do PROJÓVEM Urbano em Nova Iguaçu

Em junho do ano de 2009, foram realizadas duas entrevistas com gestores do PROJÓVEM Urbano em Nova Iguaçu. Naquela ocasião na gestão do Programa no município de Nova Iguaçu havia apenas uma coordenadora executiva e um coordenador pedagógico, e dois auxiliares: um de nível médio e uma de nível

fundamental. Hoje a organização da gestão é composta apenas por um diretor geral, uma assistente pedagógica e uma assistente administrativa.

Para Silva Filho (2012, p. 02) o programa é importante para o município de Nova Iguaçu, pois atende um público jovem que está fora da escola, alunos que não tiveram oportunidade de concluir o ensino fundamental na idade adequada. Segundo Silva Filho (2012, p. 02) o PROJovem Urbano atende a uma

faixa de idade, com o diferencial da parte pedagógica, que a nossa rede no ensino regular não oferece que são jovens que ainda não concluíram o Ensino Fundamental e tem entre 18 e 29 anos de idade. É uma faixa de alunos que já não se enquadram no ensino regular, no horário da manhã e tarde, e para EJA é uma faixa etária reduzida, para esses alunos, o programa é importante porque além deles trabalharem somente com alunos da mesma faixa etária o que é importante, ele vai atingir alunos que realmente foram excluídos em algum momento do ensino regular. Normalmente esses alunos não retornam para a escola, para num outro programa de EJA, por exemplo, então para cada município, não só para Nova Iguaçu o PROJovem é muito importante. Porque todos os municípios têm alunos nessa faixa etária, que não são atendidos e que deixaram de frequentar a escola.

Machado (2012, p.02) acredita que o PROJovem Urbano pode dar oportunidade para esses jovens que por algum motivo não conseguiram concluir o Ensino fundamental, na idade adequada.

Para Machado (2012, p. 02) o objetivo do PROJovem Urbano não é atender totalmente as demandas dos jovens do município, mas poder fornecer uma perspectiva de uma profissionalização inicial, dar uma oportunidade para o aluno a começar a pensar na questão da qualificação profissional.

Silva Filho (2012, p. 03) um dos problemas que o PROJovem Urbano no município de Nova Iguaçu enfrenta na implementação do programa é a burocracia.

Eu acho que o programa ajuda. Eu não sei se o programa vai resolver o problema de alunos nessa faixa etária. O limite como todo o programa de esbarra na esfera pública que são os problemas burocráticos que é para você primeiro implementar, isso já é um problema. Outro problema é manter o aluno na escola, o índice de evasão no programa é muito grande em todos os municípios. As faixas de evasão nos municípios giram em torno de 50%. O que

talvez falta é os municípios entenderem como trabalhar com esse programa para que os alunos entrem e de fato permaneçam nos cursos até o fim dos 18 meses. E talvez as questões burocráticas não só municipais, mas também na esfera federal pode contribuir para isso, ai eu quero me referir as questões de merenda, transportes, as questões do MEC que oferece as bolsas em alguns casos demoram uma eternidade para liberar essa bolsa, os alunos meio que se sentem enganados e alguns acabam saindo, muitos entram por conta disso. E quando ele vê que a bolsa demora, não é imediata, percebem que o dinheiro não chega, esse aluno evade Esses são os limites que agente esbarra para implementação do programa.

Para Mendes (2012, p. 02) apesar de o PROJOVEM Urbano oferecer uma formação inicial que é a conclusão do Ensino Fundamental, articulada com a formação profissional, acredita que mesmo sendo básica é capaz de inserir ele no mercado de trabalho. Na concepção desta gestora

[...] O aluno vai ser certificado tanto no Ensino Fundamental, quanto no profissional, vai receber um diploma devidamente reconhecido que vai ser entregue a ele como um ponta pé inicial no mercado de trabalho (MENDES, 2012, p. 02).

Em virtude do alto índice de desemprego, sobre tudo para a população jovem, nos despertou a curiosidade de saber o que os gestores do PROJOVEM Urbano, pensam em relação à inserção dos alunos do programa no mercado de trabalho. Machado (2012, p. 05) acredita que o PROJOVEM Urbano pode inserir o jovem no mercado de trabalho, mas apenas parcialmente. A ideia é que os alunos do PROJOVEM Urbano de continuidade aos estudos, porque a formação do programa é inicial, de modo que é necessário o avançar mais nos estudos.

De acordo com Silva Filho o PROJOVEM Urbano

é capaz de inserir o aluno no mercado de trabalho, porém eu sempre digo isso para os educadores e para os alunos, que o PROJOVEM é muito pouco para eles. Embora você ofereça uma qualificação inicial, se agente parar bem e pensar, os arcos que são oferecidos para esses alunos, como construção e reparos, por exemplo, o aluno pode trabalhar como pedreiro ou como ajudante e isso para mim é muito pouco. O programa pode inserir o aluno no mercado de trabalho, porém é necessário que o aluno busque mais, uma qualificação melhor, para que possa de fato ser um cidadão que esteja inserido no mercado de trabalho, mas um mercado de trabalho com qualidade.

Para Mendes (2012, p. 03) o PROJOVEM Urbano é capaz de garantir inserção do jovem no mercado de trabalho.

[...] Por que essa oportunidade para os jovens que não tinham um espaço e que achavam que esse espaço não existia. Com o PROJOVEM Urbano aqui no município essa inserção é permitida, é capaz, basta cada um deles aceitarem e querer.

A visão apontada por Mendes, citado no parágrafo anterior mostra uma responsabilização do jovem pelo fracasso ou sucesso no mercado de trabalho, e não considera os aspectos políticos, sociais e econômicos que são relevantes para a inserção no mercado de trabalho.

Silva Filho (2012, p. 10) aponta que alguns aspectos no PROJOVEM Urbano precisa ser reformulado, apesar do Programa hoje ser satisfatório, existem problemas que precisam ser solucionados. O mecanismo de avaliação é um dos problemas, precisa ser mais bem revisto pelo próprio MEC, a forma como esta avaliação é lançada no Programa.

Quando o governo federal estipula critérios, seja de avaliação de profissionais que trabalham no Programa, se existe uma falta, uma falha de intercâmbio, de conversa e de comunicação entre a secretaria, a direção da escola, os educadores na escola, essa falha pode permanecer até o final, pela gestão entender que não é necessário implantar mais profissionais para melhorar o Programa. Então eu acredito que isso deva ser pensado.

Outros aspectos que são necessários reavaliar para a eficácia do PROJOVEM Urbano é em relação às salas de acolhimento. O PROJOVEM Urbano tem em seus núcleos salas de acolhimento que atendem aos filhos dos alunos, ou seja, permite que o aluno leve o seu filho para a escola. Isso já existia antes e era um problema os alunos ficavam na sala com seus filhos e os professores não conseguiam dar aula, e hoje existe sala de acolhimento, que não tem caráter educativo e sim recreativo, e lá tem profissionais que cuidam dessas crianças, isso é um avanço, mas acredito que tenham que existir critérios de inscrição desses alunos nas salas, tem que ser estipulado, por que se não fica por conta da gestão municipal.

São crianças que ficam numa sala com profissionais que não são alunos da escola, isso também é um problema para a direção, por que

se acontecer algum acidente com essa criança irão responsabilizar a escola, isso precisa ser melhor pensado (SILVA FILHO, 2012, p. 10).

Apesar destes problemas Silva Filho (2012, p. 10) acredita que o Programa é belíssimo no seu pensar, na forma como é tratado pelos gestores, mesmo com as falhas o PROJOVEM Urbano é satisfatório.

4.3.4 O PROJOVEM Urbano e a formação para o trabalho em Nova Iguaçu

A qualificação profissional no PROJOVEM Urbano é denominada de arco-ocupacional que no caso de Nova Iguaçu são: telemática; saúde; e construção e reparos. Ao final de todas as etapas os alunos recebem a certificação do ensino fundamental e também certificado de qualificação profissional. Segundo Coelho (2009, p. 05):

A formação geral apresenta para o aluno o mundo do trabalho. Vai mostrar para o jovem como se comportar numa entrevista, como se elaborar um currículo. Estes conteúdos são trabalhados junto aos alunos, pelos especialistas e pelos qualificadores. A parte prática é que caminha mais independentemente, respeitando as especificidades de cada arco ocupacional, no caso da construção e reparos, por exemplo, eles vão trabalhar a parte elétrica, então eles vão ter uma oficina montada, aonde eles vão poder desenvolver suas atividades junto com o qualificador.

De acordo com Silva Filho (2012, p. 05) ao terminar o curso no PROJOVEM Urbano,

o aluno recebe um certificado de conclusão do Ensino fundamental e daquele arco ocupacional que se inscreveu no núcleo. Então se o núcleo oferece o arco de manutenção e reparos, no ato da certificação vai sair com o certificado com o Ensino fundamental e por ter participado da qualificação profissional inicial, com o arco de manutenção e reparos do núcleo.

Em relação ao PROJOVEM Urbano apresentamos algumas considerações, diante de algumas informações disponíveis na internet, no site do programa. Acreditamos que o tempo proposto para a formação e qualificação dos alunos do PROJOVEM Urbano pode ser considerado curto, de modo que acaba influenciando na qualidade do ensino. Diante desses aspectos, acreditamos que

Carga horária total de Participação Cidadã	01	01	01	01	01	01
Total de carga horária semanal	20	20	20	20	20	20

Fonte: BRASIL, 2012.

UF = Unidade de formação

A carga horária curricular do PROJOVEM Urbano apresenta um total de 2000 horas, sendo 1.560 presenciais e 440 não presenciais. Esta carga horária é distribuídas da seguinte maneira: formação básica, com 1092 horas; qualificação profissional, com 390 horas; e participação cidadã, com 78 horas. O que soma um total de 1560 horas. As 440 horas não presenciais constituem o tempo para realização de trabalhos na comunidade onde esta inserido o núcleo em que o jovem estuda. Essas 440 horas estão inseridas dentro do que chamam de participação cidadã, que consiste em realizar atividades como conhecer a sua própria comunidade e conhecer a associação de moradores. Mas isto nos levaria a questionar se esses jovens já não conhecem esta comunidade. De acordo com os coordenadores do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu, a carga horária segue uma determinação do governo federal, de modo que a implementação do currículo no município se configura com a mesma carga horária (BRASIL, 2012; NOVAES, ANDRADE; SILVA, 2009, p. 07; COELHO, 2009, p. 04).

Como se pode notar no quadro 01, das 2.000h de carga horária curricular total do PROJOVEM Urbano, 78% são presenciais e 22% não-presenciais. A formação básica ocupa 54% da carga horária total do Programa, o que corresponde a 70% da carga horária presencial. A qualificação profissional ocupa menos de 20% da carga horária total, o que significa apenas 25% da carga horária presencial. A participação cidadã ocupa pouco menos de 4% da carga horária total, o que significa exatamente 5% da carga horária presencial. Isto demonstra claramente que a formação técnico-profissional é um conteúdo secundário na proposta curricular do PROJOVEM Urbano e que seu foco é a formação geral básica.

4.4. O PROJovem URBANO: CONTRADIÇÕES ENTRE FORMAÇÃO E CONFORMAÇÃO PARA O TRABALHO EM NOVA IGUAÇU

De acordo com Silva Filho (2012, p. 04) o PROJovem oferece para os alunos a formação em Ensino Fundamental, além disso, recebem uma qualificação profissional inicial. No município de Nova Iguaçu são oferecidos 3 cursos, que nós chamamos de qualificação profissional, que é o arco de Saúde, Construção e reparos II e Turismo e hospitalidade.

Os cursos oferecidos pelo PROJovem apesar de serem em áreas que há demandas, dificilmente um aluno deste programa conseguirá se inserir no mercado de trabalho, pois são cursos que dão apenas conhecimentos básicos que não faz dos alunos profissionais da área que escolheram como formação.

De acordo com Silva Filho (2012, p. 08) a questão do empreendedorismo no PROJovem Urbano é trabalhada, embora não seja uma questão central no conteúdo do curso. O aluno, no primeiro instante tem que buscar formação básica e profissional, oferecida pelo programa, o que não impede que os educadores façam palestras, incentivando a buscar mais, mas a questão do empreendedorismo, não quer dizer que não possa ser trabalhado esse tema. Mesmo não sendo o foco central do curso, os educadores trabalham com palestras, e trazem pessoas que são convidadas para falar sobre diversos temas, não só sobre empreendedorismo, mas a questão de gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissível (DST), violência doméstica e outros que são discutidos e trabalhados com o aluno.

Mendes (2012, p. 03) acredita que a questão do empreendedorismo no curso do PROJovem é uma questão muito importante, porque trabalha conteúdos que os jovens precisarão para sua formação. O conteúdo sobre o empreendedorismo será muito útil para esses se inserirem no mercado de trabalho. A questão do empreendedorismo no PROJovem hoje é trabalhado o básico para formação. Já Machado (2012, p. 05) aponta que a questão do empreendedorismo no PROJovem Urbano “por ser uma formação inicial, não dá uma visão geral para que o aluno possa usar como um mecanismo de maiores negócios ou negócios próprios”.

Estas políticas sociais como o PROJOVEM Urbano agem mais como estratégia de conformação social de um contingente imenso da população destinado à precarização do trabalho e em condição de desemprego, do que mecanismo de garantia de ascensão social. O efeito disto é o ofuscamento das causas do processo de exclusão cada vez mais intenso neste contexto de crise do capital, onde grande parte da população trabalhadora é condenada ao desemprego e à precariedade. O efeito deste fenômeno é a mediação do conflito de classe como mecanismo de manutenção da hegemonia da classe dominante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu, nossos dados apontam que, apesar de ter o objetivo de promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, a elevação da escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias, a carga horária curricular é considerada baixa demais para o êxito do Programa. Isto fica ainda mais evidente quando se considera a carga horária de formação profissional, que não chega a 20% do total da carga horária curricular do Programa. Isto nos leva a crer que o tipo de formação escolar que o PROJOVEM Urbano proporciona não atende ao objetivo apresentado no discurso oficial do governo e que a qualificação oferecida é insuficiente para inserir o jovem no mercado de trabalho.

Um dos grandes problemas que percebemos no PROJOVEM Urbano é a falta de integração com políticas sociais de inserção no mercado de trabalho, como o serviço de intermediação de mão-de-obra da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES) do município de Nova Iguaçu. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1106) as políticas de educação profissional do governo federal voltadas para a juventude no Brasil não tem articulação com programas de inserção no mercado de trabalho.

Apesar do surgimento de novas demandas de qualificação do trabalhador nos últimos anos, é bem verdade que de modo geral não se dá muita importância à crítica ao papel da ciência e da tecnologia no processo de acumulação, o que se percebe é a um artifício de conformação (SOUZA, 2009, p. 320).

Como vários autores (MESZÁROS, 2000, 2006; ANTUNES, 2005, ALVES, 2000; SOUZA, 2003; 2004; 2009) apontam, a partir do atual contexto de reestruturação produtiva, que desencadeou em novos mecanismos de gestão do

trabalho em consequência ampliou o índice de desemprego, percebemos que a qualificação profissional já não representa a certeza de inserção nos postos de trabalho, pois o desemprego estrutural é uma evidência na contemporaneidade. Diante disso o mercado de trabalho dispõe de poucos postos de trabalho, e os demais trabalhadores estão fadados a precarização ou a informalidade.

O que percebemos neste contexto é que a inclusão no PROJOVEM Urbano é o que chamam de inclusão excludente, pois não é capaz de inserir o jovem no mercado de trabalho, não solucionando seus principais problemas, de modo que a juventude fica a margem da sociedade.

Sem perspectiva de emprego, a juventude brasileira vem prolongando sua vida escolar, porém nem sempre em cursos de qualidade, nem mesmo os jovens que possuem um diploma universitário têm mais garantia de empregabilidade, porém aos que não têm acesso à escola, a criminalidade e o consumo de drogas são as alternativas para ocupar este "tempo livre" (POCHMANN, 2007, p. 29 e FRIGOTTO, CIAVATTA & RAMOS, 2005, p. 1103). O PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu não foge a esta realidade, pois acaba servindo para manter os jovens mais tempo na escola, além de conformar para o desemprego, visto que dificilmente esses alunos irão se inserir no mercado de trabalho após a conclusão do curso.

Outro aspecto fundamental a ser destacado é a afinidade das políticas educacionais do Banco Mundial propostas nos anos 1990, para os países latino-americanos, com os propósitos do PROJOVEM Urbano. Com isso constatamos que as políticas educacionais voltadas para o público jovem no Brasil, sobretudo o PROJOVEM Urbano são direcionadas a partir das determinações do Banco Mundial para América Latina.

A função mais evidente do PROJOVEM é a conformação de um contingente imenso da população no contexto de precarização do trabalho e desemprego, minimizando substancialmente o conflito de classe decorrente do processo de exclusão cada vez mais intenso neste contexto de crise do capital.

BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 29-64.

ANDRADE, Flávio Anício. A formação do “cidadão-trabalhador”: educação e cidadania no contexto do “novo industrialismo”. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2ª Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008. p. 59-78.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho. In: ____ (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 15-25.

____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. p.19-57.

BATISTA, Eraldo Leme. Transformações no Mundo do Trabalho e o Debate: Trabalho e Educação. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano (Org.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Maringá, PR: Práxis, 2006. p. 191-213.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação Produtiva, Ideologia e Qualificação: Crítica as noções de Competência e Empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 143-172.

BELLUZZO, Lilian, VICTORINO, Rita de Cássia. A juventude nos caminhos da ação pública. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.18, n.4 p.8-19. 2004.

B.M. (Banco Mundial). **Prioridades y estrategias en la educación: examen del Banco Mundial**. Washington: DC, 1996. 195 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 60 de 09 de novembro de 2011**. Estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM Urbano, para entrada de estudantes a partir de 2012. Brasília: 2011.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e Legislação Correlata**. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2004. 88 p.

_____. **Medida Provisória nº 411 de 2007**, dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **DECRETO Nº. 5.840 de julho de 2006**. Documento Base – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5478 de 24 de junho de 2005**. Institui, No âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional Ao Ensino Médio Na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. Brasília: SETEC, 2005.

_____. Secretaria Geral. PROJOVEM Urbano. **O Curso: carga horária e atividades**. 2012. Disponível em: [<http://www.PROJOVEM.gov.br/site/interna.php?p=matéria&tipo=Conteudos&cod=727>], acesso: 20/05/2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (CMNI), **Dados do Município**. Disponível em: [http://www.cmni.rj.gov.br/nova_iguacu/dados_municipio/], Acesso em: 19/06/2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 9ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. 611p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 242p.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

DELUIZ, Neise. A Globalização econômica e os desafios da formação profissional. In: **Boletim Técnico SENAC**. Rio de Janeiro, 22 (2), maio/agosto 1996, p. 15-21.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1989.p.35-68.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: **Educação e Sociedade**. Campinas (SP), v.26n. 92, out. 2005. p. 1087-1113

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008. 92p.

_____. **Caderno de Cárcere**. Vol.1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004. p.93-114

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 444p.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 117-139.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 14ª edição. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: [[http://www.ibge.gov.br/cidadesat /painel/painel.php?codmun=330350#](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330350#)] Acesso em 10 de maio de 2012.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2008. 310 p.

JÚLIO, Marcelo. Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 115-141.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2011. 250p.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. p. 113-139.

MEHEDFF, Carmen Guimarães. A Construção da política de pública de trabalho e renda. In: VOGEL, Arno; YANNOULAS, Silvia. (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda e controle democrático: a qualificação dos conselhos estaduais de trabalho no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2000 p.41-81.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. 80p.

_____. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ensaio Ad Hominem 1 – Revista de Filosofia, Política, Ciência da História**. Tomo I, p. 83-124, [1999].

_____. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**: São Paulo: Boitempo, 2006. P.26-44.

NEVES, Lúcia M^a. Wanderley (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. 312p.

_____. **Educação e política no Brasil de hoje**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1999. 107 p.

_____. Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 1990: período Itamar. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2ª Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008. p. 05-58.

OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminações. In: ____; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

OLIVEIRA, Ramon de. **A (dês) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época; v. 101). 96p

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (PMNI). **Dados Principais**. 2012. Disponível em: [<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/dados.php>]. Acesso em 10 de maio de 2012.

_____. Coordenadoria de Orçamento, Planejamento e Gestão. **Relatório sobre a economia do município de Nova Iguaçu**. P. 1-38, Julho, 2005. Mime-o

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**: a situação atual e as perspectivas dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. 2ª Ed. São Paulo: Publisher, 2007. 120 p.

_____. Desemprego do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 59-73.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 16ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008. 174 p.

SCHLENER, Anita Helena. Intelectuais e política: observações acerca do transformismo nos escritos de Antonio Gramsci. **Outubro**: revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n.18, p.199-220, 1º semestre/2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Ester Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SOUZA, José dos Santos. A “nova” cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da “nova” pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Londrina, PR: Práxis, 2003. p. 173-200.

_____. A qualificação do trabalhador no contexto da construção de nova regularidade para a produção social da vida material no capitalismo contemporâneo. In: TUMOLO, Paulo Sérgio; BATISTA, Roberto Leme (Org.).

Trabalho, Economia e Educação: perspectiva do capitalismo global. Londrina, PR: Práxis, 2008. p. 313-341.

_____. Diálogo social, disputa de hegemonia e consentimento ativo na gestão local dos recursos do FAT: a experiência do município de Vitória da Conquista/BA. In: MEHEDFF, Carmen Guimarães; PRONKO, Marcela (Org.). **Diálogo social, harmonização e diversidade no mundo do trabalho.** Brasília: FLACSO, 2003b. p.111-128.

_____. **O sindicalismo brasileiro e a qualificação do trabalhador.** Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009, 197p.

_____. Trabalho, educação e luta de classes na sociabilidade do capital. In: SOUZA, José dos Santos; ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade.** Maringá, PR: Práxis: Massoni, 2010.

_____. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil:** anos 90. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 223p.

_____. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez., 2004.

_____. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. In: _____. (Org.). **Trabalho, qualificação e políticas públicas.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 13-33.

SPOSITO, Marília Pontes, CARROCHANO, Maria Carla. A face Oculta face transferência de renda para jovens no Brasil. **Revista Tempo Social.** São Paulo, v.17, n.2, p.141-172, novembro/2005.

_____. SILVA, Hamilton Harley de Carvalho; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para os jovens em

municípios de regiões metropolitanas. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, maio/agosto 2006. p.238-257.

VENTURA, Jaqueline Pereira; RUMMERT, Sonia Maria. Considerações político-pedagógicas sobre as especificidades da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Org.). **Educação de jovens e adultos: políticas e práticas educativas**. Rio de Janeiro: NAU: EDUR, 2011. p. 67-85.

FONTES PRIMÁRIAS

COELHO, Maria Margarida. **Maria Margarida da Cunha Coelho** (Coordenadora Executiva do PROJovem Urbano de Nova Iguaçu): entrevista [jun. 2009]. Entrevistador: José dos Santos Souza. Nova Iguaçu (RJ): SEMED-NI, 2009. Mimeo. Entrevista concedida ao Grupo de pesquisa sobre trabalho política e sociedade da UFRRJ.

MACHADO, Carla Cristiane. **Carla Cristiane Delgado Machado** (Assistente Pedagógica do PROJovem Urbano de Nova Iguaçu): entrevista [set. 2012]. Entrevistador: Ricardo de Souza Ribeiro. Nova Iguaçu (RJ): SEMED-NI, 2012. Mimeo. Entrevista concedida ao Grupo de pesquisa sobre trabalho política e sociedade da UFRRJ.

MENDES, Neiliane Silva Domingos. **Neiliane Silva Domingos Mendes** (Assistente Administrativo do PROJovem Urbano de Nova Iguaçu): entrevista [set. 2012]. Entrevistador: Ricardo de Souza Ribeiro. Nova Iguaçu (RJ): SEMED-NI, 2012. Mimeo. Entrevista concedida ao Grupo de pesquisa sobre trabalho política e sociedade da UFRRJ.

NOVAES, Adelson Peçanha, ANDRADE, Márcia Brum dos Santos; SILVA, Rosângela Fernandes da. **Adelson Peçanha Novaes, Márcia Brum dos Santos Andrade e Rosângela Fernandes da Silva** (membros da Equipe de Coordenação Pedagógica do PROJovem Urbano de Nova Iguaçu): entrevista [jul. 2009]. Entrevistadores: Ricardo de Souza Ribeiro e Bruno Oliveira Figueiredo. Nova Iguaçu (RJ): SEMED-

NI, 2009. Mimeo. Entrevista concedida ao Grupo de pesquisa sobre trabalho política e sociedade da UFRRJ.

SILVA FILHO, Luiz Carlos da. **Luiz Carlos da Silva Filho** (diretor geral do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu): entrevista [set. 2012]. Entrevistador: Ricardo de Souza Ribeiro. Nova Iguaçu (RJ): SEMED-NI, 2012. Mimeo. Entrevista concedida ao Grupo de pesquisa sobre trabalho política e sociedade da UFRRJ.

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 200 p.

BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 3ª edição São Paulo: Cortez, 1996. 104 p.

CARDOSO, José Celso; GONZÁLEZ, Roberto. Desemprego Juvenil e políticas de trabalho e renda no Brasil: a experiência recente dos Consórcios Sociais da Juventude. **Inclusão Social**. Brasília, v.2 n.1 p.30-46, outubro/2006-março/2007.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos (Org.). **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil**: pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990. Cascavel (PR): EDUNIOESTE, 2007. 325 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 217 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003. 231p.

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria (Org.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. 140 p.

_____(Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. 188 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular. 2010. 184p.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2006. 198p.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 144p.

MARX, Karl, ENGELS, Frederick. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128p.

_____. **O manifesto comunista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 65p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010. 223 p.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder:** crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2008. 96 p.

QUINTANEIRO, Tania, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira e OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de Clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2ª edição. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 159 p.

SOUZA, José dos Santos & SALES, Sandra Regina (Org.). **Educação de jovens e adultos:** políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro NAU editora; Seropédica (RJ): EDUR, 2011. 241 p.

SOUZA, José dos Santos (Org.). **Reflexões da prática docente na EJA.** Seropédica (RJ): EDUR, 2010. 241 p.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro de entrevista para os gestores do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu em 2009.

ENTREVISTADOS (as): Gestores do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu em 2009.

PERGUNTAS:

- 1) O que é o PROJOVEM Urbano?
- 2) O município de Nova Iguaçu possui quantos núcleos do PROJOVEM Urbano?
- 3) Quantos jovens são atendidos no município de Nova Iguaçu?
- 4) Como se dá a dinâmica de trabalho do PROJOVEM Urbano?
- 5) Qual a importância deste Programa para Nova Iguaçu?
- 6) Você acredita que este Programa pode de fato dar conta das demandas da população jovem de Nova Iguaçu? Quais são de fato seus limites e suas potencialidades nesse sentido?
- 7) Antes de implementar o PROJOVEM Urbano aqui em Nova Iguaçu, vocês fizeram algum estudo sobre a população jovem do município, procuraram saber suas condições socioeconômicas, seus anseios, suas manifestações culturais etc.?
- 8) Como são selecionados os alunos atendidos pelo PROJOVEM Urbano?
- 9) Qual o perfil escolar desses jovens?
- 10) Que tipo de formação é oferecida pelo o PROJOVEM Urbano?
- 11) Existe algum tipo de certificação desta formação?
- 12) Como é computada a carga horária desta formação?
- 13) Existe algum mecanismo de controle de frequência?

- 14) Como é definido o conteúdo da formação oferecida e a metodologia do trabalho formativo no o PROJovem Urbano?
- 15) Qual é a relação entre a formação geral e a formação profissional no PROJovem Urbano?
- 16) Como são selecionados os formadores do PROJovem Urbano?
- 17) É exigido algum tipo de formação para a docência dos formadores do PROJovem Urbano?
- 18) Que tipo de vínculo estes formadores têm com a prefeitura? São contratos temporários? São contratos com carteira assinada? São servidores municipais concursados?
- 19) Que concepção de trabalho e educação prevalece no cotidiano do PROJovem Urbano?
- 20) Existe algum incentivo ao empreendedorismo, no conteúdo do curso?
- 21) Você acredita que o PROJovem Urbano é um programa capaz de garantir condições de a população atendida ser inserida no mercado de trabalho?
- 22) Como é a formação para o trabalho oferecida pelo PROJovem Urbano?
- 23) Vocês conseguem de fato garantir a integração entre a formação geral e a formação profissional? Como?
- 24) O Programa teve algum período de interrupção das atividades no município? Caso sim, quais foram os motivos?
- 25) Tem algo que você não teve oportunidade de dizer e que gostaria de acrescentar?

ANEXO II

Roteiro de entrevista para os gestores do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu em 2012.

ENTREVISTADOS (as): Gestores do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu em 2012

PERGUNTAS:

- 1) Qual seu nome?
- 2) Que função você ocupa no PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu?
- 3) Você pode me explicar o que é o PROJOVEM Urbano?
- 4) O município de Nova Iguaçu possui quantos núcleos do PROJOVEM Urbano?
- 5) Você considera que a quantidade de jovens atendidos no município de Nova Iguaçu é satisfatória?
- 6) Como funciona o PROJOVEM Urbano?
- 7) Qual a importância deste Programa para Nova Iguaçu?
- 8) Você acredita que este Programa pode de fato dar conta das demandas da população jovem de Nova Iguaçu? Quais são de fato seus limites e suas potencialidades nesse sentido?
- 9) Antes de implementar o PROJOVEM Urbano aqui em Nova Iguaçu, vocês fizeram algum estudo sobre a população jovem do município, procuraram saber suas condições socioeconômicas, seus anseios, suas manifestações culturais etc?
- 10) Como são selecionados os alunos atendidos?
- 11) Qual o perfil escolar desses jovens?
- 12) Que tipo de formação é oferecida?
- 13) Como é computada a carga horária desta formação?

- 14) Existe algum mecanismo de controle de frequência?
- 15) Existe algum tipo de certificação desta formação?
- 16) Como é definido o conteúdo da formação oferecida e a metodologia do trabalho formativo?
- 17) Que tipo de relação existe entre a formação geral e a formação profissional no PROJovem Urbano?
- 18) Em que consiste exatamente a formação profissional no Programa?
- 19) Qual o caráter das atividades extraclasse?
- 20) Como se dá a interação com a comunidade na dinâmica do Programa?
- 21) Como são selecionados os formadores?
- 22) É exigido desses formadores algum tipo de formação para a docência?
- 23) Que tipo de vínculo esses formadores têm com a prefeitura? São contratos temporários? São contratos com carteira assinada? São servidores municipais concursados?
- 24) Como é tratada a questão do empreendedorismo?
- 25) Você acredita que o PROJovem Urbano é capaz de garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho?
- 26) Sabemos que o Programa teve um período de interrupção de suas atividades no município. O que aconteceu? Como se deu a retomada das atividades?
- 27) Tem algo que você não teve oportunidade de dizer e que gostaria de acrescentar?

ANEXO III

Entrevista transcrita com a Coordenadora Executiva do PROJOVEM Urbano no Município de Nova Iguaçu de 2009.

Coordenadora Executiva do PROJOVEM Urbano no Município de Nova Iguaçu:
Maria Margarida.

José: Bem, estamos aqui para gravar a entrevista com a coordenadora do PROJOVEM Urbano em Nova Iguaçu, Maria Margarida da Cunha Coelho. É... Hoje é o dia 09 de junho de 2009, às 15 horas. Boa tarde, Maria Margarida.

Margarida: Boa tarde.

José: Você é a coordenadora do PROJOVEM aqui em Nova Iguaçu?

Margarida: Eu sou a coordenadora executiva do PROJOVEM de Nova Iguaçu e nós temos também o coordenador pedagógico.

José: Você poderia definir a diferença de uma função para a outra para nós?

Margarida: Sim. O coordenador executivo cuida da parte administrativa, de toda execução do programa e o pedagógico está voltado para a parte didática, o acompanhamento do corpo docente...

José: OK. Você poderia descrever pra nós o que é o PROJOVEM Urbano?

Margarida: É... O PROJOVEM Urbano na verdade integra o Programa Nacional de Inclusão de jovens do Governo Federal, né? Ele é destinado aos jovens de 18 a 29 anos de idade funciona em três dimensões. Que é o aumento da escolaridade através da conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional, que é uma iniciação ao mundo do trabalho, e a participação cidadã, que visa construir com esses meninos um plano de ação comunitária onde eles são agentes multiplicadores, né? Que procuram é... Solucionar algumas dificuldades dentro da localidade onde ele tá inserido.

José: Quantos jovens são atendidos hoje?

Margarida: dois mil e quatrocentos

José: Como é que se dá essa dinâmica de trabalho do PROJOVEM Urbano?

Margarida: Então, pra atender esses dois mil e quatrocentos jovens, nós é... Assim: já existe um desenho, né? Que vem do governo federal, nós precisamos manter um

pólo com dezesseis núcleos que são as escolas, as escolas municipais. Cada uma dessas escolas recebendo entre 150 e 200 alunos, né? E ale... É... Acontece toda parte de elevação da... Da escolaridade... Da participação cidadã... E a parte prática da qualificação profissional, ai, às vezes é desenvolvida em outros espaços, dependendo do arco ocupacional que os alunos escolhem.

José: Esses espaços são... Espaços públicos ou...?

Margarida: Podem ser alugados Existe uma verba no programa para essa finalidade, tanto para locação de equipamentos como de espaços.

José: Qual é a importância desse programa pra a cidade de Nova Iguaçu?

Margarida: Olha! Eu acho que a importância é enorme, né? Porque atende uma parcela da população assim... Várias vezes excluídas, né? Do sistema regular de ensino... Pessoas que já estavam assim... É... Um termo um pouco pesado, mas até certo ponto desiludidas, não queriam retornar aos bancos escolares e com esse novo formato do ensino com acolhimento diferenciado que é dado por esses professores eles retornam e... e... Se adaptam novamente e passa a ter uma nova perspectiva de vida, né?

José: Você acredita que o PROJovem pode de fato dar conta das demandas é... Da população jovem de Nova Iguaçu?

Margarida: Eu diria que uma parcela, né? Acho que não na totalidade, que tem os outros programas que ajudam, né? EJA, BRASIL ALFABETIZADO, mas eu acho que o PROJovem da conta de uma grande parcela sim.

José: Qual seria os limites e as possibilidades do PROJovem?

Margarida: É o que acontece, agente recebe um público assim que tem uma história de vida um pouco diferenciada, né? Então esses jovens normalmente já têm uma família ou pelo menos a maioria deles tem filhos e... assim eles tem muita dificuldade né? De frequentar com regularidade o PROJovem então assim eu diria que a dificuldade está na questão pedagógica porque é difícil fazer esse jovem acompanhar esse conteúdo dentro dos 18 meses né do programa é um grande desafio, né? Mas ao mesmo tempo é um programa com caráter bem inovador, acolhedor, e que consegue é compensar né essa, essas deficiências. A limitação eu acho que é bastante por ai, agente não consegue ter uma frequência (tosse) regular desses jovens.

José: Antes de implementar o PROJOVEM Urbano aqui em Nova Iguaçu. Vocês fizeram algum estudo sobre a população jovem do município? Vocês procuraram saber suas condições socioeconômicas, os anseios desses jovens? Quais as manifestações culturais (pausa) deles?

Margarida: Olha, na verdade eu não estava aqui na época da implantação, mas eu sei que o município (pigarro/tosse), tem toda uma política voltada pra ser uma cidade assim em excelência em termos de educação então é, através do Bairro Escola, vários levantamentos foram feitos (tosse). Me desculpe.

José: Não. Não tem problema.

Margarida: Vários levantamentos. Já têm uma rede de alunos. Foram feitos com esse público exatamente pra saber das necessidades, das práticas, do que mais agrada a eles como poderia é... Como forma de poder motivá-los a retornar aos bancos escolares, que também tem fosse feito não dentro do PROJOVEM exatamente uma grade muito fixa, agente pode oferecer uma coisa a mais, mas não pode fugir daquilo que já ta determinada dentro do Programa, mas de qualquer maneira assim associando aos outros programas que acontece no município essa pesquisa foi feita sim, pra atender justamente os anseios as necessidades.

José: E como é que são selecionados os jovens para ser atendidos pelo programa?

Margarida: Primeiro eles precisam estar dentro desse perfil que é estar é estar dentro da faixa etária, de 18 a 29 anos é e ser pelo menos alfabetizado. Esse programa foi baseado, assim com todo o estudo que foi feito no PROJOVEM original, que era diferente. No projeto original o aluno precisava pelo menos ter concluído a quarta série antigo ensino fundamental, hoje não precisa mais, basta ele ser alfabetizado que ele está apto a entrar no programa. Então é aberto o período de cadastramento, porque todo esse programa é controlado pela mesma central de dados, que esta em Juiz de Fora que ligado a Universidade Federal de Minas Gerais, eles controlam toda vida do aluno. Então inicialmente é feito um cadastro só depois disso ele está apto a entrar no PROJOVEM, esse cadastro fica aberto mais ou menos por um período de dois meses.

José: Então todos que se cadastram são atendidos?

Margarida: A princípio sim porque o município tinha um umas 7200 vagas disponíveis e assim... Até foi atingido no primeiro momento, mas infelizmente existe mesmo essa evasão.

José: É... Que tipo de formação é oferecido pelo PROJOVEM?

Margarida: Então é... A formação de ensino fundamental né? Ele vai cursar nesse período de 18 meses da primeira a oitava série, agora nono ano né? Através de unidades formativas. Então. São seis unidades formativas que tem um tema, um eixo estruturante né? Que são diferentes temas ligados a juventude. Aonde a unidade 1- juventude e cultura; 2- juventude e cidade; 3- juventude e trabalho, 4- juventude e comunicação; 5ª juventude e tecnologia; e a 6ª juventude e cidadania. Esses conteúdos caminham juntos. Né? Os professores especialistas, que são os professores de língua portuguesa, matemática, ciências da natureza e ciências humanas e... Língua estrangeira caminha junto com assistente social que é responsável pela participação cidadã e os qualificadores profissionais que são escolhidos é dentro de alguns arcos, aqui no município é nós temos telemática, saúde, e construção e reparos. Então. Em cima desse eixo estruturante que é desenvolvida todo o trabalho do corpo docente.

José: E esses jovens. Eles recebem algum tipo de certificação?

Margarida: Recebem a certificação do ensino fundamental e também um certificado da qualificação profissional.

José: E como é que computada a carga horária dessa formação?

Margarida: Existe uma carga horária mínima exigida pelo programa. É... O programa todo tem uma carga horária de 2 mil horas. São 1560 horas presenciais e 440 não presenciais. É... Existe a frequência, regular que ele tem dentro de sala de aula e mais aulas de qualificação também e mais as atividades externas que são propiciadas, tem sempre a lista de presença. A carga horária informada e digitada neste sistema que eu falei para vocês, tudo é computado, tudo está registrado o tempo todo.

José: O que ocorre com o jovem, que não tem uma frequência, ou não atende uma frequência mínima?

Margarida: Ele não consegue essa certificação, ele tem a chance de retornar em uma outra entrada, que agente chama né? No município no PROJOVEM Urbano vai recomeçar desde o início.

José: E qual é essa frequência mínima? É 75%?

Margarida: É 75%.

José: Como que é dividido o conteúdo da formação é... Oferecida e a metodologia do trabalho formativo, né? Como é que vocês definem esse conteúdo? Através de reuniões pedagógicas ou ele já é predeterminado pelo MEC?

Margarida: É. Ele já tem uma predefinição né? Pelo governo federal, mas existem as reuniões pedagógicas semanais e existe também a formação continuada que é aqui no município é feito, é feita, pela Universidade Rural, através da FAPUR. Talvez o coordenador pedagógico ele possa te esclarecer mais.

José: Ok. Qual é a relação, existente no PROJOVEM, entre a formação geral e a formação para o trabalho?

Margarida: É. Ele tem uma formação é técnica geral, que agente chama STG. Que vai prepará-lo para o mundo do trabalho, então caminha junto, com as, com os conteúdos né? Das... Das especialidades, os conteúdos são trabalhados juntos, professores de língua portuguesa, de matemática, de ciências, e tal apoiam todo o trabalho da qualificação, e da participação cidadã. É... Desculpa, esqueci exatamente o que você queria saber.

José: Não. É. Como é que esta relacionado a formação geral com a formação para o trabalho? Você havia dito que tinha uma formação para o trabalho geral.

Margarida: É. Isso. A formação geral apresenta para ele o mundo do trabalho, vai mostrar para ele como se comportar numa entrevista, como se elabora um currículo, então tudo isso é trabalhado junto pelos especialistas e pelo qualificador. A parte prática é que caminha mais independentemente né? Por que ai no caso da construção e reparos, por exemplo, eles vão trabalhar a parte elétrica, então eles vão ter uma oficina montada, aonde eles vão poder desenvolver suas atividades junto com o qualificador.

José: Como é que são selecionados os formadores do PROJOVEM?

Margarida: Pois é aqui no município assim. Como queriam primar mesmo pela excelência nessa formação. Foi contratado a FAPUR, foi feito um convenio com a FAPUR, para que ela executasse essa formação de todo o corpo docente.

José: Mas e. É. Os docentes foram selecionados de que forma?

Margarida: Através de currículo e entrevista. Essa seleção foi feita pela prefeitura de Nova Iguaçu, depois disso, eles foram tudo encaminhados para a FAPUR, tiveram uma capacitação inicial de um mês, e ao decorrer do programa eles tem semanalmente essa formação continuada.

José: Então a seleção foi por análise de currículo?

Margarida: Isso.

José: E teve alguma entrevista?

Margarida: É. Entrevista.

José: Entrevista.

José: E foi exigido desses formadores, alguma qualificação na área de docência?

Margarida: Sim. Com certeza.

José: Todos deveriam ser professores licenciados?

Margarida: Sim.

José: É. Que tipo de vínculo esses formador tem com a prefeitura? Vínculo profissional?

Margarida: É um contrato. Um contrato, na verdade com a instituição, não diretamente com o formador, no nosso caso como eu falei é com a FAPUR, que é ligada com a Universidade Rural.

José: Então vocês são? Os formadores são contratados pela FAPUR?

Margarida: Isso.

José: Que concepção é? De trabalho e educação prevalece no PROJOVEM? No cotidiano desse. Existe uma discussão, sobre isso no? Existe algum acúmulo nesse sentido?

Margarida: Essa pergunta é mais direcionada ao coordenador pedagógico, né?

José: Ok. E você acredita que o PROJOVEM é um programa capaz de garantir condições a população atendida ser inserida no mercado de trabalho?

Margarida: Olha. A proposta do PROJOVEM Urbano não é essa. Como eu falei para vocês. Ela faz uma iniciação né? Ela tenta despertar o jovem para alguns arcos ocupacionais para que dali por diante ele busque uma formação mais especializada, procure se aprofundar mais, não existe nenhum compromisso de inclusão no mercado de trabalho. Ai já ficaria por conta do PROJOVEM trabalhador, que ele já pode ser inserido no mercado de trabalho. Assim que ele conseguir concluir o PROJOVEM Urbano.

José: Sim. Eu gostaria de te agradecer pela disponibilidade por nos dar entrevista.

Margarida: Eu que agradeço.

José: É eu gostaria de dizer que essas informações serão utilizadas para fins de pesquisa. Né? E qualquer identificação do entrevistado, sempre seria consultada.

Né? E gostaria de saber se você gostaria de acrescentar, alguma coisa acaso não tenha perguntado?

Margarida: Não. Eu queria só assim dizer que o PROJOVEM é um programa que é de difícil execução, mas que tem uma bela proposta de inclusão desses jovens. Acho que a intenção de dar uma formação geral, eu diria que houve uma preocupação até de inserir o assistente social nesse trabalho de cidadania e a elaboração de um, plano de ação comunitária. Agente teve uma preocupação como um todo. Então assim as experiências que agente teve no PROJOVEM original.

ANEXO IV

Entrevista transcrita com a Coordenação Pedagógica do PROJOVEM Urbano no Município de Nova Iguaçu em 2009.

Entrevistados:

Adelson Peçanha Novaes¹¹

Márcia Brum dos Santos Andrade¹²

Rosangela Fernandes da Silva¹³

Ricardo: Bom dia! Hoje é dia 17/07/2009. Estamos aqui com o coordenador Pedagógico do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu, Adelson Peçanha Novaes que está sendo auxiliado na entrevista por Márcia Brum dos Santos Andrade. É... Que é do Apoio de Nível Médio e por Rosangela Fernandes da Silva que é. Apoio. Apoio superior. Apoio de Nível Superior.

Ricardo: É... Adelson. O que é o PROJOVEM Urbano?

Adelson: O PROJOVEM Urbano é um programa que nasce de uma necessidade. Nasce numa conjuntura onde o país rever. Né? A qualidade profissional, a situação de inserção do jovem no mercado de trabalho no tocante da escolaridade. O que nós observamos é... O Brasil num determinado momento na década de 1980 começa a retomar o crescimento. Não sei se vocês se lembram de que até teve uma grande discussão sobre o parque industrial, sobre a renovação do parque industrial. E descobriram que a mão-de-obra não estava especializada. Então o Programa PROJOVEM Urbano vem atender a uma demanda dos jovens de 18 a 24 anos, que faz parte da população economicamente ativa. Uma população que é alvo do mercado de trabalho. No entanto observa que essa população tinha que ter uma escolaridade aumentada, a qualificação profissional melhor e a preocupação obviamente do ponto de vista da cidadania. Então o PROJOVEM é um programa

¹¹ Coordenador Pedagógico do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu.

¹² Apoio de Nível Médio do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu.

¹³ Apoio de Nível Superior do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu.

pedagógico que objetiva o aumento da escolaridade, a qualificação profissional dentro de um arco de qualificações profissionais oferecidas pelo programa e um trabalho de com cidadania e com reforço da cidadania. É isso que seria basicamente o programa PROJOVEM que atende cidades com mais de 200 mil habitantes. Nova Iguaçu é uma das 12 cidades do Rio de Janeiro que tem o programa PROJOVEM Urbano.

Ricardo: E quantos jovens são atendidos pelo programa no município de Nova Iguaçu?

Adelson: Nós estamos hoje com 3054 jovens sendo atendidos pelo programa PROJOVEM Urbano.

Ricardo: Como se dá a dinâmica de trabalho do PROJOVEM Urbano, aqui no município?

Rosângela: É. O trabalho é se dado primeiramente com uma formação continuada para os professores. É através dessa formação continuada, tem a formação básica, que o Adelson já havia falado anteriormente, a qualificação profissional e a participação cidadã. Essa é na verdade a dinâmica do PROJOVEM dentro do município de Nova Iguaçu.

Adelson: Eu estava querendo continuar também o seguinte. É. O horário nós utilizamos as unidades escolares da rede municipal. É um programa que tem suas aulas a noite. Né? Esse funcionamento à noite, ele exige. É... O aumento da escolaridade. E do ponto de vista teórico e prático. É os arcos profissionais de qualificação profissional. E no final um projeto que envolve o ato de cidadania que os educandos acabam tendo que desenvolver.

Bruno: Como está estruturado esse programa aqui no município?

Adelson: Bom. Nós temos aqui no município. Nós temos aqui no município atualmente. É... Dezenove unidades escolares porque no PROJOVEM nós não temos o nome unidades escolares, nós temos o chamado núcleo. Cada escola, cada unidade escolar tem o nome de núcleo considerando o programa pedagógico. São 19 escolas que atende a 3097 alunos. Né? Três mil e cinquenta e quatro alunos. Desculpa! E nós temos professores. Os professores. Né? Que são qualificados para trabalhar no programa PROJOVEM, como a Rosângela falou antes. Nós temos. É condição *sine quanom* para existência do programa todo um projeto, todo um trabalho de formação inicial para esses professores para eles se adaptarem ao

programa, a pedagogia do PROJOVEM, e ainda, isso só no inicial e depois na formação continuada porque o PROJOVEM trabalha em cima de 6 módulos que... Seis é módulos de 3 meses cada um e nós temos atualmente começando o módulo 4 . E... Então cada um desses módulos tem como pressuposto a formação continuada desses professores para se adaptarem, para se adequarem para rediscutir como está a relação dos educandos ou professores. Então nós temos hoje 19 unidades dentro de Nova Iguaçu operando no PROJOVEM Urbano.

Ricardo: Qual a importância deste Programa para Nova Iguaçu?

Adelson: Bom. O Programa PROJOVEM Urbano dentro de Nova Iguaçu é muito importante porque a cidade de Nova Iguaçu, primeiramente porque é uma cidade que tem uma população carente. Né? Historicamente carente do ponto de vista da educação. Né? Nós tivemos. É. Podemos até dizer que o Programa PROJOVEM Urbano é um programa é uma ação afirmativa, na medida em que estamos buscando a recuperação de uma faixa da população por uma razão ou outra seguiu privada da aprendizagem da escola, como ele atende a população de 18 a 29 anos. Nova Iguaçu tem um índice muito alto de uma população dentro dessa faixa que precisa de um aumento de escolaridade. Isso é um dado. Outro dado importante é que Nova Iguaçu é uma cidade que visa, que aponta para um crescimento do ponto de vista econômico com a implementação de novas indústrias e tudo mais, e isso é muito importante. O PROJOVEM acaba sendo assim um programa que poderá suportar é, ou melhor, o oferecimento de mão-de-obra para eventuais programas industriais da cidade. Me parece que o PROJOVEM se adapta demais a uma cidade que está querendo crescer, como Nova Iguaçu.

Ricardo: Você acredita que este Programa pode de fato dar conta das demandas da população jovem de Nova Iguaçu? Quais são de fato seus limites e suas potencialidades nesse sentido?

Adelson: Eu. Eu. Depois vou passar para os colegas falarem alguma coisa. Que eu não gosto muito de ficar respondendo sozinho, eu gosto de dividir. Mas eu diria o seguinte: a população de Nova Iguaçu o programa PROJOVEM tem como premissa é. Ele não visa a pessoa de 18 a 29 anos que não tem formação nenhuma. Ele tem como premissa o aumento da escolaridade, partindo da ideia de que a pessoa tem que ter algum nível de escolaridade já. Acontece que Nova Iguaçu ele tem também um perfil de população que não tem realmente escolaridade, trata-se da agente

discutir a universalização do acesso ao ensino da população com idade maior. Né? Então eu diria assim para responder essa pergunta. Atende a população de Nova Iguaçu? Não porque tem como grande premissa que a pessoa já tenha algum tipo de escolarização. No entanto nós temos também uma faixa considerável de pessoas em Nova Iguaçu que não tem educação nenhuma que não recebeu nada e que precisaria, mas para isso nós temos outros programas aqui que se enquadram nessa nova, nessa realidade, nesse novo perfil, que é do analfabeto. Vou falar assim. Nós temos o Brasil alfabetizado, tecendo saber. Então eu diria o programa PROJOVEM não atende integralmente, atende assim a uma faixa, os outros completam. Eu diria assim.

Ricardo: Antes de implementar o PROJOVEM Urbano aqui em Nova Iguaçu, vocês fizeram algum estudo sobre a população jovem do município, procuraram saber suas condições econômicas, socioeconômicas, seus anseios, suas manifestações culturais etc.?

Rosângela: É para você montar um projeto dentro do município, com certeza tem que ser feito um estudo antes, para ver se contempla esse projeto dentro do município. E com certeza foi feito sim, porque o PROJOVEM já contempla dentro do município desde 2005, com o PROJOVEM original, e através disso veio o PROJOVEM Urbano. São favorecidas as pessoas mais carentes, e que não tiveram condições de completar seu ensino fundamental, por isso a faixa etária é de 18 a 29 anos. Uma faixa etária que na verdade, está aí sem preparação para o mercado de trabalho, mas com certeza sim foi feito esse trabalho de pesquisa para ver se a população realmente entrava mesmo dentro desse nível. É porque nós temos um projeto que só é fornecido através de quantidades de pessoas, de população dentro município.

Ricardo: E... Como são selecionados os alunos atendidos pelo PROJOVEM Urbano?

Rosângela: Então. Os alunos são selecionados condicionados através é... Por cada região é feito esse estudo. Por que o que acontece. É. Aqui no município de Nova Iguaçu ele é muito grande. É teve alguns municípios emancipados, mas continua sendo muito grande. Então a nossa população é de jovens sem nenhuma escolaridade ou então baixa escolaridade. Então foi feita essa, essa condição de inscrições em escolas para que esse jovem tivesse que estudar próximo a sua casa.

Na verdade ele é selecionado simplesmente pela faixa etária de idade e não tendo a escolaridade que é o ensino fundamental completo.

Ricardo: Qual o perfil escolar desses jovens?

Adelson: Eu poderia dizer o perfil desses jovens. É se enquadram perfeitamente daquilo que se espera de uma cidade como Nova Iguaçu, que faz parte de uma, um, uma área metropolitana muito grande. Eu não diria que Nova Iguaçu uma cidade de periferia, porque Nova Iguaçu é uma cidade que tem um perfil muito cosmopolita, mas não tenha dúvida nenhuma que a população de 18 a 29 anos que é atendida pelo PROJOVEM sejam jovens que precisa trabalhar. Né? Viu-se privado de educação anteriormente e com essa idade ou está trabalhando normalmente se desloca para a cidade do Rio de Janeiro ou uma população que de alguma forma esta procurando por trabalho. Então tem a ansiedade de se qualificar de alguma forma. Então esses jovens de 18 a 29 anos que frequentam o PROJOVEM é uma pessoa que trabalha. Que sai do trabalho, que vai às 18 horas para o núcleo para as unidades escolar e lá ela recebe o conteúdo que é oferecido pelo programa PROJOVEM. Sabendo dizer que o programa PROJOVEM aqui em Nova Iguaçu, como em todo o lugar ele oferece a merenda, a alimentação escolar noturna, e o programa PROJOVEM tem uma característica que é de pagamento para quem é frequente em R\$ 100,00 por mês, que o programa, o governo federal oferece. Muita gente coloca os R\$100,00 por mês, no ponto de vista do assistencialismo. Não é só assistencialismo. Na verdade a pessoa que trabalha a noite, de alguma forma ela deixa de fazer algum trabalho, ela gasta para trabalhar e os R\$ 100,00 não pode ser visto do ponto de vista do assistencialismo, sempre eu coloco isso, e sim uma forma de repor aquilo que uma pessoa carente estaria perdendo em ter que se deslocar para casa a noite ou então deixar até mesmo de realizar alguma atividade que pudesse ganhar dinheiro, então R\$ 100,00 é uma recuperação ou uma reposição daquilo que ele estaria perdendo. É uma ajuda de custo mesmo por essa situação. Então o jovem de 18 a 29 anos o perfil dele, é de uma pessoa com a ansiedade do trabalho ou a pessoa que está num trabalho que não está inteiramente satisfeito. Né? E procura o PROJOVEM como uma forma de poder alavanca a posição social, a posição profissional, uma pessoa que trabalha com esforço. Né? Porque desloca Nova Iguaçu tem vários núcleos, as vezes em locais

onde o acesso não é adequado, infelizmente nós só temos como oferecer desse jeito e ai sempre estudar no PROJOVEM é fazer algum esforço. É isso.

Bruno: É. Nesse tempo que vocês estão desenvolvendo o trabalho do PROJOVEM. Vocês identificaram diferença no perfil desse jovem, nesse município? Que é um município grande. Vocês identificaram alguma diferença nesse perfil, para o atendimento?

Márcia: Nessa divisão de núcleo. Então tem lugares que você vê, sinaliza esse perfil a carência maior. Né? É. A parte de escolaridade também é mais baixa.

Adelson: Ele esta perguntando assim: A consequência do trabalho do programa PROJOVEM o retorno, se há uma modificação no perfil? Né?

Márcia: Há sim. É enorme. A ansiedade deles é essa. Quando encontramos os jovens eles se sentiam excluídos. Né? Esse é o pilar. O grande pilar do PROJOVEM. O pilar que eu vejo, que eu observo, além de aumenta a escolaridade também sua parte de cidadania. Olha só sem escolaridade, sem qualificação, eles se sentiam excluídos. Então volta esse anseio de estudo, a frequência deles está tornando maior e crescendo. Então ele esta tomando parte desse crescimento dele mesmo em como moral e como perfil de jovens. Né? Quer dizer o local onde ele mora que ele está estudando próximo era uma exclusão e ali onde se tem o PROJOVEM eles têm outras aberturas de melhoria também do local. Então faz essa parte de crescimento e o jovem ele muda esse perfil, eles deixam de ser excluídos, ele torna tendo assim, ele termina a escolaridade que é o ensino fundamental e com qualificação.

Adelson: Eu queria até lembrar uma coisa interessante o programa PROJOVEM ele acaba transformando numa condição, numa qualidade social. Não é? Existe por conta do programa PROJOVEM aqui em Nova Iguaçu nas comunidades nós temos uma banda de música do PROJOVEM. Né? Numa das escolas daqui, que é a escola Alda Ferreira. Então ela. O programa PROJOVEM retornou para a sociedade até uma série de propostas sociais interessante como uma banda. Né? Então eu acho assim que o programa PROJOVEM tem trazido retornos grandes para a comunidade. Mesmo porque o PROJOVEM se inseriu como um fato dentro da comunidade. A comunidade participa. Ontem mesmo estávamos vendo uma pessoa veio nos procurar de uma escola aqui. O Osiris?

Rosângela: O Osiris Neves.

Adelson: Que queria que a comunidade, os estudantes do PROJOVEM do Osiris fizesse um dia, uma tarde de programa social, na comunidade. Como aplicação de flúor, ação social, como carteira de documentação, carteira de identidade. Então o PROJOVEM acaba virando um programa com uma comunidade coesa, que tem sua identidade assim dentro da própria comunidade.

Rosângela: E até mesmo uma referência no município. Né?

Ricardo: E que tipo de formação é oferecido pelo o PROJOVEM Urbano?

Rosângela: Então. Como já foi dito. É. Existe a formação básica que é constituída de português, matemática, ciências da natureza, ciências humana, e o inglês. Essa é a formação básica. Tem a qualificação profissional, que ai o município escolhe. E dentro do nosso município de Nova Iguaçu foi escolhida telemática; saúde e construção e reparos. Que é a parte da profissionalização. E tem a participação cidadã que são pessoas formadas em assistente social que faz todo esse contexto junto com os professores e alunos. A participação cidadã ela da todo apoio a esses jovens dentro da comunidade. Ela faz com que os alunos é... Conheçam sua própria localidade, conheçam seu próprio município e faça essa integração do PROJOVEM com a comunidade para que as pessoas da comunidade sejam inseridas dentro da escola, sejam inseridos, façam uma participação de comunidade com a escola. Porque vimos que a escola não pode ter essa diferenciação, comunidade é uma coisa e escola é outra e a participação cidadã vem para isso. Além de fazer com que a comunidade entre dentro da escola e a escola vá para dentro da comunidade. Ela levanta a autoestima desse aluno. Ela faz com que esse aluno. É... Se não tem documentação providencie não só dele, mas também de suas famílias. O que agente encontra nesses locais bem pobres mesmo. Crianças família daquele jovem que estuda PROJOVEM sem documentação e ai é esse caminho que o PROJOVEM faz dentro da sua própria comunidade.

Adelson: O PROJOVEM provoca. Ele realmente tem uma pedagogia de provocação da escola interagir o máximo com a comunidade em ações sociais, e isso é interessante realmente.

Ricardo: Existe algum tipo de certificação desta formação?

Márcia: Sim. No final do curso ele tem essa certificação.

Adelson: Podia até colocar que o programa PROJOVEM ele tem tempo de 18 meses ininterruptos. E terminando esses 18 meses ele recebe essa certificação.

Ricardo: Mas como assim? Como é essa certificação? O que vem nesse certificado?

Márcia: Essa certificação tem que vir com Ensino Fundamental. Então ele está qualificado dentro do Ensino Fundamental.

Rosângela: Respondendo você a questão da carga horária o que o certificado tem a ver com a carga horária. Então como ele sai? Ele frequentando esse 18 meses de PROJOVEM ele está qualificado a ingressar no Ensino Médio. Então a carga horária da formação básica é 1092 horas, a qualificação profissional é 390 horas e a participação cidadã é 78 horas, num total de 1560 horas. Dentre esse nós temos é as horas não presenciais. O que quer dizer horas não presenciais? São hora que o jovem não está dentro de sala de aula, mas estão fazendo trabalho na comunidade, da participação cidadã, de conhecer a sua própria comunidade e aí é conhecer a associação de moradores. É fazer um pouco do que o Adelson colocou antes, que esse jovem que é de uma comunidade, está necessitando, está pedindo que façamos. Que o PROJOVEM promova uma participação cidadã. Então esse é o trabalho da participação cidadã que o PROJOVEM promove. E o total de horas não presenciais é 440 horas. Então juntando essas 1560 horas com as 440, o total de horas são 2000 horas que o PROJOVEM tem para ele ser certificado para o Ensino Fundamental.

Ricardo: Como é computada a carga horária desta formação?

Rosângela: Com as presenças. Porque toda sala de aula como no ensino regular tem a sua presença. A professora faz chamada, tudo como a escola regular. E isso é enviado para Brasília. E em Brasília é computado. Normalmente como a escola regular faz. Entendeu?

Adelson: É interessante colocar. É importante Rosângela passar para o pessoal. Que o programa PROJOVEM. É um programa que faz um acompanhamento não localizado, mas centralizado em Brasília por um sistema *on line* de forma que as presenças, são presenças *on line*, o acompanhamento pedagógico é *on line*. Né? De forma que o sistema que funciona é um sistema que se chama CAEDE que nós temos acesso a através da internet e de senha. No entanto esse programa ele coloca para nós assim, ele está sempre atualizado com a frequência de cada aluno, e se cada aluno está. Ele é realmente centralizador da situação. Ele o programa PROJOVEM não descentraliza para o município, o município executa, mas a sua. O seu detalhamento é centralizado e está *on line*.

Ricardo: Como é definido o conteúdo da formação oferecida e a metodologia do trabalho formativo no o PROJovem Urbano?

Ricardo: Qual é a relação entre a formação geral e a formação profissional no PROJovem Urbano?

Márcia: Quando o aluno recebe o certificado do Ensino Fundamental, preparando para o Ensino Médio. Né? Mas quando se faz a pesquisa, quando ele faz a pesquisa e vendo o déficit da parte de qualificação ele não sai qualificado, mas sai preparado. Tudo é básico. Tanto teoria e prática. Quando retiramos desses 3 arcos que foi escolhido aqui em Nova Iguaçu, em telemática, saúde e reparos., nós sentimos, vimos o déficit, então ele sai é curso básico ele sai assim, mas na certificação não sai sendo qualificado profissionalmente, ele sai com seu certificado de Ensino Fundamental, mas ele se torna único na prática, no estudo. Ele tem sua base e tem sua prática. Teoria e prática.

Ricardo: É. Como são selecionados os formadores do PROJovem Urbano?

Rosângela: A... Isso foi através de inscrição, através de currículos, e aí através dos seus currículos é feita uma avaliação. Né? Em todo o corpo docente foi esse processo: encaminhamento de currículo e avaliação.

Adelson: Agora é bom saber o seguinte: começa ter uma formação inicial em que os professores são obrigados a por esse programa. Não lembro quantas horas são, mas é que o quantitativo são 64 horas de formação inicial onde é apresentado o programa político pedagógico. Programa Pedagógico Integrado que é chamado no PROJovem é assim. Então é apresentado o programa, onde é apresentado para todos os professores que é a sua dinâmica, como é que tem que ser o programa todo. E depois da formação inicial tem a formação continuada. Formação continuada é no intervalo de cada uma das, no intervalo de uma Unidade e outra, que são seis no decorrer dos 18 meses. Então aí já é uma formação que visa fazer uma avaliação do programa, visa recorrer rumos do programa, rediscutir qual a dinâmica que está dando entre educador e educando. Então é assim que se dá a formação dos formadores, vamos chamar assim.

Ricardo: Que tipo de vínculo estes formadores tem com a prefeitura? São contratos temporários? São contratos com carteira assinada? São servidores municipais concursados?

Rosângela: Na verdade tem uma ONG aonde faz todo esse processo então eles têm carteira assinada, mas não são funcionários da prefeitura eles são funcionários da ONG dessa instituição aonde faz a gestão desse programa dentro do município.

Ricardo: e você sabe me informar qual é a ONG? Que faz essa seleção.

Rosângela: Hoje é a ATA, é a ONG que faz todo o processo dentro, que trabalha com o PROJÓVEM dentro do município.

Adelson: Eu desejava colocar coisa mais ou menos assim: o programa PROJÓVEM é um programa direto do gabinete da presidência da república. Né? E ele escolhe as prefeituras, no ponto de vista das carências, no ponto de vista de estar no perfil do programa PROJÓVEM e ele entrega ao município, hoje estados e municípios a tarefa de implementar o programa naquele município. O que? Como é que é feito e a coisa se dá? O município tem uma equipe. Que é uma equipe, no caso somos nós aqui. Uma equipe que faz coordenação no ponto de vista do município. No entanto a execução propriamente dita ele é feita por intermédio da contratação de conveniar com uma instituição não governamental. Né? Que vai fazer a execução propriamente dita do programa. E nós tratamos de acompanhar toda essa execução e redireciona-las, ou seja, adaptar o programa, essa execução ao município de nova Iguaçu inclusive resolvendo problemas que venham surgir no funcionamento dela. Por exemplo: uma unidade tem um problema qualquer é no ponto de vista administrativo, a unidade, a ONG não teria condição de solucionar isso, no entanto nós como prefeitura poderíamos resolver. Então nós acompanhamos por cima. Né? Coordenamos por cima um trabalho com uma instituição não governamental que trata de executa-la.

Bruno: Os critérios de seleção a ONG que faz a seleção? Né dos professores?

Adelson: A ONG faz a seleção junto conosco, Nós que acompanhamos perfeitamente assim qual é o perfil do formador, se ele está enquadrado, se eles atendem as exigências do programa. Na verdade a responsabilidade não é nem nossa. Né? Então nós tratamos de fazer com que as instituições não

governamentais executem de forma que não frature o objetivo fundamental do programa.

Ricardo: Que concepção de trabalho e educação prevalece no cotidiano do PROJovem Urbano?

Adelson: O programa PROJovem Urbano ele tem uma preocupação com que nós tenhamos uma pedagogia dialógica, de forma que há uma necessidade que a dinâmica pedagógica da sala de aula, seja uma dinâmica de interação permanente, de interação horizontal entre o aluno e o professor. De forma que nós entendemos assim que o formador, como ele está interagindo com de forma horizontal com a comunidade que ele está inserido, de forma que é uma metodologia, uma concepção dialógica, uma concepção, não diria democrática, mas dialógica e dialética na medida em que a interação é o ponto fundamental dessa concepção na relação educando educador, formador formando.

Ricardo: Você acredita que o PROJovem Urbano é um programa capaz de garantir condições de a população atendida ser inserida no mercado de trabalho?

Adelson: Eu acho que ela ajuda. Ela ajuda. Né? Nós temos uma ideia de que agente, como a Márcia falou, o programa PROJovem Urbano ele não qualifica plenamente. Né? Ele não qualifica plenamente, mas ele aponta profissionalmente. No caso aqui de Nova Iguaçu nós trabalhamos junto com as instalações elétricas na qualificação profissional. Então sai um grande profissional? Não. Não sai. [tosse]. No entanto ele sai com algum conhecimento. Né? Então ele está plenamente preparado para o mercado de trabalho? Não, mas pelo menos ele tem alguma posição, tem algum referencial mesmo que no programa PROJovem o aluno, é o educando ele recebe muita informação do mundo do trabalho. Né? Como é que se dá a relação de trabalho, como é que se dá os direitos trabalhistas, o que é necessário para se montar uma empresa, uma pequena empresa ele é de alguma forma, a ele é apresentado de alguma forma o mundo do trabalho.

Ricardo: E como é a formação para o trabalho oferecida pelo PROJovem Urbano?

Rosângela: Então. É... A formação para o trabalho como eu já disse aqui no município de Nova Iguaçu foi escolhido 3 arcos. Né? Da se o nome de 3 arcos ocupacionais, que foi a telemática, aonde da noções a esse jovem de informática.

Então ele aprende todos os primeiros eixos da informática. Né? Ele se aproxima da tecnologia, ele se sente assim mais próximo aos computadores e nem todos tem essa condição. Então ele se sente assim mais próximo. Né? Na questão da informática, ele tem a parte teórica e tem a parte prática. Que a intenção é de cada núcleo, cada unidade escolar, que tenha 10 computadores para suprir as necessidades desses alunos. E temos o professor qualificado para isso. Então ele dá "X" de horas teóricas e "X" de horas prática. Na parte que também foi escolhido aqui em Nova Iguaçu, área de saúde que é recepcionista. Não vai sair ninguém na área de saúde verificando pressão nada disso. Ela tem noções de atendimento ao cliente.

Adelson: a dinâmica de um hospital.

Rosângela: É a dinâmica de um hospital, como você arquivar documentações. Então na verdade também essa pessoa o qualificador ele é formado dentro da área de saúde, porque aí tem visitas aos hospitais, visitas a laboratórios. Então tem a parte teórica e a parte prática e a outra que é construção e reparos. Tá então. O qualificador também é uma pessoa que já fez o curso no SENAI. Então ele ensina esse jovem a trocar lâmpadas, montar uma tomada. É... Fazer uma extensão, enfim.

Adelson: A lógica da eletricidade. Né?

Rosângela: Ele dá a esse jovem a oportunidade do primeiro momento, do básico. E através desse momento o jovem desperta nele uma curiosidade aí ele pode sim se aperfeiçoar num curso mais completo. Essa é nossa intenção de provocar mesmo o jovem para que incentive a ele a fazer, a aumentar a qualidade, a ele fazer um curso mais completo.

Ricardo: Vocês conseguem de fato garantir a integração entre a formação geral e a formação profissional? Como? Como se dá?

Márcia: Então é isso mesmo a formação geral e essa formação profissional ela interage, ela se integra. Quando nós estamos dando o básico para ele. É... Sair dessa, vou colocar um nome assim tão chocante pobreza hereditária que ainda existe. Né? Meu pai não tem escolaridade nem minha mãe, então meu pai e minha família e tem meus irmãos. Então ele sai dessa sequência, quebra-se. Essa provocação como a Rosângela falou. Provocar os jovens nada mais é que quebrar

essa hereditariedade e da a ele essa interação. Então ele sai capaz de saber fazer e trabalhar nessa parte, não sai claro para o mercado de trabalho, mas ele tem sua base. Então ele sabe conhecer e ligar um computador, ele sabe fazer uma manutenção dele, ele sabe mexer nele, ele sabe na parte de saúde como vai quando ele encontrar ali, ele vai encontrar, eu sei como se fazer o atendimento, se esta correta ou não e já começa a cidadania conhecendo, então ele consegue de fato garantir. Ele consegue garantir essa interação. Esse é o importante dele aqui. Né? Tanto na formação geral como na formação profissional, como ele esta trabalhando, ele esta estudando dentro dessa carga horária dividida, o programa divide a ele. E esse programa ele vem da base de pesquisa. Né? Tanto lá de Brasília ele faz essa abertura e nós pesquisamos e vimos que há condições de garantir dele.

Bruno: Quais foram os critérios que aqui em Nova Iguaçu foi utilizado para escolher essas áreas que você colocou? Telemática, saúde?

Rosângela: E construção e reparos? Tá isso ai é feita uma pesquisa com uma participação cidadã, fez uma pesquisa em cada bairro para ver qual seria a necessidade de escolha desses arcos. E são os próprios alunos que escolheram esses arcos ocupacionais. Então isso é feito dentro de um cotidiano do município. Então foram os próprios alunos junto com a participação cidadã que viu a necessidade de ter esses cursos, dentro do nosso município.

Bruno: Dentro das diretrizes do PROJOVEM como é que vocês do PROJOVEM colocam relação entre o jovem, educação e o trabalho?

Adelson: Como é?

Bruno: Como é que se da às diretrizes do PROJOVEM nas suas ações entre a relação jovem, educação e trabalho? Jovem, educação, qualificação e trabalho.

Adelson: Eu não entendi bem. Me desculpa. Como é que eu vejo a relação entre o jovem e o trabalho? Bom o PROJOVEM ele não é completo a ponto de direcionar o jovem para o mercado de trabalho, ele apenas prepara da uma luz, aponta simplesmente. De forma que ele simplesmente eu acho que o PROJOVEM oferece para o jovem na verdade é da sim um sentir do mundo do trabalho para ele e ali que ele se desenvolva que ele de continuidade ao seu desenvolvimento. Na verdade

ele não tem assim objetivamente, ele não direciona objetivamente, dali não sai ninguém para um local “X” de trabalho ou não.

Bruno: Você colocou dentro do conteúdo do ensino do PROJOVEM questões assim de abertura de empresas. Eu gostaria de saber assim qual o conteúdo empreendedor do PROJOVEM?

Adelson: Olha só eu não sei se vocês conhecem no programa do SEBRAE existe um curso que é até muito conhecido que se chama “Como iniciar seu próprio negócio” . O que seria isso? Você deve conhecer. É um programa que mostra exatamente aquelas coisas inicial de quem tem interesse de montar uma empresa. O que é isso? É... Você para abrir uma empresa você precisa ter uma razão social, você para abrir uma empresa precisa ter um local definido, e que esse local tem que estar adaptado, tem que vê se naquele local pode montar aquele negócio ou não, ninguém vai abrir um “curtume” numa área comercial. Então essas conceituações que são apresentadas no SEBRAE “Como iniciar seu próprio negócio” ela tem muito conteúdo curricular que é apresentado para o jovem. Ou seja o jovem quando ele no PROJOVEM a ele é apresentado alguns conhecimentos no tocante ao mundo do trabalho. De forma que ele veja que aquela razão social, aquela pessoa jurídica ela tem uma forma de constituir-se. Qual é essa forma de constituição da pessoa jurídica? Ai é apresentado aquilo tudo. É bom que se o jovem tenha interesse de abrir um chaveiro. Né? Então ele está ali no PROJOVEM ele já sabe. Ele já sabe que ele pode se registrar na junta comercial ele pode por isso por conta de que o programa oferece esse tipo de conhecimento para ele.

Bruno: Na sua visão qual a importância que você vê nesse conteúdo ensinado para os jovens?

Adelson: Bom. No caso específico de uma cidade como Nova Iguaçu que tem a sua periferia que nós não podemos esconder isso, nós temos uma faixa muito grande de pessoas que estão sobre risco social. Né? O programa PROJOVEM ele naquela comunidade ele está primeiramente tirando o jovem da rua, permitindo que ele não fique desocupado. Então em segundo lugar que ele além de ser tirado daquela situação de risco, ainda é oferecido uma nova situação, um novo horizonte. De forma que o PROJOVEM serve assim para meter uma cunha no risco social. Entendeu? Naquela faixa de 18 a 29 anos.

Bruno: Qual é a visão assim de mercado de trabalho que é passado no PROJÓVEM? O contexto do mercado de trabalho que é passado para o jovem?

Adelson: Eu estou falando, respondendo muito porque eu não sei se os colegas querem responder. Eu diria assim que o. Você quer responder?

Rosângela: Assim é que na verdade. É passada para o jovem a importância do trabalho, como ele se portar, como ele fazer um currículo, como ele ser inserido mesmo no mercado de trabalho. Agora nesses três arcos como já foi dito, não sai um profissional, mas ele abre um grande leque para esse jovem galgar novos horizontes. Porque através disso ele pode ser um especialista em manutenção ele pode tanto na telemática, ser um especialista em manutenção, como pode também ser um grande especialista na em construção e reparos. Ele pode trabalhar em uma empresa ou ele pode ser autônomo como o Adelson falou ainda pouco. Ele pode fazer isso e ter uma própria empresa e ai gerar novos trabalhos. Então isso eu acho que é a intenção do ensino é esse. Agente vê que ele pode a partir daquela semente como foi colocada, foi dada para ele. Né? Foi germinado ele vem galgar novos horizontes. Que ai ele pode ir para um curso realmente profissionalizante e ai sim sair para o mercado de trabalho.

Adelson: Interessante. Ele não recebe a formação, não é dado para ele assim uma formação aprofundada de forma que ele saia dali para uma formação superior assim ou assim. Não, mas é dada para ele pelo menos uma formação primeira assim você existe. Você pode realizar alguma coisa, o mercado tem coisas até para você que acha que não tem nada. E não é até para você, o mercado está muito pronto para você, desde que você faça alguma coisa. De forma que o que é oferecido é um conteúdo muito objetivo, não se da, não se preocupa com em provocar um horizonte muito longo muito maior, mas existe muito também. Nós temos visto muito jovem ai no PROJÓVEM, no sábado passado eu quero terminar o PROJÓVEM e fazer ai uma engenharia. Então também isso acontece, mas o programa especificamente ele se preocupa mesmo em dar ao jovem uma ideia de que o mercado está também pronto para ele de alguma forma, e tirar essa desilusão. Isso ai acontece.

Márcia: O objetivo mesmo é esse. É dar o seguimento. É ver aonde ele vai. Né? Vendo essa demanda dessa parte de qualificação profissional é tudo para dar uma

base e ali você segue. Né? Então o objetivo mais... Do PROJOVEM é esse. É ver ele seguindo. Né? Terminando seus estudos.

Adelson: Estimulados. Né?

Márcia: Vendo aquelas bases das 3 arcos profissionais e tem uma base, é aquilo que eu quero seguir. E ele dá um estímulo muito grande, porque para o jovem, ele vai estudar próximo de sua casa e ele tem um estímulo, ele recebe uma bolsa, uma ajuda para ele, o jovem aproveita ele gosta dessa bolsa. Ele só pode receber tendo no mínimo 75% de presença. Porque esse é o objetivo ele ser estimulado, o mundo está aberto precisamos de qualificadores. Né? Precisamos que você seja qualificado, não forçando e essa abertura dando a ele, a eu não posso continuar por causa disso e dar uma bolsa você ter frequência essa é seguindo o futuro para ele.

Bruno: Quais os resultados que vocês vêem e as expectativas do PROJOVEM aqui para Nova Iguaçu?

Rosângela: Agente não pode ainda dizer o resultado porque nós estamos ainda no meio do projeto. Né? Agora é claro que as perspectivas são excelentes, é a melhor possível. Que a partir do momento que você está resgatando a cidadania de um jovem. É... Você está dando a ele a oportunidade de se qualificar então com certeza nós temos aí um percentual grande de alunos dentro dos 19 núcleos, dentro de 19 escolas. Porque em cada escola nós temos ou 5 salas ou 3 salas e um conteúdo muito grande. Então as perspectivas é a melhor possível. Agora agente entende que no decorrer desses 18 meses, ou seja, não temos a pretensão de ser 100%, isso agente não tem a pretensão. Seria excelente se tivéssemos 100%, mas se nós conseguirmos assim 80% será maravilhoso dentro do nosso município. E aí engajar esses jovens no Ensino Médio. Essa é a nossa pretensão se formando no Ensino Fundamental e imediatamente ingressar no Ensino Médio.

Ricardo: Eu gostaria de agradecer já chegamos ao final da entrevista. E informar para vocês que esse conteúdo será utilizado como dado de pesquisa, a finalidade é para pesquisa. Eu gostaria de colocar assim: se ficou faltando alguma pergunta, se nós não fizemos, se vocês quiserem colocar mais alguma coisa, esse espaço está aberto.

Adelson: De minha parte não tem nada assim que eu gostaria de colocar não. No entanto eu acho que... É claro que eu poderia responder pelas outras duas também. Nós estamos dispostos, disponíveis a qualquer colocação nesse sentido, a qualquer melhor aprofundamento e respostas que seja necessária. Eu deixei meu telefone já com você. Vou até falar aqui o telefone (risos). Tá? De forma que você ligue para nós em qualquer dúvida e nós temos materiais ai, se vocês... Não sei se nós temos algum material ai para dar. Nós temos? Vamos dar alguma coisa a para vocês. Tá?

Rosângela: Vamos lá dá uma olhadinha.

Adelson: Vamos dar até a Unidade IV. Acho que podemos dar o material para vocês. Ta? Que é todo o conteúdo.

Bruno: Só para formalizar a entrevista. Nós gostaríamos de saber se agente pode usar o material aqui discutido na entrevista para nossos relatórios científicos, de forma acadêmica.

Adelson: Pode sim. Lógico que pode. Eu só desejava que aquelas considerações feitas anteriormente, que eu desejava que não fosse colocada. Aquelas iniciais. Vocês sabem o que é. Então é isso.

Rosângela: E também que depois vocês passassem o final da pesquisa.

Bruno: Com certeza

Ricardo: Com certeza. Acho que isso é uma obrigação d'agente.

Adelson: E se quiser também nós estamos disponíveis para vocês, caso tenha alguma apresentação ou alguma coisa lá pode procurar por nós que estaremos lá. Estamos ai para ajudar, para trocar, a vocês em qualquer forma. Está bom? Estamos disponíveis mesmo.

Ricardo: Mais uma vez, obrigado.

ANEXO V

ENTREVISTA TRANSCRITA

ENTREVISTADO: Coordenador Geral do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu.

Ricardo: Boa tarde! Estamos com o Diretor Geral do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu. Hoje é 17/09/2012.

Ricardo: Qual seu nome?

Luiz: Luiz Carlos

Ricardo: Que função você ocupa no PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu?

Luiz Carlos: Coordenador geral do programa.

Ricardo: Você pode me explicar o que é o PROJOVEM Urbano?

Luiz Carlos: O PROJOVEM Urbano é um programa do governo federal que visa incluir jovens de 18 a 29 anos, que ainda não completaram o Ensino Fundamental. O programa além de proporcionar o aluno terminar o Ensino fundamental, ele pode também melhorar sua qualificação profissional, porque o curso oferece uma qualificação inicial, além disso, sua inclusão como cidadão na sociedade, porque o programa também tem uma disciplina chamada participação cidadã, que trabalha esse aspecto com o aluno.

Ricardo: O município de Nova Iguaçu possui quantos núcleos do PROJOVEM Urbano?

Luiz Carlos: São três núcleos distribuídos na cidade. Um na área de Cabuçu, um na área do Parque Flora e outro na área de Austin.

Ricardo: Você considera que a quantidade de jovens atendidos no município de Nova Iguaçu é satisfatória?

Luiz Carlos: Não. Não é satisfatório. O MEC adotou uma política de distribuição do programa, a partir do momento que assumiu esse programa. Esse programa não era do MEC era da Secretaria assistência, e a partir do momento em que o MEC

assume o programa, ele distribuiu para todo o Brasil, coisa que não acontecia antes. O município de Nova Iguaçu como ficou um bom tempo sem o Programa, eles fizeram um cálculo, acredito. Essa foi a explicação um cálculo aproximado do que é a taxa de analfabetismo no município, que é algo em torno de 10%, hoje nós temos 600 vagas o que não é satisfatório para essa faixa etária da população de Nova Iguaçu.

Ricardo: Como funciona o PROJOVEM Urbano?

Luiz Carlos: O PROJOVEM Urbano funciona na parte pedagógica por módulos. São seis unidades formativas, a cada seis unidades formativas ele tem uma avaliação. Essa avaliação, ela é computada a frequência e pontuação para que o aluno seja aprovado. O PROJOVEM tem a duração de um ano e seis meses, ou seja, dezoito meses. O aluno além de se qualificar ele recebe uma bolsa auxílio no valor de R\$ 100,00, para que possa estudar.

Ricardo: Qual a importância deste Programa para Nova Iguaçu?

Luiz Carlos: O programa é importante porque atinge uma faixa de idade, com o diferencial da parte pedagógica, que a nossa rede no ensino regular não oferece que são jovens que ainda não concluíram o Ensino Fundamental e tem entre 18 e 29 anos de idade. É uma faixa de alunos que já não se enquadram no ensino regular, no horário da manhã e tarde, e para EJA é uma faixa etária reduzida, para esses alunos, o programa é importante porque além deles trabalharem somente com alunos da mesma faixa etária o que é importante, ele vai atingir alunos que realmente foram excluídos em algum momento do ensino regular. Normalmente esses alunos não retornam para a escola, para num outro programa de EJA, por exemplo, então para cada município, não só para Nova Iguaçu o PROJOVEM é muito importante. Porque todos os municípios têm alunos nessa faixa etária, que não são atendidos e que deixaram de frequentar a escola.

Ricardo: Você acredita que este Programa pode de fato dar conta das demandas da população jovem de Nova Iguaçu? Quais são de fato seus limites e suas potencialidades nesse sentido?

Luiz Carlos: Eu acho que o programa ajuda. Eu não sei se o programa vai resolver o problema de alunos nessa faixa etária. O limite do programa esbarra como todo o programa de esfera pública que é os problemas burocráticos que é para você primeiro implementar o programa isso já é um problema e em outro sentido também de você manter esse aluno na escola, o índice de evasão no programa é muito grande em todos os municípios. As faixas de evasão nos municípios giram em torno de 50%. O que talvez falta seja os municípios entenderem como trabalhar com esse programa para que os alunos entrem e de fato permaneçam nos cursos até o fim dos 18 meses. E talvez as questões burocráticas não só municipais, mas também na esfera federal pode contribuir para isso, aí eu quero me referir às questões de merenda, transportes, as questões do MEC que oferece as bolsas em alguns casos demoram uma eternidade para liberar essa bolsa, os alunos meio que se sentem enganados e alguns acabam saindo, muitos entram por conta disso. E quando ele vê que a bolsa demora e não é imediata percebem que o dinheiro não chega esse aluno evade, então esses são os limites que agente esbarra para implementação do programa.

Ricardo: Antes de implementar o PROJOVEM Urbano aqui no município de Nova Iguaçu, vocês fizeram algum estudo sobre a população jovem do município, procuraram saber suas condições socioeconômicas, seus anseios, suas manifestações culturais?

Luiz Carlos: Já existia na secretaria um levantamento, o PROJOVEM passado foram inscritos algo em torno de 12 mil alunos, então já existia aqui na secretaria uma demanda de alunos a serem cadastradas ainda, que não conseguiram vaga no PROJOVEM anterior. Já existia esse levantamento. Já existia até um levantamento por localidade. E foi o que agente respeitou foi utilizado esse critério número de jovens pela área que foi distribuído o programa então agente respeitou aquilo que já existia na secretaria

Ricardo: Como são selecionados esses alunos atendidos?

Luiz Carlos: Na verdade existe um critério para matrícula. O primeiro critério é a faixa etária de 18 a 29 anos (ou 17 anos a completar 18, no ano da matrícula; ou 29 anos a completar 30, no ano da matrícula). O segundo critério é que o aluno precisa

possuir documentos de identificação (CPF, identidade), sem esses o jovem não consegue fazer a matrícula. Esses são os critérios básicos para o aluno fazer a inscrição no PROJOVEM. Outro critério que é cobrado é o aluno saber ler e escrever, se não tiver histórico escolar irá fazer uma avaliação que é disponibilizada pelo MEC e esse aluno no ato da matrícula é avaliado, para qualificar e ser matriculado.

Ricardo: Qual o perfil escolar desses jovens?

Luiz Carlos: O perfil escolar desses jovens são alunos trabalhadores, muitos já estão inseridos no mercado de trabalho, já constituíram família, são chefes de família, as mulheres já são mães em sua maioria, alunos da classe pobre dos municípios, [eu não quero parecer... não sei, mas...] a maioria são negros, e a maioria do sexo feminino. Esse é o perfil do aluno do PROJOVEM.

Ricardo: Que tipo de formação é oferecida?

Luiz Carlos: É o Ensino Fundamental, além disso, oferece uma qualificação profissional inicial. O que é isso para o aluno? No município de Nova Iguaçu são oferecidos 3 cursos, que nós chamamos de qualificação profissional, que é o arco de Saúde, Construção e reparos II e Turismo e hospitalidade.

Ricardo: Como é computada a carga horária desta formação?

Luiz Carlos: Os alunos tem que ter 75 % de frequência para ser aprovado, assim como ele tem que ter 75% de frequência para receber bolsa. Os alunos são avaliados a cada seis meses e isso é lançado num sistema no momento que o aluno faz a avaliação e a frequência mensal dele no programa.

Ricardo: Como funciona? Existe algum mecanismo de controle de frequência?

Luiz Carlos: Existe são os diários de frequência como no ensino regular, a diferença é que esse diário é lançado no sistema. E esse sistema é que vai dar ao aluno a carga horária necessária para a se aprovado ou não. Na verdade é um sistema *on line* Ele é controlado mensalmente, os educadores fazem os diários que são lançados pelo próprio diretor no sistema

Ricardo: Existe algum tipo de certificação desta formação?

Luiz Carlos: Sim. O aluno ao terminar o curso ele recebe um certificado de conclusão do Ensino fundamental e daquele arco ocupacional que ele se inscreveu no núcleo. Então se o núcleo oferece o arco de manutenção e reparos, no ato da certificação vai sair com o certificado com o Ensino fundamental e por ter participado da qualificação profissional inicial, com o arco de manutenção e reparos do núcleo.

Ricardo: Como é definido o conteúdo da formação oferecida e a metodologia do trabalho formativo?

Luiz Carlos: A formação oferecida é distribuída em 6 módulos. Para cada módulo existe um eixo estruturante, que é definido por temas que são trabalhados com os alunos. O método utilizado são os livros didáticos que para cada eixo estruturante o aluno recebe um livro. Esse livro é dado por um profissional em sala de aula. Todo o material é disponibilizado pelo governo federal.

Ricardo: Que tipo de relação existe entre a formação geral e a formação profissional no PROJOVEM Urbano?

Luiz Carlos: A formação geral é para situar o aluno, quanto como anda o mercado de trabalho. O aluno precisa se situar para saber qual a dinâmica desse mercado, para que ele escolha de fato o que seguir. O PROJOVEM entende que se der uma qualificação, nem sempre pode ser aquilo que o aluno quer seguir mais para frente. A formação técnica geral (FTG) é exatamente para situar o aluno como anda essa demanda do mercado de trabalho, esse mundo do trabalho, o que é isso para o aluno. A FTG serve informar o aluno que ele tem outras opções e pode buscar outros caminhos, e não apenas o que é ofertado pelo PROJOVEM. A relação é essa mostrar para o aluno que há outras opções e outros caminhos, mas ele tem uma qualificação inicial que pode ajudá-lo na escolha dessa profissão.

Ricardo: Em que consiste exatamente a formação profissional no Programa?

Luiz Carlos: A qualificação profissional do Programa é inicial, o jovem não vai sair técnico numa profissão, mas vai receber umas noções básicas na qualificação

profissional daquela área. A ideia do Programa é fazer com que o aluno sempre busque algo a mais para ele. A formação tem o intuito de além de dar essa qualificação para o aluno, coloca-lo no mercado de trabalho. Para isso temos qualificadores que trabalham esses arcos ocupacionais nessa qualificação profissional com o aluno e esses educadores tem como uma de suas funções, buscar algo com que aluno possa estagiar, trabalhar e construir uma rede que possa ser atendido.

Ricardo: Qual o caráter das atividades extraclasse?

Luiz Carlos: É para complementação de carga horária. O professor não só trabalha a carga horária, do aluno, presencial em sala de aula e também temos a carga horária não presencial que nós chamamos de atividades extracurriculares. Esses alunos são chamados e estimulados a fazerem pesquisas a saírem a campo com o professor, buscar outras alternativas, que possa enriquecer esse mundo educacional do aluno.

Ricardo: Como se dá a interação com a comunidade na dinâmica do Programa?

Luiz Carlos: Nós temos uma disciplina chamada participação cidadã. Essa disciplina vem auxiliar o aluno e a sua interação com o meio que ele vive e isso para o Programa é muito importante. O aluno se reconhecer como cidadão daquele lugar onde mora, a participação cidadã tem esse caráter. É levar o aluno para a sua comunidade e fazer com que ele se reconheça como cidadão daquele local e reconheça o lugar onde mora, aquele local onde mora, onde reside. A participação cidadã tem mecanismo e instrumentos de trabalho, chamado Plano de Ação Comunitária (PLA), o que é isto, estimula o aluno a buscar problema de sua comunidade e juntamente com toda sua turma buscar soluções. Essa é a principal interação com a comunidade e o aluno. O aluno vai a campo na comunidade ele reconhece suas dificuldades e seus problemas, se reconhece como parte daquela localidade juntamente com seus amigos busca solucionar. Claro que solucionar um problema para alunos da Baixada Fluminense em lugares que temos carências reais, seja educacional, de saúde, saneamento, trabalho e transporte é um sonho, mas essa disciplina, tenta plantar pelo menos uma semente, para que possa ser um agente transformador em sua comunidade.

Ricardo: Como são selecionados os educadores do Programa?

Luiz Carlos: A resolução 060 de 2011, diz que existem duas formas de você selecionar esse educador, e Nova Iguaçu fez isso. Primeiro seria tentar utilizar os professores da rede municipal de ensino e nós obedecemos e fizemos três convocações para eles atuarem no Programa, mas não foi bem aceito pelos educadores. Hoje só temos apenas uma educadora, que faz parte da rede e trabalha no Programa. O salário oferecido para esses professores é o mesmo que é oferecido para o que não é da rede municipal de ensino, e depois que nós fizemos estas três convocações de educadores e ainda existia a necessidade de fazer novas convocações nós lançamos um edital para que esses educadores que ainda existia carência para o Programa pudessem se inscrever e isso foi feito em abril de 2012, os educadores foram selecionados através de edital público.

Ricardo: É exigido desses formadores algum tipo de formação para a docência?

Luiz Carlos: Sim. Normalmente os professores do PROJOVEM são o que nós chamamos de professor I, de áreas de disciplinas de língua portuguesa, inglês, história ou geografia, matemática, entre outras. Para participação cidadã, nós optamos em contratar assistente social, por que nós entendemos que é o perfil do profissional que tenha que atuar com esses alunos. Embora a resolução 060, permita que contrate outros profissionais, mas a secretária de educação optou em contratar assistentes sociais. Para qualificação exigimos que fossem profissionais de nível superior para cada área. Para qualificação profissional na área de construção e reparos nós temos uma engenheira civil, para turismo e hospitalidade nós temos um professor de nível superior em artes domésticas; e uma enfermeira no arco de saúde. Nós levamos bem a sério essa questão do educador.

Ricardo: Que tipo de vínculo esses formadores têm com a prefeitura? São contratos temporários? São contratos com carteira assinada? São servidores municipais concursados?

Luiz Carlos: O vínculo é contrato temporário, e nós temos uma educadora que é profissional da rede.

Ricardo: Como é tratada a questão do empreendedorismo?

Luiz Carlos: Eu acho que o aluno primeiro tem que buscar essa formação. Isso não impede que os educadores trabalhem com eles palestras, incentivando a buscar mais, mas a questão do empreendedorismo para um aluno do PROJOVEM, não quer dizer que não possa ser trabalhado esse tema com o aluno, mas entendo que o aluno primeiro tem que buscar se qualificar, para depois trabalhar a questão do empreendedorismo, mas os educadores trabalham com palestras, normalmente pessoas são convidadas para falar sobre diversos temas, não só tópicos como este, mas a questão de gravidez na adolescência, DST, violência doméstica e outros que são discutidos e trabalhados com o aluno.

Ricardo: Você acredita que o PROJOVEM Urbano é capaz de garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho?

Luiz Carlos: Eu acredito que sim. O Programa é capaz de inserir o aluno no mercado de trabalho, porém eu sempre digo isso para os educadores e para os alunos, que o PROJOVEM é muito pouco para eles. Embora você ofereça uma qualificação inicial, se agente parar bem e pensar, os arcos que são oferecidos para esses alunos, como construção e reparos, por exemplo, o aluno pode trabalhar como pedreiro ou como ajudante e isso para mim é muito pouco. O programa pode inserir o aluno no mercado de trabalho, porém é necessário que o aluno busque mais, uma qualificação melhor, para que possa de fato ser um cidadão que esteja inserido no mercado de trabalho, mas um mercado de trabalho com qualidade.

Ricardo: Sabemos que o Programa teve um período de interrupção de suas atividades no município. O que aconteceu? Como se deu a retomada das atividades?

Luiz Carlos: Esse período de interrupção, eu não sei o que aconteceu, não era esse setor que tratava do Programa. Naquele período o que eu sei é que não era obrigatório o Programa ser gerido pela Secretaria de Educação, isso de fato. Hoje a resolução determina que seja a secretaria de Educação a responsável pela gestão do Programa. O que eu sei é que naquela época o programa terminou e o município ficou de fora por um período de uma nova entrada, é que foi gerido por ONG. Eu não sei, me parece que houve alguns problemas, eu não posso garantir o que houve. O que posso garantir que a retomada do PROJOVEM se deu pela gestão

municipal acreditar que os programas oferecidos pelo governo federal são de qualidade. E nós precisamos saber trabalhar essas parcerias com o governo federal, estadual para que programas educativos como o PROJOVEM possa ser oferecidos a população. Foi um pedido da atual Secretária de educação e da prefeita, para que o município trabalhasse com o Programa. Isso foi feito e me convidaram para assumir este desafio e nós conseguimos implantar novamente o Programa em Nova Iguaçu, é claro que temos dificuldades, mas acredito que para uma próxima entrada até o número de matrículas possa aumentar, o número de funcionários possa ampliar, mas para uma retomada de trabalho, eu acho que valeu o esforço e a confiança da gestão municipal.

Ricardo: Tem algo que você não teve oportunidade de dizer e que gostaria de acrescentar?

Luiz Carlos: Eu acho que o formato do Programa precisa ser mais bem trabalhado. Eu acredito que o formato do Programa hoje como está é satisfatório, mas ainda tem alguns problemas. O mecanismo de avaliação seja um dos problemas, precisa ser mais bem avaliado pelo próprio MEC, a forma como é lançado no Programa, alguns profissionais eu acredito que deva ser mais bem pensado para gestão municipal. Por que quando o governo federal estipula critérios, seja de avaliação de profissionais que trabalha no Programa, se existe uma falta, uma falha de intercambio, de conversa e de comunicação entre a secretaria, a direção da escola, os educadores na escola, essa falha pode permanecer até o final pela gestão entender que não é necessário implantar mais profissionais para melhorar o Programa, então eu acredito que esse deva ser pensado. A sala de acolhimento que não foi perguntado também existe no Programa, que atende aos filhos dos alunos, ou seja, permite que o aluno leve o seu filho para a escola. Isso já existia antes e era um problema ficava na sala com seu filho e o Professor não conseguia dar aula, e hoje existe uma sala chamada sala de acolhimento que não tem caráter educativo e sim recreativo e lá tem profissionais que cuidam dessas crianças, isso é um avanço, mas acredito que tenha que existir critérios de inscrição desses alunos nas salas, tem que ser estipulado, por que se não fica só na conta da gestão municipal. São crianças que ficam numa sala com profissionais que não são alunos da escola, isso também é um problema para a direção, por que se acontecer algum acidente com

essa criança irão responsabilizar a escola, isso precisa ser melhor pensado, mas acredito que o Programa é belíssimo na seu pensar, na forma como é tratado pelos gestores, tem suas falhas mas é satisfatório.

Ricardo: Luiz, eu gostaria de agradecer. E quero deixar claro que este material vai ser utilizado apenas para pesquisa, não para outra finalidade a não ser pesquisa e mais uma vez agradecer pela entrevista e pela disponibilidade.

ANEXO VI

ENTREVISTA TRANSCRITA

Entrevistada: Assistente Pedagógica do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu em 2012.

Entrevista:

Ricardo: Hoje dia 17/09 de 2012 estamos aqui na SEMED/NI com a assistente pedagógica do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu.

É! Qual seu nome?

Carla: Meu nome é Carla Cristiane Delgado Machado, minha função aqui como você colocou é assistente pedagógica.

Ricardo: Você pode me explicar o que é o PROJOVEM Urbano?

Carla: O PROJOVEM Urbano é um programa, hoje com a direção do MEC na modalidade EJA que tem como função de incluir jovens que não tiveram oportunidade de concluir o ensino, o Ensino Fundamental, com a faixa etária de 18 a 29 anos.

Ricardo: O município de Nova Iguaçu possui quantos núcleos do PROJOVEM Urbano?

Carla: O município hoje possui três núcleos.

Ricardo: Você considera que a quantidade de jovens atendidos no município de Nova Iguaçu é satisfatória?

Carla: Atualmente sim.

Ricardo: Como funciona o PROJOVEM Urbano?

Carla: O PROJOVEM Urbano em três dimensões, na educação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã.

Ricardo: Qual a importância deste Programa para o município de Nova Iguaçu?

Carla: Dar oportunidade para esses jovens que por algum motivo não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino fundamental.

Ricardo: Você acredita que este Programa pode de fato dar conta das demandas da população jovem de Nova Iguaçu? Quais são de fato seus limites e suas potencialidades nesse sentido?

Carla: Totalmente não, mas é uma. É uma inicial dar uma oportunidade para o aluno a começar a pensar na questão da qualificação profissional.

Ricardo: Antes de implementar o PROJOVEM Urbano aqui em Nova Iguaçu,

Carla: A oito e a nove era para pular.

Ricardo: Como são selecionados os alunos atendidos?

Carla: Eles são selecionados pela faixa etária. Eles não podem ter o ensino fundamental completo. Então o programa é voltado para atender jovens negros e que saiba ler e escrever

Ricardo: Qual o perfil escolar desses jovens?

Carla: Normalmente ele vem de comunidades bem carentes tem, situações vulneráveis assim, bem complicados.

Ricardo: E que tipo de formação é oferecido? É! Qual tipo de formação é oferecido?

Carla: É a formação básica, para o ensino fundamental, a qualificação profissional e a participação cidadã, são as três dimensões que eu havia colocado para você.

Ricardo: Como é computada essa carga horária desta formação?

Carla: Nós temos um sistema aonde nós lançamos esses trabalhos feitos por nossos alunos.

Ricardo: Existe algum mecanismo de controle de frequência?

Carla: Os diários. Todos os professores possuem diários.

Ricardo: Existe algum tipo de certificação desta formação?

Carla: Hoje no final dos dezoito meses, o aluno recebe o certificado de conclusão do ensino fundamental, e tem com ressalva a qualificação profissional no mesmo certificado, que antigamente era a parte em outro certificado de qualificação e de ensino fundamental. Hoje não os dois saem juntos.

Ricardo: Como é definido o conteúdo da formação oferecida e a metodologia do trabalho formativo?

Carla: Bem! O PROJOVEM tem livro próprio aonde tem seis unidades formativas, cada um tem um tema. Essas unidades formativas, por exemplo, a unidade formativa 1 – juventude e cultura, ela possui um eixo estruturante. E desse eixo estruturante tem os tópicos, que são, que estão dentro do guia de estudos.

Ricardo: Que tipo de relação existe entre a formação geral e a formação profissional no PROJOVEM Urbano?

Carla: A formação geral é a formação básica que o aluno precisa ter para concluir o Ensino fundamental, e a formação profissional é um diferencial do programa. É! Embora essa formação, seja uma formação inicial.

Ricardo: Em que consiste exatamente a formação profissional no Programa?

Carla: Como eu te falei essa formação profissional do programa é uma formação inicial que o aluno recebe ao longo dos dezoito meses.

Ricardo: Qual o caráter das atividades extraclasse?

Carla: Para que o aluno tenha a oportunidade de concluir as atividades de um horário não presencial. O aluno precisa ter 75% de frequência presencial e o restante para não presenciais. São trabalhos que são feitos fora da escola.

Ricardo: Como se dá a interação com a comunidade na dinâmica do Programa?

Carla: Bem os alunos desenvolvem trabalhos que chamado de PLA, que eles focam um problema local e detectando esse problema local eles podem fazer trabalho em cima desse tópico escolhido e tentando mobilizar a comunidade para resolver o problema local.

Ricardo: Como são selecionados os formadores?

Carla: Através do edital que é... Essa pergunta aqui é sobre o que? Como é feita a seleção da secretaria ou é análise dos currículos? É assim ou se eles precisam ter?

Ricardo: Os docentes do programa. Se é concurso, que tipo de vínculo é feito com o professor?

Carla: Sim. É divulgado um edital. É feito, esqueci... É divulgado um edital, onde o professor tem uma formação específica, se tiverem a questão da experiência no programa. Eles passam por uma análise de currículo e tem uma banca selecionadora para isso, e a partir daí os professores selecionados passam por uma formação antes de começar com os alunos.

Essa pergunta é a mesma. A dez, da atividade extraclasse. Você parou na vinte e dois agora.

Ricardo: É exigido desses formadores algum tipo de formação para a docência?

Carla: Sim, o contrato desses professores, são de trinta horas, Aonde inclui a formação continuada para esses educadores. Eles são obriga... É obrigatória a formação para eles.

Ricardo: Que tipo de vínculo esses formadores tem com a prefeitura? São contratos temporários? São contratos de carteira assinada? São servidores municipais concursados?

Carla: Nós temos um contrato de dezoito meses, que é o tempo de duração do programa.

Ricardo: Como é tratada a questão do empreendedorismo no curso?

Carla: Eu acredito por ser uma formação inicial, não dá uma visão geral para que o aluno, possa usar como um mecanismo de maiores negócios ou até negócios próprios.

Outros: Hello

Ricardo: Você acredita que o PROJOVEM Urbano é capaz de garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho?

Carla: Parcialmente sim, mas a ideia é que os alunos de continuidade aos estudos, até porque a formação do PROJOVEM é inicial.

Ricardo: Tem algo que você não teve oportunidade de dizer e que gostaria de acrescentar?

Carla: Sim. A questão que uma das questões que você não pontuou foi à questão da informática, que todos os cursos possui informática agente tem também esse conhecimento

Ricardo: Carla eu gostaria de agradecer e informar que esta entrevista esses dados vai servir para trabalho de pesquisa só para esta finalidade. Obrigado e mais uma vez bom dia.

ANEXO VII

ENTREVISTA TRANSCRITA

ENTREVISTADA: Assistente administrativo do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu

Ricardo: Hoje dia 17/09/2012 estamos aqui na SEMED/NI com a assistente administrativa do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu. Boa tarde!

PERGUNTAS:

Ricardo: Qual seu nome?

Neiliane: Boa tarde! Meu nome é Neiliane da Silva Domingos.

Ricardo: Que função você ocupa no PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu?

Neiliane: Minha função no PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu é Assistente administrativo.

Ricardo: Você pode me explicar o que é o PROJOVEM Urbano?

Neiliane: O PROJOVEM Urbano é um programa do governo federal em parceria com a Secretaria de Educação que trabalha na reinserção dos jovens no processo de escolaridade e alfabetização.

Ricardo: O município de Nova Iguaçu possui quantos núcleos do PROJOVEM Urbano?

Neiliane: Atualmente nós trabalhamos com três núcleos.

Ricardo: Você considera que a quantidade de jovens atendidos no município de Nova Iguaçu é satisfatória?

Neiliane: No início do PROJOVEM, eu achava que a quantidade de 600 alunos era suficiente, mas hoje acredito que poderia atender muito mais jovens, justamente pela procura desses.

Ricardo: Como funciona o PROJOVEM Urbano?

Neiliane: O PROJÓVEM Urbano funciona para jovens que tem entre 18 e 29 anos de idade, que não concluíram o Ensino Fundamental e estejam em busca de objetivos de crescimento tanto na vida pessoal quanto profissional.

Ricardo: Qual a importância deste Programa para Nova Iguaçu?

Neiliane: A importância desse programa para Nova Iguaçu é imensa, porque ele amplia as políticas de inclusão e aproxima as políticas sociais populares.

Ricardo: Você acredita que este Programa pode de fato dar conta das demandas da população jovem de Nova Iguaçu? Quais são de fato seus limites e suas potencialidades nesse sentido?

Neiliane: Eu acredito sim, que pode dar conta das demandas da população, mas que poderia ser muito mais do que agente possa imaginar.

Ricardo: Como são selecionados os alunos atendidos?

Neiliane: As seleções desses alunos são feitas pela procura, que estejam dentro da faixa etária de 18 a 29 anos de idade, mas que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.

Ricardo: Qual o perfil escolar desses jovens?

Neiliane: Como eu disse anteriormente o perfil escolar é para quem não conseguiu concluir o Ensino Fundamental.

Ricardo: Que tipo de formação é oferecida?

Neiliane: A gente tem uma formação inicial que é a conclusão do Ensino Fundamental com a formação profissional. É básica, mas é uma formação que vai inserir ele no mercado de trabalho.

Ricardo: Existe algum tipo de certificação desta formação?

Neiliane: Existe sim. O aluno vai ser certificado tanto no Ensino Fundamental, quanto no profissional, vai receber um diploma devidamente reconhecido que vai ser entregue a ele como um ponta pé inicial no mercado de trabalho.

Ricardo: Como são selecionados os Educadores do PROJOVEM Urbano aqui de Nova Iguaçu?

Neiliane: Os educadores do PROJOVEM Urbano de Nova Iguaçu foram selecionados por um edital de contratação, que foi formado uma banca que analisou a parte curricular e de formação de cada um deles.

Ricardo: É exigido desses formadores algum tipo de formação para a docência?

Neiliane: É exigido sim, um tipo de formação para cada área, ou seja, deve estar devidamente qualificado e formado com seu certificado dentro da área que ele está concorrendo.

Ricardo: Que tipo de vínculo esses educadores tem com a prefeitura? São contratos temporários? São contratos com carteira assinada? São servidores municipais concursados?

Neiliane: O tipo de vínculo desses educadores tem com a prefeitura, hoje é um contrato temporário que é assinado em 18 meses, e não é carteira assinada, mas temos sim uma educadora que hoje ela é servidora do município.

Ricardo: Como é tratada a questão do empreendedorismo?

Neiliane: O empreendedorismo no curso do PROJOVEM é uma questão sensacional, porque ele está trabalhando os jovens para uma formação que ele vai precisar muito lá fora no mercado de trabalho. Então ele não vai empreender só a vida dele, mas o dia a dia, o mercado de trabalho, melhorando em tudo. A questão do empreendedorismo no PROJOVEM hoje é trabalhada, bem básico para formação profissional que o aluno vai receber essa parte do empreendedorismo, o básico mesmo e dali a ponta pé inicial para receber e desenvolver futuramente.

Ricardo: Você acredita que o PROJOVEM Urbano é capaz de garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho?

Neiliane: Sem dúvida, com certeza é capaz de garantir inserção do jovem no mercado de trabalho. Por que essa oportunidade para os jovens que não tinham um espaço e que achavam que esse espaço não existia. Com o PROJOVEM aqui no

município essa inserção é permitida, é capaz, basta cada um deles aceitarem e querer.

Ricardo: Sabemos que o Programa teve um período de interrupção de suas atividades no município. O que aconteceu? Como se deu a retomada das atividades?

Neiliane: Como isso é uma questão política eu não responderei. Primeiro porque eu não estava no início do Programa, mas a retomada o que eu vivo hoje é algo sensacional muito positivo, mas como eu entrei depois não posso te explicar como foi a retomada inicialmente.

Ricardo: Tem algo que você não teve oportunidade de dizer e que gostaria de acrescentar?

Neiliane: Bom à única coisa que eu tenho a dizer é que quem tem oportunidade de participar do PROJOVEM, que possa estar se empenhando bastante. É um programa que o nosso governo disponibilizou e ainda existe democracia, basta cada um querer, e se empenhar, e buscar uma qualificação e um melhor lugar no mercado de trabalho.

Ricardo: Neiliane, eu quero agradecer a disponibilidade que você teve de responder essas questões e informar que esse material vai ser utilizado com finalidade de pesquisa e nada, além disso. Mais uma vez obrigado e boa tarde.

Neiliane: Obrigada a você Ricardo.